



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

---

UNIRIO  
*história*

---

LETÍCIA SALDANHA SIMMER

**QUEENSHIP E OS CERIMONIAIS  
REAIS EM *ORDINES* E CRÔNICAS:  
AS COROAÇÕES DE ELEANOR DE  
AQUITÂNIA E MARGUERITE DE  
FRANÇA (FRANÇA E INGLATERRA,  
SÉCULO XII).**

RIO DE JANEIRO

2019

**LETÍCIA SALDANHA SIMMER**

***QUEENSHIP* E OS CERIMONIAIS REAIS EM *ORDINES* E  
CRÔNICAS: AS COROAÇÕES DE ELEANOR DE AQUITÂNIA E  
MARGUERITE DE FRANÇA (FRANÇA E INGLATERRA,  
SÉCULO XII).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em História da UNIRIO, como  
requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: História Medieval; Poder,  
Cultura e Representações.

Orientadora: Prof. Dra. Miriam Cabral Coser

**Rio de Janeiro**

**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO**

**Abril de 2019**

LETÍCIA SALDANHA SIMMER

***QUEENSHIP* E OS CERIMONIAIS REAIS EM *ORDINES* E  
CRÔNICAS: AS COROAÇÕES DE ELEANOR DE AQUITÂNIA E  
MARGUERITE DE FRANÇA (FRANÇA E INGLATERRA,  
SÉCULO XII).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em História da UNIRIO, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre.

**Comissão Examinadora:**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Miriam Cabral Coser**

**UNIRIO – Rio de Janeiro, RJ**

---

**Prof. Dr. Edmar Checon de Freitas**

**UFF – Rio de Janeiro, RJ**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Paula Lopes Pereira**

**UERJ – Rio de Janeiro, RJ**

## **RESUMO:**

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar a importância dos rituais reais de coroação dentro do contexto de reinos do século XII, principalmente para a rainha, que, após investida, desempenhava certas funções, o que se identifica com um “ofício” da rainha, *queenship*. Ao mesmo tempo, através da análise das fontes abordadas, crônicas medievais e os *ordines* (textos litúrgicos que demonstravam, em parte, como se processavam essas cerimônias), procura-se observar não só a estrutura dessas cerimônias, mas também como os valores ligados à figura da rainha, como piedade, intercessão, etc., apareciam nesses *ordines* e acabavam criando uma ideia de como uma rainha devia se portar. São vistos também os exemplos de coroação de duas rainhas, Eleanor de Aquitânia e Marguerite de France, observando, nos relatos dos cronistas, como as personagens eram retratadas, contrapondo ao exercício de *queenship* por parte dessas rainhas. Enfim, busca-se refletir como nem sempre as rainhas atendiam à expectativa de uma “rainha modelo”, e como desempenhavam esse poder que lhes era atribuído no momento da coroação de diferentes formas.

**PALAVRAS-CHAVE:** rainhas, coroações, *queenship*, *ordines*, crônicas, gênero, poder.

**ABSTRACT:**

This work aims to reflect about the importance of royal crowning rituals within the context of twelfth century kingdoms, especially for the queen, who, after being invested, had functions within the kingdom, identified with the concept of *queenship*. At the same time, through the analysis of the sources, the medieval chronicles and the *ordines* (liturgical texts that showed, in part, how these ceremonies were processed), we try to observe not only the structure of these ceremonies, but also how the values linked to figure of the queen, such as piety, intercession, etc., appeared in these *ordines* and ended up creating an idea of how a queen should behave. Finally, the examples of the coronation of two queens, Eleanor of Aquitaine and Marguerite de France, are observed in the chroniclers' accounts, reflecting not only how the characters were portrayed, but linking it with the exercise of *queenship* of those two queens. It is important to reflect, at this point, how not always queens, in general, met the expectation of a "model queen", and how they performed the power that was attributed to them at the time of the coronation of different forms.

**KEYWORDS:** queens, coronation, *queenship*, *ordines*, chronicles, gender, power.

## INDICE

INTRODUÇÃO .....	PÁGINA 6
CAPÍTULO I: PODER, GÊNERO E <i>QUEENSHIP</i> .....	PÁGINA 9
CAPÍTULO II: CERIMONIAIS REAIS E AS RAINHAS NAS CERIMÔNIAS E <i>ORDINES</i> .....	PÁGINA 35
CAPÍTULO III: DUAS RAINHAS DO SÉCULO XII E RELATOS DE SUAS COROAÇÕES.....	PÁGINA 61
CONCLUSÕES E DESDOBRAMENTOS .....	PÁGINA 88
ANEXOS .....	PÁGINA 91
BILIOGRAFIA .....	PÁGINA 104

## INTRODUÇÃO

Desde os séculos VIII e IX, na França e na Inglaterra, foi tornando-se recorrente a ascensão de um monarca ser marcada por rituais de coroação; não só para o rei, mas também para sua esposa, pois se enquanto antes era apenas o casamento com o rei que marcava a posição de uma rainha, esses cerimoniais foram cada vez mais passando a significar algo. Essas cerimônias, irregulares de início, logo foram tornando-se cada vez mais essenciais, e formando uma ordem, como por exemplo, as *regalia* a serem recebidas pelos monarcas, os ritos centrais de unção e coroação e ainda a presença de um local fixo para a coroação; na Inglaterra essa cerimônia passa a ser tradicionalmente realizada na Abadia de Westminster, enquanto na França passa a ser cada vez mais realizada na Catedral de Reims – assim, esses lugares de coroação também podem ser vistos como lugares “reais”, considerando-se que “a ascensão à realeza está [...] frequentemente apoiada na posse de um lugar ou de um objeto de caráter simbólico e sagrado”<sup>1</sup>. Além disso, *ordines* começaram a ser feitos a partir da metade do século IX, alguns tendo uma influência duradoura sobre as cerimônias reais.

Sabe-se que coroações de rainhas ocorriam em diferentes circunstâncias, podendo se processar junto à coroação do rei ou separada, no caso do casamento de uma rainha com o rei só ocorrer após a coroação deste, por exemplo. Se considerarmos que desde o século IX, a necessidade de uma cerimônia de coroação para marcar a posição de uma rainha cresceu em tais lugares focados na pesquisa, pode-se levantar a questão sobre o que tornava uma rainha, de fato, rainha. É válido considerar qual era o status conferido pela coroação e como foi desenvolvendo-se nos reinos Capetúgio e Plantageneta, principalmente no século XII. Por este período, embora as fontes ainda sejam escassas e revelem apenas indícios de como essas cerimônias ocorriam, boa parte dos costumes, ao menos nos reinos nos quais o presente estudo é focado, isto é, França e Inglaterra, já se encontravam mais ou menos estabelecidos. O século XII é um período importante para estudos de coroação, pois a maioria dos estudos foca ou no período de maior desenvolvimento dos *ordines*, isto é, o período de Hincmar de Reims e Carlos o

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. *Rei*. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. Dicionário temático do ocidente medieval, volume II. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 399.

Calvo, ou então no final da Idade Média, já que os *ordines* desse período sobrevivem em maior número, são mais detalhados, e influenciariam coroações durante os séculos XVI a XVII e mesmo depois.

A pesquisa, aqui, parte da análise de *ordines* um pouco anteriores ao período estudado, mas que formariam, supõe-se, a base para as cerimônias no século XII. Também serão analisadas crônicas contemporâneas, nas quais essas cerimônias são em parte descritas, procurando observar a aparição das rainhas dentro de tais cerimônias de coroações nesses dois reinos; para isso, é colocado como problema qual seria a esfera de atuação legítima dessas rainhas expressa tanto nos *ordines* reais como nas narrativas das crônicas. Essa esfera legítima tem sido muito relacionada à coroação em si; pois se era o casamento com o rei a origem do poder de uma rainha, a coroação era o símbolo disso <sup>2</sup>. Para Julie Ann Smith, “marriage to the king made the king's wife a queen: public installation ceremonies made queenship a public concern” <sup>3</sup>. Através desses dois tipos de fontes, a pesquisa propõe-se a efetivar uma análise dos cerimoniais como material de conduta de reis e rainhas medievais, pois esses *ordines* constituíam “espelhos de príncipes” <sup>4</sup>, que guardavam a expressão de como se processava uma coroação real; observando, portanto, em que medida a rainha figurava em tais documentos, bem como as crônicas que estabeleciam, por vezes, uma imagem das personagens que são aqui objeto de análise.

A partir dessa questão, que considera qual era o poder de uma rainha dentro de sua esfera de atuação, observa-se a rainha em suas diversas funções: como modelo, intercessora e parceira de seu marido, como benfeitora que realizava grandes doações para Igrejas ou regentes para seus filhos, quando estes ainda não tinham idade para assumir o trono. Também não se deve esquecer a função de assegurar a continuação da linhagem com a produção de herdeiros. Em geral, procura-se não só notar qual era a esfera de atuação dessas rainhas (termo que em inglês aparece como *queenship*), mas associar essas posições e atributo com as cerimônias de coroação, indicando uma espécie de qualidade, dignidade ou *status* de uma rainha; portanto, relacionando a esfera de poder e atuação legítima dessas rainhas e quanto de poder ela guardava em cada um

---

<sup>2</sup> SMITH, Julie Ann. *Queen-making and Queenship in Early Medieval England and Francia*. UK: York University, 1993, p. 127.

<sup>3</sup> SMITH, Julie Ann. *op cit.*, p. 22.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. *Rei*. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do ocidente medieval*, volume II. Bauru, SP: Edusc, 2006, pág. 401.



desses reinos a tais cerimônias. A hipótese principal é a de que os *ordines* de coroação continham valores que eram transmitidos a um modelo de rainha, de como ela se portava, exercendo seu poder através do ofício de *queenship*.

Assim, no primeiro capítulo, observam-se os conceitos de poder, gênero e representações, aliado aos estudos de *queenship*. A rainha dispunha de um grau de poder, fundamentalmente ligado a sua posição, que estava por sua vez ligada as relações que elas tinham com seus pais, filhos e maridos, ou reis ou nobres muito poderosos. Esse grau de poder, finalmente, vinha através do casamento e da coroação, cerimônias que em si ajudavam a formar uma ideia ou representação da rainha. Em seguida, serão introduzidas as fontes, bem como a problemática ao se trabalhar com *ordines*.

No segundo capítulo, trata-se das cerimônias e de sua evolução, ligadas ao conceito de *kingship*, ou o ofício do rei. Este, bem como a rainha, e mais ainda, ocupava uma posição central na sociedade e nas cerimônias, e ainda em relação à sua consorte. Após serem tratadas as cerimônias especificamente na França e na Inglaterra, até o século XII, foco do estudo, passa-se a uma análise das primeiras fontes utilizadas, os *ordines* de coroação real.

Finalmente, no terceiro capítulo, as duas personagens do século XII escolhidas na análise serão observadas. Utilizando cronistas contemporâneos para refletir como elas aparecem no relato das coroações, relacionar-se-á tais personagens aos conceitos ideais de *queenship* e de como isso era refletido nos *ordines*, contrastando, por último, as ideias/representações que foram feitas dessas rainhas nas crônicas e esse modelo “ideal” que aparece nas liturgias. Também tem de ser refletido como elas exerceriam seu ofício, nos documentos disponíveis sobre o período.

Na conclusão, apresentam-se as considerações finais e os possíveis desdobramentos que partem da pesquisa.

## CAPÍTULO I: PODER, GÊNERO E *QUEENSHIP*

### 1.1 – PODER, GÊNERO E REPRESENTAÇÕES: CONCEITOS PARA ANÁLISE

Dentro do presente estudo, três conceitos no quadro teórico serão de grande ajuda para observar o tema central, ou seja, as rainhas dentro das cerimônias de coroação durante, principalmente, o período do século XII. Dessa forma, utilizando-se o conceito de poder de Michel Foucault, o conceito de gênero tal como definido por Joan Scott e o conceito de representação de Roger Chartier, em conjunto com o campo de estudos de *queenship*, busca-se observar em linhas gerais o que caracterizava o poder de rainhas durante o período da Idade Média. As fontes trabalhadas na pesquisa e as opções metodológicas adotadas também serão introduzidas, para que possam ser analisadas e refletidas ao decorrer do estudo.

O primeiro conceito, o de poder, proposto por Foucault, parte da perspectiva de que não há uma teoria geral do poder. Não existe um poder unitário e global, mas *formas díspares e heterogêneas* que se encontram em constante transformação <sup>5</sup>. O principal para a pesquisa não é conceituar ou buscar uma definição precisa de poder, mas pensar como certos tópicos levantados pelo autor podem ser aplicados ao poder das rainhas. O fundamental é, portanto, pensar nos poderes denominados *periféricos* por Foucault: os poderes que se exercem a níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Deste modo, são identificadas formas de poder diferentes daquelas ditas “oficiais”, formas de poder essas que são articuladas a um poder “principal” de maneiras variadas <sup>6</sup>. Reflete-se, então, que se o poder chamado por Foucault de “estatal”, que aqui é identificado com o poder real não é o único e muitos outros se exerciam, sendo relacionados a ele, uma consideração é que o poder da rainha era um desses poderes correntes. O poder das rainhas, portanto, tinha uma natureza

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979, p. 12.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. *op cit.*, 1979.

“indefinida”, mais como no sentido de “informal”, ao mesmo tempo em que essas rainhas tinham várias esferas de atuação dentro de um reino, sendo detentoras de atributos e formas de poder específicas.

Outro ponto que deve ser marcado aqui também é que existem *práticas e relações de poder*. Ninguém detém, segundo Foucault, propriamente o poder: esse poder não tem um “titular” próprio que o veicula <sup>7</sup>. Onde há poder, ele se exerce: pois o poder está contido em cada um de nós <sup>8</sup>, e assim também poderia ser refletido em relação às rainhas. Um último ponto é que essas relações de poder também não funcionam sem um discurso. Segundo Foucault, em *A Ordem do Discurso*,

[...] como se o discurso... longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, a sua ligação ao desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso — como a psicanálise nos mostrou —, não é simplesmente o que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e visto que — e isso a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo porque e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. <sup>9</sup>

Assim, se o poder também deve ser analisado em relação ao discurso, o próprio discurso é também fundamental de ser refletido, pois as personagens principais analisadas na pesquisa, isto é, as rainhas, não eram produtoras dos discursos sobre elas mesmas, sendo vistas por uma ótica masculina, já que esses discursos - crônicas, principalmente, eram em sua maioria produzidos por clérigos. No quanto o discurso poderia “limitar” o poder das rainhas? O mais importante de ser observado é como isso torna mais difícil identificar essas rainhas nas fontes, dado que havia muito discurso sobre elas e algum discurso para elas, mas quase nenhum discurso que fosse delas. Mesmo cartas que sobrevivem eram em sua maioria redigidas por clérigos reais. As

---

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979, p. 252.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. *op cit.*, p. 138.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979, pp 9-10.

fontes aqui analisadas, crônicas e *ordines*, eram também escritas por clérigos. As primeiras revelam uma concepção do cronista, que pode ser ligada a uma compreensão geral dos contemporâneos. Já os *ordines* exprimem uma visão da rainha dentro da liturgia. Portanto, esses pontos marcam as questões principais para refletir a relação entre o conceito de poder foucaultiano e o poder das rainhas durante o período estudado, numa perspectiva que pouco restou que evidenciasse um discurso das personagens que eram as rainhas. Se for considerado, a partir desse conceito, que as rainhas exerciam algum poder – e aqui a hipótese central é o de como o objeto, ou seja, as cerimônias de coroação serviam para de certa forma delimitar o poder das rainhas – e mesmo que esse poder não fosse central, mas sim “paralelo”, ela o exercia com relação a alguém, que era o rei – fosse ele seu marido ou filho. É nessa perspectiva que o conceito de gênero se liga ao de poder.

Gênero é um conceito que se encaixa dentro da perspectiva de poder das rainhas, sendo pertinente para a pesquisa, na medida em que se privilegiam as novas análises históricas, nas quais as mulheres também estão sendo estudadas e refletidas por uma historiografia política, econômica, militar e religiosa, que antes era vista como predominantemente marcadas pelas atuações masculinas. O estudo das figuras femininas na Idade Média, é, como o colocou Georges Duby <sup>10</sup>, marcado por um filtro masculino, da visão que as fontes faziam dessas mulheres. Os escritos dirigidos para mulheres eram em sua maioria para mulheres nobres, as rainhas estando destacadas dentro dessa categoria.

O campo dos estudos de gênero começa a se desenvolver junto aos movimentos feministas durante as décadas de 70 e 80, principalmente. Gênero, como tal, era um estudo voltado às personagens femininas da história, que eram consideradas como tendo sido negligenciadas antes. Assim, a pesquisa sobre mulheres alteraria os paradigmas da disciplina, trazendo redefinições e alargamentos <sup>11</sup>. O uso do termo gênero, ao invés de simplesmente “história das mulheres” trazia certa legitimidade ao campo de estudos. Pensavam-se as diferenças entre homens e mulheres não como sendo biológicas, mas como socialmente construídas, rejeitando uma oposição binária entre masculino e

---

<sup>10</sup> DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e Outras Damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>11</sup> SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. 2012.

feminino. Para Joan Scott <sup>12</sup>, temos que pensar gênero em relação à outros conceitos, como o de poder por exemplo, considerando homens e mulheres definidos em termos recíprocos, nos quais interagem, não existindo uma compreensão através de estudos separados. Gênero, tal como definido por Scott, é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. É também uma forma primeira de significar as relações de poder” <sup>13</sup>. A análise de Joan Scott busca incluir a noção do político, rejeitando o determinismo biológico e implicando o gênero na própria construção do poder em si, legitimando e construindo as relações sociais. Portanto, também vista em associação com o político, a rainha mantinha sua esfera de atuação. Dentro do tema específico, ou seja, coroações, gênero pode ser refletido e aplicado às fontes quando se observa as liturgias e fórmulas utilizadas para o rei e para a rainha – e a maior importância dada ao rei durante essas mesmas cerimônias. Se não forem levados em conta apenas os *ordines*, podem-se ver, através das crônicas, as ações e atributos que são colocados em associação com a rainha, no qual ela aparece filtrada por um discurso e colocada em relação ao rei.

Levando em conta o conceito proposto por Scott, há a necessidade de não pensar o poder como unificado, coerente ou centralizado; para isso, ela considera o conceito de poder foucaultiano, como “constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos *campos de força*” <sup>14</sup>. Se é o discurso que institui relações desiguais, então qual era exatamente o papel exercido por esse discurso em torno das rainhas é uma questão importante. Assim sendo, pensando essas relações de poder como atuantes sobre os indivíduos e que vão se constituindo segundo as necessidades do poder, que se exerce independente dos indivíduos e inerentes ao corpo social, analisa-se o próprio poder como prática social. Se o poder, segundo Foucault, “permeia, produz coisas,

---

<sup>12</sup> Para Joan Scott: “Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.” SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. p. 21, 2012.

<sup>13</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. 2012. p. 21.

<sup>14</sup> SCOTT, Joan. op cit., p. 20.

induz ao prazer, forma saber, produz discurso”<sup>15</sup>, o que é vital aqui é pensar não só nas condições de formação do discurso em si, mas também no que era esse poder real que vai se constituindo. Se o poder e os discursos eram predominantemente masculinos e vistos através desse filtro masculino, é essencial considerar tais conceitos na análise das fontes.

Poder e gênero, por sua vez, não deixam de ser refletidos em conjunto com o conceito de representações. Se as rainhas estão inseridas dentro de um contexto do qual o rei também participa, e no qual desfruta de uma atuação no reino, tendo sua importância, o mesmo também é válido com relação às cerimônias. As cerimônias, e o cerimonial geral como um todo, acabava por formar uma ideia dos monarcas e da rainha, ideia essa que se ligava ao que era esperado da rainha. É nesse âmbito que se pode pensar no conceito de representações proposto por Chartier. O conceito pode ser aqui entendido por dois modos: o primeiro pensando em representações em um sentido mais particular, “como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado”; e ainda, “a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém”<sup>16</sup>. Por outro lado, ainda segundo esse autor, há uma observação acerca de tal conceito que pode ser destacada e utilizada, nesse sentido, para pensar na pesquisa:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes às classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002. p. 20.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. *op cit.*, p. 17.

Tendo em vista essas observações, pode-se buscar entender representações por vários ângulos: primeiro, a cerimônia de coroação em si *representava* algo, sendo uma *apresentação pública* dos monarcas. Por outro lado, se as representações são construídas e determinadas por interesses dos grupos que as forjaram, essas mesmas coroações, como uma cerimônia real que marcava a ascensão dos monarcas e a legitimidade que vinha com essa ascensão, também era determinada por grupos dominantes - o que torna válido observar, ainda, que não há práticas ou estruturas não produzidas e influenciadas por representações (e discursos). De acordo com essa perspectiva, pode-se destacar que, como o colocou Georges Balandier, em *O Poder em Cena*, “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos”<sup>18</sup>. Produzir efeitos, pensando a ascensão de novos soberanos através de uma cerimônia que nada mais é que uma apresentação (representação), é marcar a entrada desse poder na história. Ainda segundo esse autor:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo<sup>19</sup>.

De certo modo, a representação que é mostrada nessas cerimônias vai ajudar a legitimar uma ordem. A cerimônia de coroação vai crescendo em importância na Idade Média, na medida em que o aspecto dinástico se torna mais importante e vai, de certa forma, ajudar a manter essa ordem imposta. Essas cerimônias, no fim, nada mais vão ser que a manipulação de símbolos que acabam por montar um cenário, remodelando seus protagonistas em função do que deveriam ser. Para a rainha, a cerimônia de coroação era importante também, como o destaca Jim C. Parsons, pois esses rituais definiam algo de sua posição, uma vez que se a natureza do poder das rainhas era em parte indefinido, a coroação real delimitava os papéis dessas figuras; dava-lhe legitimidade como esposa

---

<sup>18</sup> BALANDIER, Georges. O poder em cena. Brasília: UNB, 1982. p. 6.

<sup>19</sup> BALANDIER, Georges. op cit., p. 7.

real e como a mãe dos herdeiros ao trono <sup>20</sup>. A *cerimônia-representação* acabava, assim, criando em parte uma posição para a rainha.

A cerimônia se liga ainda à ideia de papéis exercidos; ou seja, há um sistema de expectativas, em relação ao papel exercido não só pelos monarcas no geral, mas pensando aqui especialmente na figura da rainha *dentro das cerimônias*, em sua *posição em relação a outros*, e ao da *imagem que se forma dessas figuras* e que é expresso pelas fontes. Nessa perspectiva, a rainha também ocupa uma posição nas cerimônias, especificamente, assim como dentro da sociedade. A rainha, através da dignidade que lhe era conferida pela coroação, assumia determinados papéis que eram esperados dela, e isso se liga ao conceito de representação enquanto essas posições colocavam elas como “modelos”. Tais rainhas, especialmente, tinham mais dever ainda de ser um modelo de virtude, dada a sua alta condição social <sup>21</sup>.

Mas não apenas esses conceitos serão fundamentais ao se refletir as rainhas, as cerimônias e as rainhas inseridas dentro das cerimônias. Também é preciso refletir na atuação direta dessas rainhas, na medida em que o ofício e as funções que elas desempenhavam, estavam presentes como valores, quando elas eram consagradas e coroadas.

## **1.2 – QUEENSHIP OU O OFÍCIO DA RAINHA COMO UM CAMPO DE ESTUDOS**

*Queenship* é definido, primeiramente, como um ofício ou dignidade da rainha. É uma categoria de estudos que começou a se desenvolver mais durante os anos 80, quando trabalhos e pesquisas sobre essas personagens passaram a ganhar maior atenção. Antes, rainhas eram figuras abordadas apenas por uma perspectiva biográfica, havendo poucos estudos acadêmicos sobre as rainhas vistas em relação ao político. Outra perspectiva também que era utilizada para retratar as mulheres, no geral, era de cunho sócio econômico, o que acabava por não considerar as rainhas como um objeto de

---

<sup>20</sup> PARSONS, John C. *Medieval Queenship*. Macmillan, 1997.

<sup>21</sup> CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: KLAPISH-ZUBER, Christiane (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: a Idade Média*. p. 108.



pesquisa <sup>22</sup>. Quanto às análises e pesquisas sobre a monarquia, estas eram focadas em pensar o exercício da monarquia como um campo masculino de atuação – e até recentemente só se considerava as mulheres dentro desse campo quando não se podia mais ignorá-las <sup>23</sup>, mas então apenas as rainhas mais conhecidas eram destacadas. Portanto, *queenship* como um campo de estudos é utilizado pensando a rainha em relação ao político, ou seja, refletindo que esse poder se ligava ao domínio “oficial” do rei. Deste modo, utilizando *queenship* para tentar delimitar um pouco qual era o ofício das rainhas e como esse ofício toma formas de expressão nos documentos do período, procura-se refletir sobre o ofício da rainha em relação ao conceito foucaultiano de poder, considerando que o poder das rainhas e a forma como ele se expressava era, por muitas vezes, *periférico* e se exercia por meios mais sutis que os poderes da “autoridade central” que era o poder do rei. O mais importante é considerar que as rainhas não eram “sem poder” e que mantinham uma esfera própria de atuação. *Queenship*, portanto, não se encaixava numa definição precisa:

Nothing like a modern office with job description, salary, regular means of appointment, or specific duties existed within any royal administration during the central medieval period, and certainly not for the king's wife. **Her position was fluid, her power always dependent upon her relationships to husband and offspring.** And yet, there were ceremonial acts, public obligations, expectations to be met, and regular sources of income from lands and monies that were among the prerogatives of queenship <sup>24</sup>.

Por exemplo, uma das formas principais em que esse poder se exercia era por *intercessão* junto ao rei; a rainha, argumenta Pauline Stafford “was a straddle of boundaries rather than a marginal figure” e, ela continua “from the point of view of the supplicant, the intecessor is approachable, yet at the same time sufficiently a part of the mechanisms of power to be efficacious. *Negotiation, patronage and mercy* are all

---

<sup>22</sup> PARSONS, John C. *Medieval Queenship*. Macmillan, 1997, p. 1.

<sup>23</sup> EARENIGHT, Theresa. Introduction. In: *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

<sup>24</sup> HUNEYCUTT, Lois L. *Alianora regina anglorum: Eleanor of Aquitaine and Her Anglo-Norman Predecessors as Queens of England*. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Springer, 2016, p. 117.

aspects of intercession.”<sup>25</sup>, sendo esses três aspectos ligados a atributos essenciais das rainhas.

Assim, considerando *queenship* como um ofício em relação direta com *kingship*, Theresa Earenfight propõe, em seu livro, que a monarquia era um exercício de várias pessoas, sendo o governo conjunto no qual a rainha, como consorte do rei, também participava<sup>26</sup>. Os poderes se exerciam a vários níveis, com diferentes graus de autoridade. Assim, os monarcas tinham funções diversas e complementares.

Outra dimensão de *queenship* é ponderar que varia não só de lugar para lugar, mas também que é algo que vai se formando, ou seja, *queenship* não tinha uma definição precisa no início da Idade Média, e só depois, pelos séculos IX e X, é que se pode fazer um quadro de quem eram essas rainhas, à medida que seu *status* toma uma forma mais precisa. Ainda assim, *queenship*, como tal, vai se exercer de acordo com os costumes de cada reino. Em relação a lugares diferentes, vale discorrer com um exemplo: as rainhas da península ibérica em relação a suas contrapartes francesas e inglesas – as primeiras tinham muito maior oportunidade de exercer poder por direito próprio, pois na França, por exemplo, já no século XIV reviveu-se a lei sálica, no início da dinastia Valois, reinterpretando a lei de modo que impedia que a sucessão real através de uma linhagem feminina fosse possível, como meio de justificativa para excluir a linhagem do rei Eduardo III da Inglaterra de uma possível sucessão (linhagem essa que vinha por parte da rainha Isabelle da Inglaterra, filha de Felipe IV da França). Antes, a lei sálica referia-se apenas à herança de terras, não citando um impedimento à sucessão feminina ao trono. Isso não significava, é claro, que as rainhas na França não exercessem graus de poder variados, como regentes em nome de filhos menores de idade. Rainhas que sucediam ao trono por direito próprio, no entanto, não apareceram no reino francês. Se considerarmos o conceito proposto por Foucault, no qual múltiplos poderes se exercem em variados níveis, rainhas e princesas sempre dispunham de algum tipo de poder. Feitas essas observações, é necessário traçar um histórico, notando as diferenças entre os lugares e como a natureza do poder da rainha foi se modificando e se formando.

---

<sup>25</sup> STAFFORD, Pauline. Emma: the Powers of the Queen. In: DUGGAN, Anne J. (Ed.). Queens and Queenship in Medieval Europe: Proceedings of a Conference Held at King's College. London, April 1995. Boydell Press, 2008, p. 18.

<sup>26</sup> EARENFIGHT, Theresa. Queenship in Medieval Europe. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

Não foi possível observar, para os primeiros séculos da Idade Média, uma delimitação muito precisa de *queenship*, ao menos na Europa Ocidental. Dada a pluralidade de monarquias lideradas por chefes locais, ou por aqueles ditos “reis”, que não tinham uma corte fixada, a definição do que era uma rainha variava muito: como o coloca Theresa Earenfight “there was no single definition of ‘queen’ across these plural kingdoms – meaning depended in large part in a context, with local customs and law determining practice”<sup>27</sup>. Durante esse período, a ascensão de monarcas ou de dinastias era marcada por vitória militar, conquista ou ainda por legitimidade dinástica. Portanto, mesmo com um status ainda indefinido, é indispensável refletir o que era, nesse estágio, *queenship*. O que Theresa Earenfight identifica, nesse ponto, é um aspecto de *santidade* da rainha: embora uma rainha tivesse muitas outras funções, como os atos seculares de dar à luz o herdeiro, administrar a casa real, interceder em favor de seus súditos e encomendar e patrocinar obras de arte<sup>28</sup>, esse aspecto de santidade era essencial. O poder de intercessão apareceu, por muitas vezes, como um atributo de *queenship*, e, nessa época, onde muitos reis ainda eram pagãos, a esposa do rei aparecia como agente de conversão que trazia o rei para dentro do cristianismo, sendo consideradas como modelos. Esses modelos para rainhas eram basicamente espelhados em Helena, mãe do Imperador Constantino I, que fora à Terra Santa e trouxera relíquias (mais em reinos como o dos francos) e principalmente no modelo da Virgem. O modelo pregado para rainhas que se refletia nesse modelo da Virgem era, como Anne Duggan destaca:

[...] this Queen of Heaven was her Son’s spouse as well as His mother, enjoying a unique position of dignity and power to which no man could aspire. **The duality of her position in relation to Christ thus made her an ideal model for queens, as wives and mother of kings.** It was an image which both elevated their role and differentiated it from the male rulers, in that it emphasized the queenly and womanly virtues of mercy, benevolence, kindness and intercession<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2013., p. 33.

<sup>28</sup> EARENFIGHT, Theresa. *op cit.*, p. 37.

<sup>29</sup> DUGGAN, Anne J. (Ed.). *Queens and Queenship in Medieval Europe: Proceedings of a Conference Held at King's College*. London, April 1995. Boydell Press, 2008, p. XVII.

Assim, aspectos como de humildade, piedade e caridade eram enfatizados. Outra autora, Janet L. Nelson, destaca que a Virgem nunca foi “reinante” (ruler in her own right) – e que, quando era celebrada, a Virgem como rainha era especificamente *regina*, estando sujeita a uma autoridade masculina, não exercendo de fato o poder direto.<sup>30</sup> Theresa Earenfight sugere que *queenship*, durante esse período, derivava sua forma da junção de noções romanas de poder herdadas e também nas noções cristãs de virgindade e casamento<sup>31</sup>: a noção da rainha ser “casta e virgem” e muitas vezes, passar anos em conventos, era um elemento comum – principalmente no caso de princesas viúvas em reinos anglo-saxões.

Já a partir do século VIII e principalmente durante os séculos IX e X, o que muda então o status da rainha é uma questão a ser considerada. O fator de legitimidade dinástica foi cada vez ganhando maior importância, sendo que tal meio de ascensão era marcado por cerimônias de unção e coroação. Jacques Le Goff destaca que, entre as dinastias merovíngia e carolíngia, na França, “a usurpação somente desapareceu de verdade quando Pepino, o Breve, e seus filhos, por uma dupla unção episcopal e depois pontifícia, adquiriram o caráter sagrado, imitado da unção dos reis de Israel definida no Antigo Testamento”<sup>32</sup>. Pode-se considerar que apenas com a crescente sucessão dinástica, como uma sucessão transmitida de pai para filho, começa-se a pensar mais na *status* das rainhas. Segundo Julie Ann Smith,

By the end of Charles' reign, ideas concerning queenship and the process by which a woman became a queen were becoming more clearly defined. The essential element of queen-making still remained her marriage to the king, but ideas about the nature of queenship were evolving. While 'the king held his power of God and could be deposed only by the judgment of God', the queen held her position at the choice of the king and by virtue of her marriage, but could not be deposed by him by virtue of that same marital bond. The bishops were not yet in the way of being indispensable to queen-making, but they were able to insist on the permanence of queenship by virtue of the marriage which had created it. Marriage to a king was the source

---

<sup>30</sup> L. NELSON, Janet. Women at the Court of Charlemagne: a case of Monstrous Regiment? In: PARSONS, John C. Medieval Queenship. Macmillan, 1997, p. 49.

<sup>31</sup> EARENFIGHT, Theresa. Queenship in Medieval Europe. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 71.

<sup>32</sup> LE GOFF, Jacques. Rei. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. Dicionário temático do ocidente medieval, volume II. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 398.

of a queen's power: enthronisation and coronation were symbols of that power<sup>33</sup>.

A ênfase na dinastia como uma fonte de poder deu às mulheres uma função mais definida dentro da família<sup>34</sup>, uma vez que a rainha era agora a mãe do futuro rei e tornava-se essencial para assegurar a linhagem sucessória dentro da dinastia real. Portanto, os fatores essenciais para a formação de um *status* das rainhas foram primeiro a legitimidade dinástica e a crescente importância da sucessão dentro de uma família, notando cada vez mais a rainha como a mãe do futuro rei. Mas outros fatores vêm se somar a esse: nos primeiros séculos da Idade Média, o concubinato e poligamia ainda eram práticas comuns, mesmo que fossem condenadas. Com o desaparecimento gradual dessas práticas, paralelo à crescente valorização do casamento e da esposa legítima, também há uma crescente importância no *status* da rainha. Portanto, pode-se notar como fatores para uma maior valorização da figura da rainha o fato de que as coroações, como cerimoniais, vão se tornando cada vez mais comuns na Europa, bem como a sacralização do casamento, que culminaria na reforma gregoriana, já no século XI. Finalmente, a preferência por uma sucessão dinástica em detrimento de sucessão por vitória militar ou eleições. Assim sendo, tais fatores teriam uma formação essencial na identidade da rainha. Sob um determinado ponto de vista, a palavra chave aqui é *legitimidade*: não só a legitimidade dinástica que se expressava por cerimônias como a de coroação, mas também a legitimidade do casamento, que se devia a uma maior estruturação da própria Igreja, o que tornava a rainha agora em mãe do herdeiro legítimo, assim como na esposa legítima do rei, e, em alguns casos, legitimamente coroada. A coroação também garantiu à rainha uma crescente importância, pois segundo J. C. Parsons,

[...] as the king's wife was neither warrior nor lawgiver, ritual had an especially crucial role in the construction of queenship, beginning with the fundamental queen-making act of coronation; and here too, underlying patterns of familial status cannot be ignored. That queens swore no coronation oath, as Poulet stresses, left their power helpfully undefined, but allowed them no effective claims to deference save as royal wives and mothers. But with blessings, prayers, and exhortations based. On marriage

---

<sup>33</sup> SMITH, Julie Ann. Queen-making and queenship in early medieval England and Francia. UK: University of York, 1993, p. 127.

<sup>34</sup> EARENFIGHT, Theresa. Queenship in Medieval Europe. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 44.

rites, coronation in effect consecrated queens as lawful royal consorts and mothers of legitimate royal heirs [...] <sup>35</sup>.

Esse período entre os séculos VIII e IX trouxe mudanças importantes na definição maior do que era uma rainha <sup>36</sup>. Reis e rainhas já tinham, cada vez mais, legitimidade concedida por cerimoniais de coroação, que contava com a unção. O *ordo* da coroação da rainha em si enfatizava a piedade e sua parceira com o rei. No entanto, como o aponta Theresa Earenfight, as rainhas não recebiam:

[...] sword, scepter or rod – the regalia that signify a king as a crowned warrior and a judge. As the rights of queens to inherit and bequeath property were curtailed under new laws designed to preserve family, queens were less likely to inherit and rule on their own right. <sup>37</sup>

No século X, o controle dinástico cada vez maior podia, por vezes, colocar rainhas como regentes, o que era outra função importante dessas rainhas, que por anos, podiam atuar em nome de seus filhos, ainda menores de idade. Mas isso leva à outra discussão historiográfica presente no campo de estudos de *queenship*.

Então, já pelo século XI, a rainha se encontrava, por seu alto status, como que “apartada de outras mulheres”. Pode-se especular se, nesse período, o aumento da corte e de funcionários reais mudou algo no status da rainha, já que esses novos funcionários reais exerceriam por vezes um poder junto ao rei. Uma questão que pode ser ponderada é saber o quanto o poder que esses novos funcionários exerciam era antes das rainhas, e quanto isso mudaria no status delas. A “diminuição” nos poderes da rainha é uma discussão que parte principalmente de um dos estudos clássicos sobre *queenship*, *A Study of Medieval Queenship: Capetian France, 987 - 1237*, de Marion Facinger, que sustenta, baseado nas cartas do período, que as rainhas da França dos Capetos do século XII perderam um pouco do seu status oficial anterior. Facinger argumenta que o poder das rainhas, nos séculos IX e X, era bem mais substancial que no século XII em diante, pois as instituições reais que se formariam ainda não estavam totalmente consolidadas. No entanto, com a monarquia se utilizando cada vez mais desses ofícios, as rainhas teriam sido excluídas do centro de poder.

---

<sup>35</sup> PARSONS, John C. *Medieval Queenship*. Macmillan, 1997, p. 8.

<sup>36</sup> EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 37.

<sup>37</sup> EARENFIGHT, Theresa. *op cit.*, p. 120.

Contudo, estudos recentes sobre o poder das rainhas durante a Idade Média vêm rejeitando essa ideia, notando que essas rainhas como parceiras de seus filhos e maridos, seguravam, por vezes, um poder efetivo, que não era tão incomum assim. Theresa Earenfight argumenta que ofícios reais, criados a partir de uma crescente burocracia, foram cada vez mais afastando as rainhas do ofício público, e as limitaram, de certo modo, a uma esfera mais doméstica e familiar, isso era verdade. Mas ela contrapõe que:

[...] the official, public, political face of medieval monarchy may have become gendered male, but the royal court **was hardly a womanless space**. Many queen consorts were very much present and active, often their husbands' equals in a wide range of issues that span the public-private continuum that encompasses governance, religion, art and family <sup>38</sup>.

Portanto, seguindo essa linha de pensamento que considera que o poder pode se exercer por muitos meios que não o oficial, a tese de Facinger pode ser refutada, como o vem sendo, por historiografia mais recente. Ainda, Lois Huneycutt destaca que:

[...] this integration of women into the family is particularly important because, at least until the middle of the twelfth century, the medieval world drew little distinction between "public" and "private" spheres of life and authority, or between public and private rights <sup>39</sup>.

Segundo Huneycutt, apesar da misoginia da época, mulheres ainda podiam ter considerável autoridade e liberdade de movimento no que hoje consideramos a "esfera pública", frisando que algumas mulheres continuaram a herdar mesmo reinos. Em seguida, a autora continua:

[...] two of the medieval world's best-known instances of females claiming the right to rule on their own, that is, as reigning queens rather than as regents or consorts, occurred at a crucial point in the mid-twelfth century, when the rise of professional administrative bureaucracies, coupled with changes in inheritance patterns and marriage customs, were combining to erode women's freedom to act in the public sphere. In both cases, prominent churchmen

---

<sup>38</sup> EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2013., p. 129.

<sup>39</sup> HUNEYCUTT, Lois L. *Female Sucession and the Language of Power in the Writings of Twelfth Century Churchmen*. In: PARSONS, John C. *Medieval Queenship*. Macmillan, 1997, p. 190.

chronicled the struggles of females to claim the thrones that they had inherited.<sup>40</sup>

Assim sendo, se é considerado que o poder não era necessariamente direto ou oficial, essa “diminuição drástica” dos poderes da rainha não foi tão “drástica” assim. A criação de novos mecanismos de poder e uma maior institucionalização da Igreja, que buscava dominar em todos os aspectos, é certo, pode ter limitado um pouco a esfera de atuação de rainhas, mas não significa que as tenha banido. Para John Parsons, embora a ascensão de uma “burocracia real” estivesse transformando as operações formais do governo em preservações masculinas, esses desenvolvimentos não impediriam que as esposas dos reis tivessem acesso ao poder, embora afetassem criticamente as representações de uma posição da rainha e os métodos abertos para ela. A ascensão da “burocracia” significou que, como refletido no desaparecimento dos nomes das rainhas das listas de testemunhas às cartas reais inglesas e francesas do século XII, o papel da esposa de um rei não era mais oficialmente divulgado.

Adelaide of Maurienne was the last queen of France whose name appears as a witness to royal charters, as Eleanor of Aquitaine was the last queen of England whose name was so advertised. She was also the last queen of England to issue royal writs in her own name, and to serve regularly as regent." Of course, charters and other records that witness such changes were written from a male perspective, and do not prove that queens' power was contracting<sup>41</sup>.

Mas o modo como elas desempenhavam seus papéis mudava significativamente, defende o autor. Não era mais visível, na câmara do conselho, que uma rainha cumprisse os deveres que o *ordo* impunha a ela como conselheira, mediadora ou intercessora. Dada sua função primária como a mãe de seus filhos, o foco de suas atividades era agora o quarto de dormir. Como este íntimo acesso de esposa ao rei não

---

<sup>40</sup> HUNEYCUTT, Lois L. Female Succession and the Language of Power in the Writings of Twelfth Century Churchmen. In: PARSONS, John C. Medieval Queenship. Macmillan, 1997, p. 190.

<sup>41</sup> PARSONS, John Carmi. Damned If She Didn't and Damned When She Did: Bodies, Babies, and Bastards in the Lives of Two Queens of France. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor Aquitaine: Lord and lady. of Springer, 2016, pp. 273 - 4.



estava corretamente sujeito à restrição oficial (masculina), quaisquer limites formais em sua voz implícitos por sua presença anunciada na câmara do conselho desapareceram.<sup>42</sup>

O que mudou, essencialmente, nesses séculos, a definição do *status* de uma rainha? Nos primeiros séculos o aspecto de santidade da rainha ainda estivera muito presente, mas agora com a Europa quase toda cristã isso fora desaparecendo, sendo a rainha como agente de conversão substituída pelas importantes funções da rainha vista através de maternidade e casamento, o que não significava essencialmente que o poder das rainhas desaparecera. Intercessão continuava sendo um elemento chave de *queenship*. Nesse ponto, é fundamental perceber que tais regras formuladas pela Igreja concernentes ao casamento e costumes que foram adotados pelo reino franco e depois pela Inglaterra não eram, exatamente, difundidos em todos os lugares da Europa. Um exemplo disso é a Escócia do século XI, que seguia tradições escandinavas e irlandesas, onde práticas de concubinato, divórcio e poligamia ainda existiam, e onde nem rei nem rainha eram ungidos<sup>43</sup>. Outro exemplo é a tardia conversão de reinos como o da Hungria ao Cristianismo, que permitia que as rainhas desses reinos ainda exercessem funções de conversão, tal como no reino franco-merovíngio dos primeiros séculos da Idade Média<sup>44</sup>. O reino franco, é certo, foi um dos primeiros a se desenvolver nesse sentido, vindo a exercer futura influência sobre outros reinos. Um exemplo do século XII, de como práticas de coroação foram transmitidas do reino franco a diferentes reinos é quando o costume da dinastia capetíngia de fazer coroar o herdeiro do trono antes da morte do rei como meio de assegurar uma sucessão pacífica foi adotado pela dinastia Plantageneta no século XII. Foi também no reino franco onde tais cerimoniais, antes não muito importantes, começaram a se difundir, a partir da ascensão da Dinastia Carolíngia. Ainda, a maior parte das fórmulas base dos *ordines* vêm desse período; elas poderiam ser e eram frequentemente adaptadas, mas sua essência vinha de fórmulas provenientes principalmente de *ordines* insulares como o Ordo de Edgar de 973, a versão francesa da *second recension* inglesa ou o Ordo Romano-Germânico.

---

<sup>42</sup> PARSONS, John Carmi. Damned If She Didn't and Damned When She Did: Bodies, Babies, and Bastards in the Lives of Two Queens of France. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor Aquitaine: Lord and lady. of Springer, 2016, pp. 273 - 4.

<sup>43</sup> WALL, Valerie. Queen Margaret of Scotland (1070 - 93): Burying the Past, Enshrining the Future. In: DUGGAN, Anne J. (Ed.). Queens and Queenship in Medieval Europe: Proceedings of a Conference Held at King's College. London, April 1995. Boydell Press, 2008, pp 34 - 35.

<sup>44</sup> EARENIGHT, Theresa. Queenship in Medieval Europe. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 239.

Feitas as considerações sobre diferenças de lugares e graus de penetração do cristianismo em reinos europeus, um elemento chave para pensar a política desse período que abrange a baixa Idade Média é a política de casamentos. André Poulet destaca a importância do casamento também para a formação de laços políticos, no qual o destino das princesas, futuras rainhas, enviada a outros reinos como noivas com esse propósito de alianças, se dava:

The growth of feudalism sharpened the matrimonial tool and allowed it to prune and enhance the dynastic tree. In a mimetic reaction to the feudal environment, the king used marriage as an instrument of alliance, reinforcing ties of vassalage and sealing alliances with the great families by judicious distribution of the daughters under his authority <sup>45</sup>.

O casamento também era a base da legitimidade dinástica e ajudava a definir quem era a rainha, dentro de um reino. O historiador J. C. Parsons destaca, ainda, o papel da rainha dentro das próprias negociações de casamento, o que acabava sendo, também, um meio de intercessão.

Queens thus obligated husbands toward themselves, ultimately increasing their influence in matrimonial diplomacy and foreign relations. And however "domestic" or "private" an activity the education of children may appear, the implications of the queen's role as instructor—and her capacity to object (if temporarily) to a diplomatic marriage—point up the inadequacy of positing modern boundaries between public and private when considering the power of medieval noblewomen. Daughters and their marriages in effect emerge as a practical means by which queens crossed limits between the unofficial sphere to which popular expectations and royal ritual directed them. <sup>46</sup>

Mas as rainhas também desempenhavam outras funções. É destacado por Theresa Earenfight o papel diplomático que essas personagens tinham dentro do reino, e através disso, as rainhas como próprias condutoras de cultura <sup>47</sup>. Uma rainha era, direta ou indiretamente, parceira de seu marido. Em várias ocasiões lhe foram delegados poderes como o de regência. Em ocasiões mais raras, ainda rainhas exerceram poder por

---

<sup>45</sup> POULET, André. Capetian Woman and the Regency: The Genesis of a Vocation. In: PARSONS, John C. Medieval Queenship. Macmillan, 1997, p. 99.

<sup>46</sup> PARSONS, John Carmi. Mothers, Daughters, Marriage, Power: Some Plantagenet Evidence. In: PARSONS, John C. Medieval Queenship. Macmillan, 1997, p. 75.

<sup>47</sup> EARENFIGHT, Theresa. Queenship in Medieval Europe. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 239.

direito próprio. Mesmo se a regra da linhagem do primogênito masculino limitou o exercício principal da monarquia àquela linhagem específica masculina, as rainhas ainda estavam no centro da família real <sup>48</sup>. Segundo Theresa Earenfight, “marriage, coronation, maternity and memorials formed a four-step process that legitimized a dynasty” <sup>49</sup>. Mesmo algumas mulheres eram designadas como herdeiras em seu próprio direito, como Matilda, a Imperatriz (que, no entanto, nunca chegara a ser coroada), Urraca de Castela-Leon e Melisende de Jerusalem, no século XII.

Deste modo, uma observação final a ser feita é que os poderes das rainhas muito mais mudaram que desapareceram <sup>50</sup>. Mudaram não só na dimensão temporal como também espacial. De toda forma, as rainhas sempre estavam envolvidas na política real, mesmo que por vezes as fontes não deixem ver tais aspectos. Entretanto, algumas dessas fontes podem fornecer indícios importantes sobre o poder real através das cerimônias analisadas.

### **1.3 – COMO REFLETIR O PODER DAS RAINHAS ATRAVÉS DAS FONTES: ANÁLISE DE *ORDINES* E CRÔNICAS**

Tais indícios podem ser observados em ao menos dois tipos de fontes, utilizadas na pesquisa. A primeira são os chamados cerimoniais de coroação, ou o que seriam os *ordines* específicos da coroação de cada rei. Os *ordines*, no entanto, devem ser analisados sob alguns aspectos. Janos Bak, em sua introdução do livro *Coronations: medieval and early modern monarchic ritual* levanta o problema dessas fontes como textos antes programativos do que realmente transparecendo tudo o que ocorria nas coroações. Os *ordines*, portanto, *não* serviam para uma cerimônia de um rei específico, mas antes para várias coroações, a não ser aqueles que eram especialmente atribuídos a um monarca – mais comuns ao final do período medieval.

Richard A. Jackson coloca, entre os problemas para trabalhar essas fontes, além do fato que os *ordines* não podem ser ligados a uma coroação específica, também a

---

<sup>48</sup> EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2013., p. 129.

<sup>49</sup> EARENFIGHT, Theresa. op cit., p. 130.

<sup>50</sup> EARENFIGHT, Theresa. op cit., p. 178.

dificuldade de datar *ordines* ou mesmo perceber quais *ordines* influenciaram quais, já que poucos manuscritos sobreviveram <sup>51</sup>. Os *ordines* que chegaram até os dias de hoje podem ser encontrados em três tipos de coleção de manuscritos <sup>52</sup>: os mais comuns são os pontificais (*pontificals*), que eram designados para uso prático de bispos e arcebispos em suas funções – que incluíam ordenações, de bispos, abades – e também de reis e rainhas. O propósito desse manuscrito sugere certo uso, mas não há evidências desse uso direto dos manuscritos durante as cerimônias – embora se possa notar que alguns foram ao menos consultados na preparação das consagrações reais. Também são encontrados *ordines* em sacramentários (*sacramentary*), que eram de conteúdo mais genérico e sem uso específico por bispos ou arcebispos, mas contém algumas preces e bênçãos, e ainda em ordinários (*ordinary*), que não contém textos litúrgicos em si, mas indicações de como a coroação deveria ocorrer. Esses dois tipos de manuscritos também poderiam ser utilizados na preparação das cerimônias, principalmente antes dos séculos XIII e XIV, já que os pontificais continham mais os textos litúrgicos e os primeiros *ordines* não eram muito elaborados no sentido de prescrever como a cerimônia ocorreria.

Ainda resta destacar que *ordines* foram muito revisados, e mesmo nos manuscritos que são mais conhecidos não se pode determinar com precisão suas origens; um manuscrito pode vir do reino franco ou anglo-saxão, mas as fórmulas eram propriamente *francesas ou inglesas* ou teriam tido origem em ritos vindos de outros reinos? Isso é válido quanto mais se recua no tempo. Os *ordines*, no entanto, servem como valiosa fonte no estudo da coroação, pois se enfatizam em suas liturgias e fórmulas, bem como preces, etc., certos valores que estavam associados ao próprio *status* dos reis – e se esses *ordines* expressavam valores para os reis, também é válido assumir que o mesmo se aplica às rainhas. O *ordo* é uma fonte relevante se considerarmos que estabelecem valores que são associados à *queenship* e *kingship*, e relacionam as figuras de reis e rainhas dentro de uma mesma liturgia. Dentro da perspectiva que *ordines* não podem nem ser diretamente ligados a coroações, nem determinados em seus usos específicos, torna-se necessário destacar alguns que tiveram influência fundamental, pois suas fórmulas tiveram um uso de longa duração.

---

<sup>51</sup> JACKSON, Richard A. Introduction. In: *Ordines Coronationis Franciae*, Volume 1: Texts and Ordines for the Coronation of Frankish and French Kings and Queens in the Middle Ages. University of Pennsylvania Press, 2000.

<sup>52</sup> JACKSON, Richard A. op. cit., p. 11.

O primeiro grupo desses *ordines* foram o Ordo de Leofric, e os *ordines* do arcebispo Hincmar – Ordo de Judith, Ordo de Ermentrude, Ordo de Carlos o Calvo e Ordo de Luís o Gago. Enquanto o Ordo de Ermentrude não teria influências maiores sobre o desenvolvimento posterior do cerimonial francês<sup>53</sup>, o de Judith, que teve suas fórmulas adaptadas diretamente do Ordo de Leofric, foi o texto mais antigo que sobreviveu que contivesse primeiro fórmulas de coroação e unção de uma rainha – e foi a partir dele que Hincmar iria desenvolver os outros *ordines* reais, adaptando e elaborando suas fórmulas<sup>54</sup>. Os *ordines* de Carlos o Calvo e de Luís o Gago teriam fórmulas que influenciariam profundamente o cerimonial francês – principalmente o primeiro, cujas bênçãos e preces seriam utilizadas até quase um milênio depois<sup>55</sup>. Esses *ordines* do período carolíngio teriam, bem como a primeira leva e a segunda dos *ordines* ingleses, grande importância dentro da história do desenvolvimento das liturgias reais.

Sobre os séculos XI e XII, especificamente, também não se sabe muito, mas de forma geral alguns *ordines* exerceriam influência maior. Não dá para dizer qual coroação utilizou qual *ordo*, como já comentado, e isso especialmente na França, em que se considera principalmente a influência de *ordines* como o Ordo de Eardmann, o Ordo das Onze Fórmulas e o Ordo de Ratold, ou versão continental da *second recension* inglesa. Na Inglaterra considera-se que as levas de *ordines* (chamadas de *first*, *second*, *third* e *fourth recensions*) influenciaram, de certa forma, uma à outra, destacando a influência direta da *second recension* e do Ordo Romano-Germânico sobre a *third recension* – fontes que serão analisadas mais à frente. O Ordo Romano-Germânico seria importante no desenvolvimento de ambos os cerimoniais franceses e ingleses.

O Ordo de Eardmann, também chamado de “West Frankish Ordo” (Schramm) teria sido amplamente utilizado até o século XI, e, segundo Richard A. Jackson:

The Eardmann Ordo, or a text similar to it, was to be used or consulted in France, England and Germany. Schramm suggested that the ordo was used in France and remained in use as late as the coronation of Philip I in 1059, a hypothesis that cannot now be accepted without reservation. Whenever and wherever the ordo was consulted, nonetheless, it was enormously important,

---

<sup>53</sup> JACKSON, Richard A. op. Introduction. In: *Ordines Coronationis Franciae*, Volume 1: Texts and Ordines for the Coronation of Frankish and French Kings and Queens in the Middle Ages. University of Pennsylvania Press, 2000, p. 80.

<sup>54</sup> JACKSON, Richard A. op. cit., pp. 74-75.

<sup>55</sup> JACKSON, Richard A. op. cit., p. 88.

for it decisively influenced both Continental and Anglo-Saxon ceremonial, and the latter, in turn, would eventually make significant contributions to the French ceremony, primarily through the Ratold Ordo <sup>56</sup>.

Já o Ordo das Onze Fórmulas contém em suas quatro fórmulas finais prescrições para a coroação de rainhas, e sobre essas fórmulas é importante ressaltar que foram incorporadas ao Ordo Romano-Germânico e, através deste, iriam exercer influência duradoura sobre o cerimonial francês <sup>57</sup> – e inglês também. Finalmente, o Ordo de Ratold, influenciado pela *second recension* inglesa e também pelo Ordo de Eardmann, é o *ordo* que sobrevive em maior número de manuscritos, colocando, portanto o problema de saber qual desses manuscritos foi mais utilizado dentro das coroações <sup>58</sup> – embora as várias versões do *ordo* não sejam o foco nesse estudo, pois não se busca analisar qual manuscrito influenciou as coroações francesas, e sim os valores transmitidos através desses textos.

De toda forma, para análise dentro da presente discussão, seguindo um recorte temporal-espacial de Inglaterra e França no século XII, considera-se entre as fontes principais tanto a *second* quando a *third recension* dos *ordines* ingleses – cuja discussão será mais detalhada no capítulo seguinte – e também, para a França, as fórmulas do Ordo das Onze Fórmulas e do Ordo de Ratold. A influência do Ordo Romano-Germânico será considerada em ambos os cerimoniais. Esses *ordines* serão analisados buscando palavras que se refiram a características e atributos de rainhas dentro das fórmulas e bênçãos a ela atribuídos. Como a própria problemática dos *ordines* impõe que não sejam uma fonte única quando se busca tratar de coroações específicas, também vale adicionar crônicas a essas primeiras fontes.

De modo que o livro utilizado para o estudo dessas fontes será o *Ordines Coronationis Franciae*, uma reunião de manuscritos das coroações de reis e rainhas franceses, reunindo as fontes para os séculos VIII à XV; sendo a obra dividida em dois volumes e organizada pelo professor da história da Universidade de Houston, Richard A. Jackson - que no entanto é uma fonte apenas referente ao reino da França. A outra

---

<sup>56</sup> JACKSON, Richard A. Introduction. In: *Ordines Coronationis Franciae*, Volume 1: Texts and Ordines for the Coronation of Frankish and French Kings and Queens in the Middle Ages. University of Pennsylvania Press, 2000, p. 145.

<sup>57</sup> JACKSON, Richard A. op. cit., p. 154.

<sup>58</sup> JACKSON, Richard A. op. cit., pp. 168 – 177.

fonte é o *English Coronation Records*, que contém os *ordines* ingleses das coroações mais antigas até o século XIX, editado em 1901 por Leopold George Wickham Legg, remetendo-se ao reino da Inglaterra. Aqui, pretende-se focar nos *ordines* de coroação de reis e rainhas do século XII, principalmente. Na Inglaterra, eles correspondem aos *ordines* denominados *second* e *third recension*, ou seja, *ordines* aos quais vem sendo incorporados elementos de *ordines* continentais, e na França, embora seja menos bem documentado que na Inglaterra, a influência do rito romano, bem como de *ordines* insulares adaptados, também se faz presente.

O segundo tipo de fonte serão crônicas contemporâneas, ou imediatamente posteriores ao período escolhido no recorte temporal, que no caso é o século XII; e no recorte espacial, a pesquisa é centrada em rainhas dos reinos de França e Inglaterra. Uma dessas crônicas são os Anais de Roger de Hoveden (c. 1174 - 1201), que narra eventos envolvendo toda a Europa, desde o século VII até o final do século XII, mas foca principalmente na Inglaterra de Henrique II Plantageneta e Ricardo I, relatando em detalhes os reinados dos dois monarcas. Pouco é sabido sobre o cronista, provavelmente nascido numa vila em Yorkshire chamada Hoveden, que talvez tenha sido monge em Durham e que mais tarde fora empregado pelo rei como um dos clérigos da corte de Henrique II (pode ter sido também capelão e professor de teologia em Oxford); provavelmente começou a escrever seus Anais não antes de 1189, ano da morte do rei Henrique. Seu texto utiliza vários outros autores como fonte, por exemplo Simeon de Durham e Henry de Huntington na primeira parte do texto, que se refere ao período entre 732 e 1155, e de Benedictus Abbas na segunda parte, que é narrado o século XII. Esse texto foi publicado no fim do século XVI por Sir Henry Saville, e reeditado na segunda metade do século XIX em Londres, “com correções”, pois, segundo os editores, o texto estava com muitas partes que não eram válidas. A edição escolhida é versão digitalizada da obra impressa por H. G. Bohn, em 1853 e traduzida do latim para o inglês por Henry T. Riley.

William de Newburgh (c. 1136 - 1198), nascido em Bridlington, Yorkshire foi um cronista inglês, tendo entrado no convento agostiniano de Newburgh ainda cedo, para estudar teologia e história e aparentemente permaneceu lá o resto de sua vida, ganhando informações de viajantes e de abadias vizinhas. Escrito a pedido de Ernald,

abade de Rievaulx, a *Historia rerum Anglicarum* de William abrange o período de 1066 a 1198. William de Newburgh narra, em cinco livros, uma história com foco na Inglaterra e nos feitos de seus reis. O primeiro livro abrange o período de 1066 a 1154, o segundo livro trata do reinado de Henrique II até 1174, o terceiro livro leva a história de 1175 à morte de Henrique II em 1189, enquanto os dois últimos livros cobrem períodos mais breves, terminando em 1194 e 1198 respectivamente. Parece ter sido composto em um curto período entre 1196 e 1198. Desde que a narrativa quebra repentinamente em maio de 1198, infere-se, talvez erradamente, que William morreu enquanto ainda trabalhando nesta seção de sua história. A edição aqui usada é a edição digitalizada para kindle e eBook da Lulu Press, publicada originalmente como parte de uma coleção por R. P. Pyrne.

Outro cronista importante é o Abade Suger (c. 1081 - 1155), que nasceu de uma família muito pequena de cavaleiros, no reino francês. Ele foi dedicado à abadia de St. Denis com a idade de nove ou dez anos. Nomeado abade em 1122, ele ocupou essa posição até sua morte em 1155. A abadia fora fundada no sétimo século pelo rei franco Dagoberto em homenagem a Denis, o santo padroeiro da França, e seus companheiros, Rústico e Eleutério. Pelo tempo de Suger, St. Denis tinha se estabelecido como uma das mais importantes abadias reais do reino francês. O status de Suger como abade fez dele um dos homens mais poderosos da França, como conselheiro e regente dos reis Luís VI e depois da morte deste, Luís VII. Ele testemunhou muitos dos eventos importantes do reinado de Luís VI, deixando um relato que visava relatar a vida e os feitos de Luís como um “exemplo”. É também uma das principais fontes para falar sobre as cerimônias de coroação de Luís VII (filho do rei Luís VI) e de sua esposa, Eleanor de Aquitânia. O texto aqui usado é uma versão digitalizada e disponível no site da Universidade de Fordham, traduzido por Jean Dunbabin.

Outros cronistas também utilizados ou citados foram Robert de Torigny (c.1110–1186), Gervase de Canterbury (c. 1141 – c. 1210), Henry de Huntingdon (c. 1080-1160) e Richard de Devizes (c. 1150 e 1200). O primeiro é um cronista normando cujos registros são uma importante fonte para a história anglo-francesa, narrando em sua crônica eventos sobre os dois reinos. Robert nasceu em uma família aparentemente de alto nível. Em 1128 ele se juntou ao mosteiro em Bec, onde foi ordenado diácono em 1131 e eleito prior em 1149. Ele se tornou abade do Mont-Saint-Michel em 1154, escrevendo sobre os principais eventos do reino anglo-normando durante o século. A



edição aqui citada está digitalizada, presente no site da Bibliothèque Nationale de France (BNF).

Já os outros três cronistas são ingleses, Henry de Huntingdon escrevendo um pouco antes de Gervase e Richard. Henry de Huntingdon foi um cronista inglês do século XII, autor de uma história da Inglaterra, a *Historia Anglorum*, e que serviu como arqui-diácono de Huntingdon. Os poucos detalhes da vida de Henry que são conhecidos são originados de seus próprios trabalhos e de vários registros oficiais. Henry teria começado a escrever sua *Historia Anglorum* no segundo quarto do século, narrando os eventos da história da Inglaterra desde o seu início até o ano de 1154, ano da ascensão da dinastia Plantageneta. A edição utilizada foi publicada originalmente em 1853 e digitalizada pelo Google, a partir do site da biblioteca da Universidade de Harvard. Gervase de Canterbury, ativo durante todo o período de 1180 até a sua morte em ou logo após 1210, foi o autor de várias obras, uma das quais é focada nos reinados de Estêvão de Blois, Henrique II e Ricardo I. Sua narrativa propriamente dita começa com a morte do rei Henrique I, em 1135 e termina com a de Ricardo I, em 1199. Em meados da década de 1180, essa narrativa é centrada na Inglaterra, mas inclui a história mais ampla da cristandade latina; ele teria começado a escrever no final desta década, em 1188. A edição utilizada é uma versão em papel, pela editora da Universidade de Cambridge, da edição de *William Stubbs, The Historical Works of Gervase of Canterbury*, do século XIX. Finalmente, a crônica de Richard de Devizes, que também data do reinado de Ricardo, narrando parte dos eventos nele ocorridos no espaço de tempo limitado da subida do rei ao trono até mais ou menos o ano de 1192. O autor foi um monge em St. Swithun e viveu na segunda metade do século XII. A crônica foi primeiramente recuperada e publicada no século XIX, junto com outras crônicas, e trata principalmente dos eventos ocorridos na Inglaterra durante o reinado de Ricardo. A edição é um arquivo digitalizado que se encontra no site da Universidade de York.

Feito um balanço sobre as fontes que serão discutidas e citadas no terceiro capítulo, algumas considerações sobre essas fontes são pertinentes. Primeiro, considerar que nenhum discurso é neutro. Os discursos de cronistas medievais estavam marcados por esse “filtro masculino”, já que quem escrevia eram, em sua maioria, clérigos. Assim, os escritos formam uma imagem (representação) das rainhas, moldada na visão daqueles que escreviam. Outra indicação é que essas rainhas pouco figuram em tais documentos, o que também pode nos dizer algo, tido o silêncio das fontes em relação às

mulheres, mesmo as de status mais elevado. Por isso, também será considerada a perspectiva do silêncio que as fontes fazem em determinados aspectos.

Segundo ponto, de acordo com Chartier:

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente **que não existe nenhum texto fora do suporte que o da a leitura**, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor.<sup>59</sup>

Aqui, em especial pensando em fontes medievais, temos que considerar os séculos que nos separam das fontes. Ainda, há que se fazer uma consideração: crônicas em língua vulgar eram geralmente encomendadas e lidas em voz alta na Corte Real. No entanto, as crônicas aqui analisadas serão traduções do original em latim. Essas crônicas, provavelmente, tinham uma função mais de armazenamento e guardar uma memória. Em que medida, então, interessaria resguardar a memória de figuras femininas, mesmo que de rainhas, é outra colocação a ser feita. Feitas essas exposições, refletir como analisar as fontes é fundamental. Nesta ocasião, procura-se identificar as partes principalmente que sejam referentes às rainhas dentro das cerimônias, tal como na análise dos *ordines*.

Resta ainda ressaltar que dentro da metodologia, utilizar-se-á a análise qualitativa de Laurence Bardin. Segundo Bardin, a análise de conteúdo caracteriza-se por:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens<sup>60</sup>.

Assim sendo, a análise utilizada é a análise qualitativa, em que “é a presença ou ausência de uma dada característica do conteúdo, ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem” que é tomado em consideração. Neste

---

<sup>59</sup> CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Trad. M. M. Galhardo. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 126.

<sup>60</sup> BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3ª. Lisboa: Edições, v. 70, 2004. p. 42.

ponto, quando as características atribuídas às rainhas estiverem presentes, tais características serão notadas: quaisquer lugares, ações ou atributos das rainhas, que representem ou as façam figurarem nos *ordines* ou nas crônicas, mostrando sua presença nessas cerimônias, será levado em consideração. Dentro das categorias de análise utilizadas por Bardin, a escolha de unidades de registro e unidades de conteúdo deve ser ressaltada: a unidade de registro colocará em foco um tema e objeto, no caso as coroações reais em si, e uma personagem, isto é, a rainha. A escolha de tais categorias é utilizada em combinação, pensando na articulação destas com a unidade de contexto, que visa perceber a ausência ou presença dessas personagens nos documentos. Assim sendo, tal escolha é bastante pertinente no que toca a pesquisa, já que também a abordagem do silêncio das fontes é refletida no presente trabalho.

Mas o interessante não é simplesmente fazer uma descrição propriamente dita dos conteúdos, ou seja, de como eram as cerimônias de coroação, mas no que podemos apreender delas e de como essas cerimônias ajudam a pensar na questão do poder próprio das rainhas, além de sua esfera de atuação. Também aqui a intenção é observar um pouco as condições em que essas fontes foram produzidas, considerando por quem foram escritas, numa perspectiva de não desligar a fonte de seu contexto de produção. Aqui, mesmo que se privilegiem esses atributos a ações de rainhas, a consideração principal que se faz é que todos esses discursos eram produzidos por homens. Analisar a presença das rainhas em cerimônias de coroação é levar em conta qual imagem se formava delas; e, mesmo o fato de elas pouco figurarem em tais fontes, em relação à figura dos reis, é em si um fator indicativo das condições de produção desse discurso.

Em conclusão, é proposto nos capítulos seguintes efetivar-se uma análise dos *ordines* de coroação reais e de crônicas medievais, mas para que essa análise seja efetiva, é fundamental, antes de passar para tal exame das fontes e observar como as duas rainhas apareciam, bem como a imagem que se tinha delas, tentar refletir em como as cerimônias de coroação eram realizadas e na sua importância, especificamente na Inglaterra e na França do século XII. Essas cerimônias foram fundamentais para se fazer uma ideia dos monarcas, seus status e funções; assim, também Eleanor de Aquitânia e Marguerite de França serão vistas pelos contemporâneos através desse “modelo”.

## CAPÍTULO II: CERIMONIAIS REAIS E AS RAINHAS NAS CERIMÔNIAS E *ORDINES*

### 2.1 - O OFÍCIO DE *KINGSHIP* E O REI MEDIEVAL

Antes de passar às cerimônias, faz-se necessário refletir sobre o a figura do rei medieval, que foi se formando um pouco antes e paralelamente à figura da rainha. Desde o início da Idade Média, o princípio monárquico, de certa forma, prevalecera. Mesmo que tal princípio, sob a forma de teorias e mesmo sucessão por primogenitura, fosse lentamente formado, a monarquia se estabeleceu como dominante já entre as primeiras dinastias. Segundo Fritz Kern <sup>61</sup>, a monarquia, ou mesmo a ideia dela, mesmo que fosse forte durante o período que abarca os primeiros séculos da era medieval, seria ainda apenas uma concepção. O rei ou chefe, que era visto como sagrado, “descendente dos deuses” em muitas tribos germânicas, entre os anglo-saxões, etc., possuía tanto um poder espiritual como secular, no sentido de desempenhar obrigações, que vinham com esses poderes. Fritz Kern ainda destaca que a ideia de legitimidade pessoal era fraca, enquanto a de legitimidade dinástica era forte <sup>62</sup>.

O rei cristão, como ungido, também passaria a ter tais poderes e obrigações diretas com os súditos. Transitando entre o secular e o sagrado, ele desempenharia diversas funções. O rei, que era dependente de certa forma da sanção popular, era também divinamente ordenado, mas dependia essa ordenação da Igreja, que se punha no papel de *kingmaker*, “fazedora de reis”. *Kingship* só tomou uma ideia mais precisa, como um ofício, a partir do próprio rito de unção. Segundo Janet L. Nelson,

With the eight and ninth century development of the practise of royal anointing, along with its accompanying ideology, clerical theorists could present kingship as an office within the *ecclesia*, clerically-conferred (*per officium nostrae benedictionis*) and clerically conditioned in content and

---

<sup>61</sup> KERN, Fritz. *The Divine Right of Kings*. In: *Kingship and law in the Middle Ages: Studies*. Oxford: Basil Blackwell, 1939.

<sup>62</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 71.

exercise. In principle, the suitable candidate required the approval of both clergy and people, and he could achieve his kingly status only through the sacral ministrations of the clergy <sup>63</sup>.

O rei medieval era, entretanto, um personagem específico do Ocidente cristão – embora trouxesse influências da Antiguidade, da Bíblia, dos reinos pagãos do início do período medieval, como por exemplo a imagem dupla de rei e sacerdote, imagem essa que é transmitida durante a Alta Idade Média e que foi herdada do Antigo Testamento. Jacques Le Goff <sup>64</sup> distingue três momentos da evolução da figura do rei medieval; primeiro, ele seria o rei ungido da época carolíngia, depois, entre os séculos XII e XIII, surge um rei administrativo, em face das realidades da Coroa, do território e da lei, e por fim o rei do final do período medieval, diante de um território sacralizado, que ele se esforça por absorver.

O rei, ainda de acordo com Le Goff, tem também uma função cerimonial. Desse sistema cerimonial que no final da Idade Média irá englobar as cerimônias de entradas e funerais reais, cada vez mais elaboradas, se destaca precisamente a sagração real, particularmente a unção, na qual um rei “não é sagrado apenas por pertencer a uma família sagrada, ou pela natureza de sua função, mas graças a uma cerimônia religiosa realizada pela Igreja” <sup>65</sup>. Assim, a ideia de *kingship*, derivada de noções antigas, tanto romanas quanto de tribos germânicas, também teve um envolvimento da Igreja, através da contribuição para a imagem sacra do rei vinda dessas cerimônias. Se for retomada a ideia de uma cerimônia moldada por interesses dos grupos que a formam, pode-se refletir no quanto esse cerimonial foi moldado pela Igreja e o quanto ela interessou não só aos interesses reais, mas também clericais. O rei ungido teria certa identificação com a imagem do sacerdote, ao menos nos séculos iniciais em que a sagração se realizara, através da associação da unção do monarca com um sacramento, imagem essa que a Reforma Gregoriana busca romper ao retirar a unção real da lista de sacramentos. O que demonstra uma mudança no sentido da cerimônia através dos interesses destes mesmos grupos “dominantes”.

---

<sup>63</sup> NELSON, Janet Laughland. *Politics and ritual in early medieval Europe*. Hambledon Press, 1986, pp. 72 - 73.

<sup>64</sup> LE GOFF, Jacques. *Rei*. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do ocidente medieval*, volume II. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 395.

<sup>65</sup> LE GOFF, Jacques. *op cit.*, p. 403.

Mas mesmo quando a unção não mais foi considerada sacramento, o rei é a imagem de Deus – sendo por vezes também associado à figura do Cristo <sup>66</sup>. Isso é exemplificado por escritos como o anônimo de York no século XII, segundo o qual o rei “consagrado com o óleo santo, foi feito Deus e Cristo através da Graça” e que não é “um laico, pois ungido com o óleo sagrado” <sup>67</sup>. Ainda, em um caso particular, a crença no poder curativo dos reis de França e Inglaterra, como estudado por Marc Bloch demonstra um forte enraizamento na crença da sobre naturalidade desses monarcas, por parte do povo. Contudo, o mesmo rei que é quase divino tem limitações no seu poder – o rei medieval é um rei contratual, que assume diversas obrigações em face de Deus, de seu povo e da Igreja, especialmente quando das cerimônias de coroação e sagração, cerimônias estas que eram o momento mais significativo da demonstração de poder real. O rei, sendo plenamente reconhecido, era um rei ungido. Esse plenamente, implicado na unção real, é pensado na perspectiva sagrada: a unção se mostra necessária para “fazer um rei”. Mas também a cerimônia de coroação, na qual se incluía a unção, foi sendo cada vez mais comum entre os reis medievais a partir da época carolíngia. Esta cerimônia, não era somente um reconhecimento do rei como um “ungido de Deus”, mas sugeria também um reconhecimento pela parte do povo, principalmente na Baixa Idade Média, quando essas cerimônias se tornam mais elaboradas - o próprio ordenamento por coroações o sugere, já que as cerimônias, ao mesmo tempo em que transitavam no sagrado, tinham também certo grau de *público* <sup>68</sup>. Como o destaca Marina Valensise, “pendant le moyen âge, lorsque le rite d’onction est associé à celui du couronnement, le sacre devient le syntèse d’une double légitimation, l’une transcendent, l’autre fondée sur la reconnaissance des hommes” <sup>69</sup>. Esse reconhecimento era também importante, especialmente no que tocava em casos de passagem de dinastias, por exemplo, da dinastia merovíngia para a carolíngia na França e mais tarde a substituição dessa última pela dinastia dos Capetos, bem como na Inglaterra, a Conquista Normanda em 1066.

O rei também surge em contraste com outros poderes dentro do espaço medieval: primeiramente, o papa e o Imperador do Sacro Império. Segundo Le Goff, “a

---

<sup>66</sup> LE GOFF, Jacques. *Rei*. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. Dicionário temático do ocidente medieval, volume II. Bauru, SP: Edusc, 2006., p. 397.

<sup>67</sup> STRONG, Roy C. *Coronation: a history of kingship and the British monarchy*. HarperCollins Pub Limited, 2005, p. 48.

<sup>68</sup> Esse aspecto público da cerimônia pode ser refletido no sentido que a maior elaboração do cerimonial significa um aumento no cerimonial também das procissões.

<sup>69</sup> VALENSISE, Marina e al. “Le Sacre du Roi: Stratégie Symbolique Et Doctrine Politique de la Monarchie Française.” *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 41 (3), p. 543.

evolução do poder imperial e do poder pontifício na Idade Média opera em favor da emancipação do rei e de seu poder, tanto nas relações com o imperador como nas relações com o Papa”<sup>70</sup>. O que ocorre é que a imagem régia desses personagens, o Imperador e o Papa – se desgasta, não só pelas vacâncias de poder e disputas, mas também pelo fato de a sucessão ser por meio de eleições, enquanto a sucessão real por primogenitura ia se fortalecendo. Enquanto Império e Papado se envolveram em conflitos como a Questão das Investiduras ou o Cisma do Ocidente, os reis – não que eles também não se envolvessem em disputas, como por exemplo, Guerra dos Cem Anos – mantiveram a sua esfera de poder dentro dos seus respectivos reinos, bem como sua “imagem sagrada”, e mais ainda, tinham sua imagem cada vez mais elaborada por teóricos reais – como o próprio anônimo de York. O rei medieval podia não ser um rei absoluto, porém cada vez mais ia estabelecendo seu poder, e nisso as cerimônias de coroação, não só para ele, mas também para sua consorte, ajudaram a moldar sua imagem - e conseqüentemente, estudos sobre reis medievais estiveram, em sua maioria, de alguma forma associados ao poder régio ou às cerimônias de coroação.

\*\*\*

A historiografia sobre *kingship* desenvolveu-se antes que qualquer estudo mais elaborado sobre *queenship* pudesse ser estabelecido, e, nessa perspectiva, as coroações como um campo de estudo também começaram a surgir, ligadas à *kingship*. O estudo de reis e cerimônias de coroação, também nas compilações de *ordines*, já aconteciam no século XIX e mesmo antes; porém, como o coloca Janos Bak, “the critical study of royal, imperial and papal coronations and other rites of accession [is] just over a century old”<sup>71</sup> – ou seja, coroações eram matérias de discussão mesmo nos séculos anteriores, mas antes forneciam visões contemporâneas das cerimônias que estudos aprofundados.

Tais estudos só surgiriam ao fim do século XIX, e possuíam, também, um interesse de cunho político, especialmente no Sacro Império Romano medieval<sup>72</sup>. Entre os estudos de *kingship*, associados também ao estudo das próprias cerimônias de coroação, autores como Walter Ullmann, Percy Ernst Schramm, Marc Bloch, Ernst Kantorowicz, Fritz Kern e Paul Ward logo começaram a desenvolver trabalhos sobre o

---

<sup>70</sup> LE GOFF, Jacques. *Rei*. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. Dicionário temático do ocidente medieval, volume II. Bauru, SP: Edusc, 2006. pp. 397-8.

<sup>71</sup> BAK, Janos M. Introduction, Coronation Studies – Past, Present and Future. In: Coronations: medieval and early modern monarchic ritual. US: University of California Press, 1990.

<sup>72</sup> BAK, Janos M. op cit.

poder régio, trabalhos esses que buscavam, de diferentes maneiras, abordar o tema – como o interesse pela simbologia de *kingship*, bem como a compilação de *ordines*, segundo Schramm, ou Ullmann, que também mantendo o interesse em *ordines*, busca notar o poder sacerdotal e régio; Marc Bloch, também ao abordar o tema do poder régio, toca na questão das coroações. Coroações são importantes, dentro do estudo de *kingship* – “la connaissance du cérémonial,” destaca Richard A. Jackson, “peut conduire à la compréhension des conceptions de gouvernement”<sup>73</sup>. O cerimonial também demonstra ser importante no que toca à própria natureza do poder régio – e como exatamente o eram, é importante refletir, relacionando o cerimonial também às rainhas. Mas antes de observar o papel da consorte real, é importante pensar no que consistiam essas cerimônias.

## 2.2 – CERIMÔNIAS REAIS, SUA EVOLUÇÃO E SIGNIFICADO

As cerimônias reais foram se tornando cada vez mais recorrentes, paralelamente a essa mudança no *status* real, principalmente a partir dos séculos VIII e IX. A cerimônia, que passara a consistir também de um juramento, uma missa e do recebimento de *regalia*, tinha em seu ponto alto a unção e a própria coroação em si. Na Europa Ocidental, o desenvolvimento de tais cerimônias teria acontecido primeiro em reinos como o visigótico, ainda no século VII, o reino franco-carolíngio, a partir da ascensão de Pepino, o Breve,<sup>74</sup> e o reino anglo saxão de Wessex. Reinos nórdicos, por exemplo, teriam cerimônias cristãs tardias, devido a uma cristianização posterior<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> JACKSON, Richard A. De l'influence du cérémonial byzantin sur le sacre des rois de France. Byzantion, vol. 51, no. 1, 1981, p. 201.

<sup>74</sup> Janet Nelson data a introdução da unção para Espanha em 672, França em 751 (só tornando-se mais regulares a partir de 848), Inglaterra em 973 (com a coroação de Edgar), e ao leste da França, em 911. Não que antes não tenham ocorrido unções, no entanto as cerimônias foram se tornando mais regulares após tal período. NELSON, Janet Laughland. Politics and ritual in early medieval Europe. Hambledon Press, 1986, p. 248.

<sup>75</sup> Sobre coroações em reinos escandinavos, duas observações são interessantes. Primeiro, que as fontes são ainda mais escassas: “Since the surviving Scandinavian sources say so much less about royal accession than the coronation records of other countries, it has been common to assume that what we know is merely the tip of an iceberg [...] this assumption cannot be validated from any available source.” Outra observação é sobre como coroações foram tardiamente introduzidas em comparação com Espanha,



Dentro dessas cerimônias, em um aspecto geral, duas partes teriam destaque: a unção, ou seja, a aplicação do ritual que consistia na consagração do monarca com um óleo que era considerado sagrado e também a coroação, que consistia na cerimônia de investidura de um monarca. Ambos têm tanto uma base bíblica quanto um precedente mesmo na Europa medieval. A unção vai se tornar um ponto importante dentro da cerimônia; a bíblia coloca dois precedentes para o ritual, a primeira sendo a unção dos reis de Israel, do Antigo Testamento, que tinha um lapso de tempo maior em relação ao tempo da Europa medieval. Entre os hebraicos, a unção “constituía o processo normal para transferir da categoria do profano para a categoria do sagrado um homem ou um objeto” <sup>76</sup>. O precedente mais próximo era a própria unção sacerdotal, prática transmitida desde os primeiros séculos da Igreja. O ritual de unção real para reis do Ocidente Europeu veio com a cristianização, tornando os reis convertidos ao cristianismo em “ungidos de Deus” e à parte dos súditos. Essa cerimônia trazia um significado de tornar o rei plenamente rei, ou seja, mesmo que no começo da cerimônia o rei já fosse rei, ele não o era inteiramente – ele é o escolhido de Deus, mantém o direito hereditário, mas ainda lhe faltava a unção. O clero é que guarda a função de passar, transmitir ao rei, uma parte desse poder sagrado. Ao ser ungido, o rei também faz um juramento, de proteger e servir ao seu povo e à Igreja <sup>77</sup>.

Já a coroação é um ato que deriva, principalmente, da coroação de Carlos Magno, não como rei, mas como Imperador do Sacro Império, em 25 de dezembro de 800. Também tinha, por sua vez, base bíblica, mas o precedente também se baseava na coroação dos imperadores bizantinos, já que a cerimônia teria surgido primeiro dentro do Império Bizantino. Coroações, assim, primeiramente se ligaram à ideia de coroação imperial. Com Luís, o Piedoso, em 816, teriam se unido pela primeira vez os dois elementos em uma única cerimônia, e o rei, também, assim como o Imperador, passa a ser coroado, a diferença sendo que o Imperador era coroado pelo Papa, e o rei, geralmente, por um arcebispo ou bispo importante do reino – embora, no século VIII,

---

França e Inglaterra, por exemplo: “To summarize, with regard to leadership and power, Scandinavian societies were in a way "primitive" until the eleventh or twelfth century; only in a subsequent period was the "primitive" political order transformed into a state in which the king came to be separated from the society of free men.” VESTERGAARD, Elizabeth. A note on Viking Age Inaugurations. In: BAK, Janos. Coronations: medieval and early modern monarchic ritual. US: University of California Press, 1990.

<sup>76</sup> BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 76.

<sup>77</sup> Sobre o juramento real, e sua importância crescente, especialmente a partir dos séculos XI e XII, observar The coronation in medieval England: the evolution of the office and the oath, de H. G. Richardson.

quando tais cerimônias ainda estavam sendo formuladas pela primeira vez, essa diferença não estivesse estabelecida.

Dentro da perspectiva de notar coroações imperiais e reais paralelamente, uma diferença entre as cerimônias que pode ser questionada é que, enquanto a coroação do Imperador – cuja monarquia era eletiva –, lhe fornecia o poder, a que ele não tinha direito antes que fosse investido, a coroação e unção real apenas lhe confirmava um direito já existente. Ainda, uma questão a ser levantada é o que essas cerimônias traziam de novo. Jacques le Goff argumenta que a coroação não é uma cerimônia de mera inauguração do poder real, pois implica uma mudança, mais precisamente, um aumento no poder real; para ele, uma comparação mais adequada seria com ritos de passagem <sup>78</sup>, já que esses ritos:

In a rite of passage there are not only fixed loci—the one where one comes from in the separation phase, the one where the transformation takes place, and the one where one goes to assume the new and higher power that one has received. There are also the movements from one place to another or within a defined space: from the palace to the cathedral; in slow motion within the cathedral from the door (a "liminal" point par excellence, the threshold of the sacred space where the king and his retinue pause) to the choir and the altar; and finally from the cathedral to the palace. One word comes up again and again in text and image: processionaliter . The circuits are processions, cortèges that are religious if not sacred. The space and the movements within it are, if not religious, like the altar, certainly magical. All these features resemble elements of rites of passage rather than inaugurations in the simple sense of the opening of a building or unveiling a monument <sup>79</sup>.

No que pode-se dizer que o caráter sacro da coroação identificaria ela com ritos de passagem; de fato, as coroações passariam a transmitir uma imagem sacra, muito mais que uma inauguração sugeria. O cerimonial ajudava a moldar uma ideia dos monarcas, e delimitavam de certa forma, como expressos pelas liturgias (*ordines*) uma esfera de atuação, e conseqüentemente, marcava papéis designados a cada personagem.

A coroação, que se tornaria cada vez mais como um rito/cerimônia contínuo que vai ganhando espaço dentro da tradição seria expresso, primeiramente, através dos *ordines*, já comentados antes. A cerimônia em si passara a consistir de algumas partes

---

<sup>78</sup> LE GOFF, Jacques. A Coronation Program for the Age of Saint Louis: The Ordo of 1250. In: Coronations: Medieval and Early Modern Monarchic Ritual, p. 46-57, 1990.

<sup>79</sup> LE GOFF, Jacques. op cit.

essenciais, com variações no modo como eram executadas, de acordo com os *ordines*; geralmente consistiam de uma entrada na catedral dos reis, bispos e aqueles que faziam parte da procissão; depois um juramento, unção e recebimento de *regalia* e da coroa. A cerimônia da rainha geralmente ocorria após a do rei e antes da missa. O *ordo*, por sua vez, vai agir como uma espécie de manual de como a coroação se procede, embora se possa questionar que nem sempre eles iriam revelar o que de fato acontecia na cerimônia, antes oferecendo indícios. Sobre os *ordines*, é preciso destacar que no sentido de elaboração, livros litúrgicos só passam a ser mais detalhados a partir dos últimos séculos da Idade Média <sup>80</sup>, o que torna, para períodos anteriores, a identificação dos *ordines* com as cerimônias mais difícil, já que estes contavam apenas com preces e bênçãos a serem ditas, não contendo menções aos gestos, e mesmo à participação exercida por cada personagem.

Se os próprios livros litúrgicos não eram muito desenvolvidos por um lado, também as tradições não estavam inteiramente formadas. Na França, os *ordines* de coroação tiveram maior mudança que na Inglaterra: após os primeiros *ordines* de Hincmar <sup>81</sup>, vários outros *ordines* também tiveram influência durante o período da dinastia Capetíngia, como o Ordo Romano-Germânico, o Ordo de Ratold e o Ordo das Onze Fórmulas, já mencionados. Na Inglaterra do mesmo período, a primeira versão do *ordo* (*first recension*) perdurou quase até o fim do período saxão, sendo incorporada uma segunda tradição (*second recension*) nas coroações ao final do século X. Então, e mais fortemente após a Conquista Normanda, é que começaria a surgir a influência do Ordo Romano-Germânico, sendo outros *ordines* parcialmente baseados nele. Com o desenvolvimento dos *ordines* e de certa tradição, a coroação ia tomando forma.

Finalmente, as cerimônias reais eram também importantes, como já mencionado, dentro de um aspecto público, bem como dentro do aspecto de legitimidade. Por exemplo, isso é enfatizado também no fato que coroações eram cerimônias tidas como sagradas. Um exemplo que reforçava esse aspecto de sacralidade era o fato de que as coroações, durante a Idade Média, eram realizadas em domingos ou em dias Santos. Algumas cerimônias, como a de Carlos Magno ou de William, o Conquistador – ou mesmo de Luís VII e Eleanor de Aquitânia, em 1137 – foram realizadas em dia de

---

<sup>80</sup> RICHARDSON, Henry Gerald. The coronation in medieval England: the evolution of the office and the oath. In: *Traditio*, p. 111-202, 1960.

<sup>81</sup> NELSON, Janet L. Hincmar of Reims on King-making: The Evidence of the Annals of St. Bertin, 861-882. *Coronations: Medieval and Early Modern Monarchic Ritual*, 1990, p. 360.

Natal. Outro aspecto de sacralidade contido na cerimônia era o fato da unção, até a Reforma Gregoriana, ter sido considerada um sacramento. A Reforma teria sido, num certo sentido, um “vigoroso esforço para destruir a antiga confusão entre o secular e o espiritual”<sup>82</sup>. O que isso representou para a cerimônia? Nos primeiros séculos da introdução do rito da unção, a exaltação da figura do monarca que era ao mesmo tempo sacerdote fora muito presente. O precedente bíblico de Melquisedeque, que era ambos, pôs os monarcas seculares como representantes de Deus<sup>83</sup>.

O papado buscou, então, retirar esses privilégios reais, acabando com a identificação do rei como sacerdote. Esse conflito iria perdurar pelos séculos XII e XIII, também levando a diversas discussões – como, por exemplo, se o rei era rei a partir da hereditariedade ou da unção. A unção tinha duas faces: se por um lado conferia poder divino, por outro lado tal poder só era conferido pela Igreja. Teóricos reais, mais para o século XIII, negariam à unção o aspecto de criar o poder real ou legitimidade<sup>84</sup>. No entanto, fosse como fosse, a importância dos rituais reais de unção e coroação perduraria durante todo o período medieval.

O ato de coroamento, após sua importação de cerimônias bizantinas, também se fez presente em *ordines*. Outras inovações como o acréscimo de *regalia* – anéis, braceletes, cetros, espadas, mantos, etc. –, a crescente importância do juramento (especialmente em coroações inglesas), que era feito, provavelmente, em vernáculo, atribuição de papéis determinados dentro da cerimônia para nobres do reino, foram crescendo principalmente a partir do século XI, culminando nas cerimônias elaboradas do final do período medieval e início do moderno.

Aqui, entretanto, se privilegiam as cerimônias dentro dos reinos de França e Inglaterra, ponderando não só em seu desenvolvimento, mas também nas relações que poderiam surgir entre as cerimônias nos dois reinos, como as influências do continente nos *ordines* reais ingleses e vice-versa, e refletindo nos períodos entre os séculos IX e XII, principalmente neste último.

---

<sup>82</sup> BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 76.

<sup>83</sup> STRONG, Roy C. Coronation: a history of kingship and the British monarchy. HarperCollins Pub Limited, 2005, p. 14.

<sup>84</sup> BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 166.

\*\*\*

No reino franco, embora a primeira unção real e batismo fossem atribuídas a Clóvis <sup>85</sup>, ainda na dinastia merovíngia, e no século VIII o reino já fosse há muito cristão, é apenas a partir do início da dinastia carolíngia que as cerimônias começam a surgir, tanto com a unção de Pepino em 751, como com a coroação de Carlos Magno, em 800. É importante lembrar que tanto a sucessão por primogenitura ainda não era a norma comum, sendo a herança do Império Carolíngio repartida entre os filhos do imperador, como paralelamente, os ritos ainda não eram essenciais. Nesse ponto, uma questão pertinente é como que algo que de início guardava uma separação entre a cerimônia de coroação imperial e o rito da unção real se uniram em um único evento que marcava a ascensão de um rei ao trono, união essa que vai começar a aparecer já no início do século IX, mas que só vai se fortalecer ao longo do século. Embora primogenitura não fosse a norma ainda, já havia de certa forma uma ideia de tal princípio - por exemplo, já com Pepino, que fora consagrado novamente em 754 e fizera consagrar também seus filhos.

Embora coroações e unções ocorressem no reino franco desde o século VIII, é somente no reinado de Carlos o Calvo e com os *ordines* de Hincmar que se começa a formar uma teoria sobre *kingship*, em meados do século IX. Segundo Hincmar, um rei ascendia “diretamente pelo poder divino”, “pelo poder divino, mas através dos homens” ou ainda “pelos homens, mas com a permissão divina” <sup>86</sup>. Portanto, nos escritos de Hincmar, vale ressaltar que os reis eram dependentes tanto do apoio de uma aristocracia quanto também deviam uma parte de seu poder à sucessão filial – o que demonstra tanto a ideia de que o poder real não vem sem apoio quanto à ideia do direito de sucessão. Em resumo, coroações, para Hincmar, não eram o fator que fazia um rei, embora fossem importantes, dado que o próprio Hincmar compilou vários *ordines* – ou seja, junto a uma teoria sobre *kingship*, é que começam a aparecer as liturgias para coroações reais.

---

<sup>85</sup> Quanto à unção de Clóvis, e a sagração dos merovíngios, Marc Bloch coloca que “os merovíngios jamais haviam sido ungido reis. Mas vale a pena recordar que Clóvis tampouco o fora: a única unção que recebeu foi a que o rito galicano impunha aos catecúmenos. Mais tarde, como teremos ocasião de ver, a lenda fez da cerimônia realizada em Reims por s. Remígio a primeira sagração régia; na verdade, foi apenas um batismo” (pág. 77). Já Janet Nelson especula se houvera rituais entre os merovíngios; ela coloca que “there is one remarkable passage in the late seventh-century Passion of st. Leudegarius which to my mind strongly suggests that a fixed ritual existed at any rate later merovingian times” (pg. 286), mas a evidência para esse período ainda é escassa.

<sup>86</sup> NELSON, Janet L. Hincmar of Reims on King-making: The Evidence of the Annals of St. Bertin, 861-882. Coronations: Medieval and Early Modern Monarchic Ritual, 1990, p. 16-34.

Mesmo que rituais de unção e coroação tivessem ocorrido no reino franco antes da metade do século IX, sua ideia ainda não era firmada – mesmo Carlos, o Calvo, teria reinado por anos sem a unção<sup>87</sup>. Segundo Janet Nelson, as coroações só começaram a ganhar importância e se tornar um ritual contínuo a partir do período de 848 – 869.

Outro aspecto importante das coroações francesas foi o círculo de lendas e costumes que foram se estabelecendo, já antes do século XI. Por exemplo, a prerrogativa de coroação passara a ser do arcebispo de Reims, mas também faziam parte da coroação, como personagens importantes, o abade de St. Rémi, guardião da Santa Âmbula e o abade de St. Denis, o guardião das *regalia*. Esse último era da Igreja onde se realizaram, por um tempo, as coroações. Já St. Rémi fora onde se realizou o batismo de Clóvis, primeiro rei cristão dos francos, evento considerado a primeira unção. Portanto, as duas igrejas estavam intimamente ligados à monarquia francesa. De uma maneira geral, havia um aspecto muito forte em torno dessas lendas, que começaram com Hincmar de Reims. Marc Bloch destaca que:

[...] pertence à Hincmar, sem contestação possível, a ideia de usar na unção dos reis o bálsamo de Clóvis, ideia posta em prática pela primeira vez em 869 [...] Monopolizando o óleo divino, os arcebispos de Reims tornavam-se os consagradores naturais de seus soberanos.<sup>88</sup>

Os arcebispos de Reims finalmente tornaram-se os consagradores definitivos no advento da dinastia capetíngia: apenas dois reis, Luís VI em 1110 e Henrique IV em 1594, não seriam coroados pelos arcebispos de Reims após estes terem ganhado a prerrogativa de coroar os reis da França. Mais, através da lenda da âmbula criava-se uma primeira tradição das coroações francesas, fazendo com que os reis da França fossem vistos com um caráter ainda mais sagrado, sendo os únicos a receber a benção com um óleo de origem sobrenatural.

---

<sup>87</sup> Sobre a unção de Carlos o Calvo, Janet Nelson destaca que: “the consecration of Charles the Bald at Orleans is problematic because of when it occurred: how, if anointing had become – as it’s often alleged – well-established in Frankish practice from the mid-eighth century, could Charles the Bald reign unanointed as king of the West Franks from 840, when his father died, until 848? [...] It’s likely that no Frankish king had been anointed since 800 [...] there was no real indigenous Frankish tradition of royal anointing. Not only Charles the Bald but his elder half-brother Louis in Bavaria and his nephew Pippin II in Aquitaine ruled unanointed after 840.” NELSON, Janet Laughland. *Politics and ritual in early medieval Europe*. Hambledon Press, 1986, p. 293.

<sup>88</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 171.

Ainda na França, a mudança da dinastia carolíngia para a capetíngia traz novamente uma questão de sucessão. Marc Bloch destaca que “os capetíngios sempre se arvoraram em autênticos herdeiros da dinastia carolíngia, e os carolíngios em autênticos herdeiros de Clóvis e dos descendentes deste”<sup>89</sup>. Ou seja, a cerimônia era desenvolvida pensando no sentido de legitimidade, e nesse sentido é bem ilustrado por um novo costume que veio a se desenvolver e seria comum até o século XII – o de coroar o herdeiro do trono antes da morte de seu pai. Tal costume era prática nos primeiros séculos da dinastia, quando não havia muita segurança dos Capetos instalados no trono. Ele só começaria a ser substituído por outro procedimento, o de indicar o herdeiro como *rex designatus*, no decorrer do século XII, e finalmente ambos seriam deixados de lado no final do século, apenas com Felipe Augusto, pois agora já não serviam mais para garantir uma sucessão sem contestações, mas antes geravam conflitos entre o rei e o herdeiro. Além disso, agora que as cerimônias de coroações já eram mais estruturadas e tinham uma importância fundamental, questionava-se o porquê de um herdeiro, um futuro rei, ser consagrado mais de uma vez – isso implicava que uma das coroações era supérflua e diminuir a sacralidade do ritual, o que acaba por estabelecer que os reis de França só seriam coroados e ungidos uma única vez, a partir do século XIII.

Dentro das coroações no reino francês, não se encontram muitos relatos entre o período que vai de Hincmar até o século XII. Esse período, do qual pouco se sabe, em matérias de documentos ou como as coroações efetivamente ocorriam, oferecem importantes indícios, entretanto – pois foi nesse período que *ordines* que teriam uma influência por séculos nas coroações francesas vão aparecer. Esse também foi o período de constituição da maior parte do ciclo de lendas francês, como a lenda da âmbula, bem como o estabelecimento de Reims para a prerrogativa da coroação. O estabelecimento da unção como ritual único na vida do monarca, que já começara a ser prática a partir de meados do século XII, destaca a importância desse rito como aspecto do poder real. A rainha, que passara a integrar regularmente as cerimônias, presume-se, desde a época carolíngia, dado seu aparecimento nos *ordines*, já tinha um status mais definido no reino, como asseguradora da legitimidade dinástica. Ela figurava nas fontes sobre coroações e aparecia ao lado do rei. Como ela aparecia é uma questão fundamental, para a qual se faz necessário consultar as fontes.

---

<sup>89</sup> BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 70.

\*\*\*

Já na Inglaterra anglo-saxã, as coroações foram se tornando mais presentes a partir de Alfredo de Wessex e seus descendentes. Os reinos anglo-saxões, já cristianizados a partir do final do século VI, sofreram novas invasões, o que precipitou, de certa forma, a proeminência da dinastia de Wessex. Com a cristianização, também, antigos elementos dos rituais pagãos de ascensão ao trono acabaram por ser incluídos nas cerimônias cristãs,<sup>90</sup> e a essas, posteriormente, se somam as influências continentais, principalmente do reino franco-carolíngio, resultando na emergência desses ritos no reino inglês<sup>91</sup>. Não se sabe com que frequência essas cerimônias ocorriam – e os primeiros *ordines* ingleses só faziam referência a uma coroação do rei, a rainha não sendo mencionada.

Outro exemplo de como as coroações ainda não tinham uma regularidade mais certa é que, durante o período, o direito de primogenitura também não era firmado. Disputas de sucessão em que um rei deixava apenas um herdeiro criança que era preterido por um irmão mais velho do falecido rei não eram incomuns. Tal direito só iria se firmar mais já entre os normandos. No período anglo-saxão as referências a coroações também são escassas: a primeira delas é sobre Offa, rei da Mércia, que, em 787, teria sido “consagrado rei”. Depois, a outra menção em relatos foi apenas em 925, com Aethelstan; a coroação que consta com menções mais claras nos registros foi a do rei Edgar, em 973. O final da dinastia anglo saxã também seria, em partes, confuso em relação a registros: sabe-se que o Confessor foi coroado em Winchester em 1043 e Harold em Westminster, em 1066<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> “In common with other germanic tribes, kingship was central to the Anglo-Saxons. A ruler was elected from among the members of a royal race or dynasty, the *stirps regia*, who were descendants of the god, Woden. The making of a new king involved some kind of enthronement, investiture with weapons or regalia, the mounting of an ancestral burial mound, even a symbolic marriage with the earth goddess. Such installation rites would certainly included a feast and conceivably also, after the election but before any form of enthronement, some kind of ancestor of the coronation oath. Insignia included a pagan spear or long staff (*baculus*), a helmet (*galea*) and a standard or banner, all three itens connected with leadership in battle. To these customs the Vikings were to add, in the ninth century, an early form of throne, a stone or high seat, to which the king was conducted to the acclamation of people. None of these presented problem when the ceremony was cristianized, the only victim being the standard or banner”. STRONG, Roy C. Coronation: a history of kingship and the British monarchy. HarperCollins Pub Limited, 2005, p. 22.

<sup>91</sup> A discussão sobre os primeiros *ordines* ingleses terem sido adaptados de *ordines* continentais (Ordo de Judith) ou se o próprio Hincmar se baseou em *ordines* ingleses, sugerindo que os ritos ingleses são de fato muito antigos.

<sup>92</sup> STRONG, Roy C. Coronation: a history of kingship and the British monarchy. HarperCollins Pub Limited, 2005, p. 26.



A Conquista Normanda forma um marco dentro das discussões sobre coroações reais inglesas. Primeiro, as cerimônias passaram a ser mais bem documentadas, e novos *ordines* estavam sendo feitos. O Duque da Normandia, agora rei da Inglaterra, não era o herdeiro direto da dinastia anterior – era, portanto, uma passagem de dinastia, o que tornava necessário firmar a legitimidade de um novo rei. Não se sabe se o *ordo* conhecido como *third recension* foi feito na época da Conquista ou se já fora concebido ao final da dinastia anglo-saxã, pois é discutível se deveria enfatizar-se novas cerimônias, com uma nova dinastia, ou se enfatizar-se-ia a continuidade com o reinado anglo-saxão. Não se sabe, portanto, exatamente em que momento esse *ordo* foi introduzido, mas na época da ascensão da dinastia Plantageneta, em meados do século XII, ele certamente já se encontrava em uso, já que deve ter sido introduzido, no mais tardar, no segundo quarto do século XII. Outra inovação que a Conquista trouxera foi estabelecimento de Westminster como um lugar real – a França Carolíngia tinha, nessa época, St. Denis como um local de coroação – e embora não fosse estabelecida como o lugar da coroação, Westminster já era associada à Eduardo, o Confessor, um dos últimos reis anglo-saxões, que iniciara uma reconstrução na Abadia no século XI.

Das coroações dos séculos XI e XII, já se dispõe de registros mais precisos, no que diz respeito a crônicas. É importante notar, entretanto, que “with the Conquest, we also enter the age of chronicles, but what they produced can range from eyewitness accounts to secondhand, or, even worse, fabricated <sup>93</sup>.” Portanto, se das coroações do século XII a que mais se têm informações sobre é a de Ricardo I, o relato do cronista que deixou esse registro, Roger de Hoveden, deve ser visto com cuidado, pois apresenta algumas inconsistências - como, por exemplo, o fato de que algumas fórmulas e prescrições parecem datar de um período pré-dinastia Plantageneta. No entanto, pode-se observar através dos mesmos relatos que algumas inovações surgiriam no século XII, como a multiplicação de *regalia* entregues ao rei: cetro, anéis, braceletes, mantos – o que indica uma elaboração do cerimonial.

Na Inglaterra também teve um caso semelhante ao da França, envolvendo múltiplas coroações, e também da coroação de um herdeiro, curiosamente no século XII, quando tal costume começava a ser abandonado na França: Henrique II fez com que seu filho, Henrique o Jovem, fosse coroado enquanto ele ainda vivia. Esse episódio

---

<sup>93</sup> STRONG, Roy C. Coronation: a history of kingship and the British monarchy. HarperCollins Pub Limited, 2005, p. 36.

será mais comentado no capítulo seguinte, mas o que se pode observar mais nas coroações do reino inglês é que, por mais que tivessem sido, ao decorrer do período medieval, mais bem documentadas que as cerimônias francesas, os primeiros *ordines* ainda são bem confusos de identificar. Também nota-se o desenvolvimento posterior em relação ao reino franco, e as influências mútuas que *ordines* dos dois reinos terão um sobre o outro. O cerimonial, que foi ganhando maior elaboração principalmente a partir da Conquista Normanda, e também com a introdução de fórmulas derivadas de *ordines* continentais como o Romano-Germânico, também ganha um local fixo na Abadia de Westminster e na prerrogativa do arcebispo de coroar o rei, a partir principalmente do terceiro quarto do século XII, quando a disputa entre o rei Henrique II e o arcebispo Thomas Becket terminou no assassinato do arcebispo, que clamara o privilégio, após a coroação do filho de Henrique II – o assassinato do arcebispo cimentou a ideia dessa prerrogativa. As rainhas, que nem apareciam nos primeiros *ordines*, também terão seu *status* realçados durante tais séculos. Portanto, observar como as rainhas apareceram nessas fontes é fundamental nesse ponto.

### 2.3 – RAINHAS NAS CERIMÔNIAS REAIS E SEU *STATUS*

A rainha geralmente <sup>94</sup> se tornava rainha, sendo reconhecida como tal, a partir de dois eventos: o primeiro era seu casamento com um rei. Do mesmo modo, como destaca Lois Huneycutt, “there were several times in a queen's life when she was most likely to be of interest to chroniclers, or when she most likely left a record in the narrative sources. First among these is the her marriage and coronation” <sup>95</sup>. Portanto, tais eventos marcavam especialmente o status que a rainha adquiria, e o modo como era representada.

---

<sup>94</sup> A rainha, durante o período medieval, ao menos relativo à França e Inglaterra, era uma rainha consorte (casada com o rei), rainha viúva ou rainha mãe. A rainha “regnant”, ou seja, que era rainha por seu próprio direito, só apareceria, na Inglaterra, com os Tudor; já na França, a existência da lei sálica

<sup>95</sup> HUNEYCUTT, Lois L. *Alianora regina anglorum: Eleanor of Aquitaine and Her Anglo-Norman Predecessors as Queens of England*. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Springer, 2016, p. 119.

O primeiro evento, o do casamento, que foi se sacralizando ao longo do período medieval, marcava a rainha como a esposa legítima e seus filhos como herdeiros do rei. O segundo evento era o da coroação real. Não existem muitas menções a rainhas sendo coroadas nas primeiras cerimônias – como por exemplo, na Inglaterra, onde rainhas só aparecerão nos *ordines* da *second recension*. De fato, mesmo os *ordines* só surgiram posteriormente, e o período que vai dos séculos VIII ao X não tem muita documentação. Como já comentado no capítulo anterior, a hipótese principal pensada é de que as cerimônias de coroação eram um momento importante para a rainha, pois de certa forma definiam uma esfera de atuação para essas figuras dentro da sociedade. O que será observado, primeiro, é a diferença no cerimonial entre a rainha e o rei, bem como quando elas começaram a figurar nas cerimônias, notando suas aparições nos *ordines*.

O primeiro ponto a ser observado quando se reflete sobre coroações de rainhas é quando essas cerimônias começaram a ocorrer e no que eram importantes no status de uma rainha. A maneira principal de tentar uma datação é através dos *ordines*. Na França, o primeiro *ordo* real foi para a princesa Judith, em seu casamento com Aethelwulf de Wessex, que data de 856. O interessante desse *ordo* é que pode tanto ser relacionado a uma ocasião específica quanto datado – bem como os outros *ordines* de Hincmar. Segundo Janet Nelson, em *Politics and Ritual in Early Medieval Europe*, Hincmar retirou suas fórmulas do *ordo* de Leofric (*first recension* do *ordo* inglês), mudando as fórmulas do rei para as fórmulas de uma princesa do reino franco, já contendo coroação e unção. As fórmulas para benção e coroação parecem bem adaptadas do *ordo* de um rei. No entanto, nota-se como as fórmulas no início do *ordo* tem ênfase em aspectos como virgindade e casamento<sup>96</sup>, o que é importante para traçar hipóteses sobre o que poderia indicar já aspectos de um ofício da rainha. Já na Inglaterra, as rainhas só apareceram nos *ordines* no século X, quando os *ordines* de *second recension* substituíram os primeiros.

No entanto, não se deve pensar apenas através dos *ordines*. Eles representam uma fonte importante no estudo das coroações; mas, como argumenta Julie Ann Smith, em sua tese *Queen-making and Queenship in Early medieval England and Francia*, “one cannot really argue from negative evidence that queens were not inaugurated

---

<sup>96</sup> JACKSON, Richard A. *Ordines Coronationis Franciae*, Volume 1: Texts and Ordines for the Coronation of Frankish and French Kings and Queens in the Middle Ages. University of Pennsylvania Press, 2000, pp 73 - 79.

simply because the sources do not mention them”<sup>97</sup>. A autora parte dessa hipótese e questiona a possível existência de ritos ou orações para rainhas antes desse período. É uma hipótese plausível, por exemplo, que a rainha de Eduardo, o Velho, fosse a primeira a ser coroada, pois é a primeira que se tem evidências<sup>98</sup>, mas se é especulado a existência de ritos anteriores para os reis, também é válido especular o mesmo para rainhas. Para a França, a autora pensa na consagração de Pepino, conjunta com sua esposa; de toda forma, a documentação desse período ainda é escassa, o que torna possível apenas levantar hipóteses.

Especulações à parte, as fontes datadas que se tem a disposição são essas; não se sabe de fórmulas de consagração antes de Carlos, o Calvo. Nesse período, é que começa a se firmar a ideia de *kingship* associada à sacralidade. Quanto à ideia de *queenship*, J. A. Smith considera que no período de Hincmar o fator constitutivo de *queenship* ainda não era o ritual, mas seu casamento com o rei, pois rituais com aspectos diferentes, como o de Judith e Ermentrude, demonstram que nesse período, ainda não tinha sido formulada uma ideia precisa de *queenship*, e, portanto, dos rituais de *queen-making*. Em resumo, as rainhas dependiam essencialmente de sua utilidade pública, de influências familiares, da esfera de influência do próprio rei e no fato dela ter ou não filhos.

No entanto, Julie Ann Smith argumenta que enquanto produção de herdeiros e o aspecto de legitimidade fossem importantes elementos de *rulership* no início da Idade Média, não eram elementos importantes nos *ordines* de coroação relativos às rainhas. Ela também observa que a presença de referências ao aspecto de santidade das rainhas não era de todo incomum, principalmente na Inglaterra, onde havia o costume de rainhas entrarem em mosteiros após a viuvez.

Se paralelamente à mudança dos *ordines* vem uma mudança no status real, considera-se, por exemplo, que na Inglaterra, a partir do período normando, como observa H. G. Richardson “the norman queens did, in form and sometimes in reality, share the government with the king”<sup>99</sup>. Essa proeminência se refletia também nas cerimônias. Mesmo assim, é necessário ressaltar em que *queenship* diferia fundamentalmente de *kingship*. A rainha não era uma governante, mesmo que por vezes

---

<sup>97</sup> SMITH, Julie Ann. *Queen-making and queenship in early medieval England and Francia*. 1993. Tese de Doutorado. University of York. p. 11.

<sup>98</sup> SMITH, Julie Ann. *op cit.*, p. 141.

<sup>99</sup> RICHARDSON, Henry Gerald. *The coronation in medieval England: the evolution of the office and the oath*. In: *Traditio*, p. 111-202, 1960.

assumisse a regência. *Queenship* também não era hereditário, tal como *kingship*; sendo a rainha escolhida como esposa do rei – o ofício tinha algo de natureza eletiva, no qual a rainha passa a ser, através das coroações, também a escolhida e ungida de Deus. Ainda na Inglaterra, é necessário destacar que como nenhum texto contemporâneo trata especificamente do ofício da rainha, isso se delineia melhor no *ordo* real. O *Ordo* de Edgar, datado de c. 973 foi modificado sob a Conquista Normanda, particularmente a seção sobre a coroação da rainha – não se sabe quando, mas ele passaria a ter uma influência do *Ordo* Romano-Germânico. Como o rei, ela foi ungida com óleo, formalmente investida com um “anel de santidade, inocência e pureza” e com uma “coroa de glória e honra”. Ela não recebeu formalmente uma espada, virgem, cetro ou pálido real. A historiadora Heather J. Tanner destaca que:

The revised *ordo* made three statements about queenly power: it derived from God (“constituit reginam in populo”); the queen shared royal power (“regalis imperii . . . esse participem”); and the English people would be governed by the king's power and the queen's virtue and foresight (“reginae virtutis providentia gubernanda”)<sup>100</sup>.

Transformada pela unção como o rei, a rainha foi separada de outros leigos; ela não era apenas nobre, mas real. A coroação indicava que ela exercia o poder real, embora seu poder não fosse tão extenso quanto o poder dos reis. Segundo Heather J. Tanner, esse poder, exercido pelas rainhas, era definido pela palavra *gendered*: rainhas anglo-normandas governavam não pelo “imperium” (o poder do comando, intimamente ligado ao comando militar), mas pela “providência” e “virtus”. Esse gênero do poder real era duplamente nuançado. Primeiro, “virtus” carregava uma variedade de significados, vários dos quais se agrupam em torno de conceitos de bondade, valor, mérito e virtude – valores esse que eram ligados mesmo ao ofício da rainha. A coroação, através do *ordo* real, faz referência a esses valores: a rainha compartilhava o governo através de sua virtude cristã, bem como através da graça e poder divinamente concedidos.

Essa “promoção” da imagem da rainha aparece nas fontes. Por exemplo, na Inglaterra os *ordines* do final do período anglo-saxão passaram a incluir a rainha, que era “consagrada e ungida, recebendo um anel que simbolizava a integridade de sua fé”,

---

<sup>100</sup> TANNER, Heather J. *Queenship: Office, Custom, or Ad Hoc? The Case of Queen Matilda III of England (1135–1152)*. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Springer, 2016, p. 134.

sendo também investida com uma coroa, nos *ordines* posteriores, já no período normando, ela “era recebida na Igreja com uma prece para que obtivesse a coroa, “próxima a virgindade”, consagrada com bênçãos e investida com anel e coroa, consagrados” <sup>101</sup>. Observa-se entre os *ordines* um destaque na posição da rainha, a cerimônia de coroação dela passa a ser, junto a cerimônia em si, mais detalhada. Nota-se uma valorização no status da rainha, delineando mais o próprio ofício dela: no *ordo*, ela é duas vezes abençoada, entrando na Igreja e também no altar. A prece dita sobre ela tem semelhanças com as preces ditas na ordenação de uma abadessa <sup>102</sup>. Ela é vista como exemplar de castidade e sua investidura com o anel a relaciona com os papéis de *queenship*, de interceder junto ao marido, de apoiar a Igreja, de ser um suporte e um modelo <sup>103</sup>. Esse anel, no entanto, figuraria mais nas coroações inglesas, pois não aparecem tais fórmulas de investidura no Ordo Romano-Germânico, este contendo apenas prescrições para coroação e unção - mas, se contarmos a influência que o *ordo* inglês exerce no continente a partir do Ordo de Ratold, o anel também pode, muito provavelmente, ter sido um elemento presente nos *ordines* das cerimônias no reino francês.

Para as coroações francesas, torna-se mais controverso. De um modo geral, as fontes são mais escassas, não havendo menções ou relatos sobre cerimônias de coroação pelo primeiro século da dinastia capetíngia. Não se sabe ao certo que *ordines* foram usados em que coroação, mas, como nos *ordines* ingleses, considera-se a influência do Ordo Romano-Germânico. Como não se dispõe de muitos registros e relatos para o período, toma-se como fonte os *ordines* Romano-Germânico e o de Ratold, bem como as quatro fórmulas da rainha contidas no Ordo das Onze Fórmulas, na perspectiva que tiveram uma influência direta sobre o próprio Ordo Romano. Considera-se que, na análise dessas fontes de um modo geral, as coroações vão diferir.

As coroações de rainhas geralmente ocorriam após o término da coroação do rei e antes da missa. As preces, bem como os locais de unção e as *regalia* recebidas diferiam também. A essência da cerimônia refletia a diferença existente nas naturezas

---

<sup>101</sup> STRONG, Roy C. *Coronation: a history of kingship and the British monarchy*. HarperCollins Pub Limited, 2005, p. 45.

<sup>102</sup> Essas preces vem do Ordo de Eardmann, que, por sua vez, retirou-as dos sacramentários gelasianos. Ambos tiveram grande influência nas coroações francesas entre o período. O ordo de Eardmann passaria a ter menor influência após o século XII.

<sup>103</sup> STRONG, Roy C. *Coronation: a history of kingship and the British monarchy*. HarperCollins Pub Limited, 2005, p. 49.

de *queenship* e *kingship*, pois os valores e o simbolismo das respectivas cerimônias buscavam valorizar aspectos como o juramento para com os súditos, bem como a posição “sagrada” que o monarca ungido passava a ocupar, relativamente ao rei e virgindade, caridade, parceria com o rei, destaque em relação a outras mulheres, relativamente à rainha. Destaca-se como essas cerimônias ajudavam a reforçar um papel especificamente intercessor da rainha:

Queens consort interceded for pardons at the time of their marriage or coronation, and even the queen’s placement on the king’s left side during the coronation ceremony associated him with the virge of justice and equity he held in that hand [and] related her to such qualities as mercy that he could not delegate.<sup>104</sup>

Procurar identificar tais elementos nos *ordines* é fundamental dentro desse contexto, observando os atributos e palavras específicas associadas com cada um dos monarcas.

#### **2.4 – RAINHAS NAS LITURGIAS DOS *ORDINES* REAIS E A IDEIA DE *QUEENSHIP***

Sobre *ordines* de coroação, já problematizados no primeiro capítulo, resta lembrar que são, em sua maioria, gerais – ou seja, não são datados para a coroação específica de um rei. Também há o problema de saber qual *ordo* derivou de qual. Na Inglaterra, quatro gerações de *ordines* seriam usados. Sobre os primeiros pouco se sabe, mesmo por quem foram usados. As fórmulas usadas, presumivelmente, no período anglo saxão sobrevivem em três manuscritos: o missal de Leofric (c. 900), e os pontificais de Egbert e Lanalet, do século XI. Sobre esses *ordines*, há ainda um debate sobre se foram inspirados por Hincmar de Reims ou se o próprio Hincmar se baseou nesses antigos *ordines* saxões para a composição dos *ordines* carolíngios – para Janet Nelson, o texto originou na Inglaterra e influenciou os ritos continentais. Já a segunda geração de *ordines* seria utilizada de algum período do final da dinastia anglo-saxã até a

---

<sup>104</sup> DUNCAN, Sarah. Most Godly Heart Fraught With al Mercie. In: LEVIN, Carole and BUCHOLZ, Robert, eds. *Queens and Power in Medieval and Early Modern England*. Lincoln, 2009. p. 32.

Conquista Normanda, pelo menos – datas prováveis para a utilização desse desenvolvimento dos *ordines* seriam da coroação de Edgar, de 973, até 1101. Eles trariam influências continentais, e finalmente, como já comentado, a rainha figura nesses *ordines*.

Já os terceiros *ordines* (*third recension*) trazem uma discussão do momento em que foram introduzidos, pois não se sabe se foram primeiro utilizados já pré Conquista Normanda, depois de 1066 mas ainda no século XI ou se só o vieram a ser no segundo quarto do século XII. Esse *ordo* foi fortemente influenciado pelo Ordo Romano, em suas fórmulas, mas também trazia algo dos *ordines* ingleses anteriores. Já a quarta e última leva de *ordines* seria introduzida no século XIII. Ele parte de uma reaproximação com os *ordines* anteriores ao período normando, ou seja, a *second recension*, bem como uma elaboração maior dos rituais. É nesse período, segundo Henry G. Richardson, que os livros litúrgicos passam a ser mais detalhados, o que torna mais fácil a identificação de fontes durante o período. Coroações inglesas do fim da dinastia Plantageneta e da dinastia Tudor em diante utilizariam ou se baseariam nesse *ordo*.

A fonte considerada é aquela relativa ao século XII, ou seja, a *third recension*. Henry G. Richardson questiona se tais *ordines* seriam mesmo a prática real na Inglaterra do século XII, ou se seria apenas recortada do Ordo Romano no qual se inspirava <sup>105</sup>. Se era ou não uma liturgia realmente praticada, ainda resta dúvidas, mas tal *ordo* será considerado no que se refere à rainha – e como não dá para saber, com precisão, se esse *ordo* foi mesmo a prática, e em que ponto, também deve ser considerada a *second recension*. Como o *ordo third recension* foi construído utilizando como fontes a própria *second recension*, embora de forma limitada (procissão preliminar, algumas preces durante a coroação, e o recebimento de *regalia*), a influência maior viria do Ordo Romano, que também será considerado, já que na *third recension* a cerimônia é retirada deste e tem suas fórmulas expandidas tomadas da *second recension* e de orações adaptadas do *ordo* do rei.

A outra fonte evidência para coroações no século seria um *directory* apresentado na crônica de Roger de Hoveden para relatar a coroação de Ricardo I. No entanto,

---

<sup>105</sup> RICHARDSON, Henry Gerald. The coronation in medieval England: the evolution of the office and the oath. In: *Traditio*, 1960, p. 111-202.



segundo Henry G. Richardson, tal fonte apresenta fórmulas que não eram de fato <sup>106</sup> nem da coroação de Ricardo I nem da coroação de Henrique II; corresponderiam, na verdade, a uma prática ainda mais antiga que aquela do reinado dos Plantagenetas. De todo modo, não tem uma relação com o *ordo* da *third recension*. Como não se dispõe de registros precisos no que concerne às fontes do século XII, faz-se necessário considerar tais fontes, mesmo que possam, porventura, não representar a prática real; esse *directory*, que se encontra na parte dos anexos, é uma descrição detalhada da procissão de uma coroação, bem como do recebimento de *regalia*. Contém apenas referências à coroação do rei, embora se devam destacar principalmente partes que se referem a um juramento por parte do rei e as *regalia* que ele recebe, em maior número que as da rainha.

Na França, tendo em vista que a história seria ainda menos documentada, também se passa a considerar algumas influências fundamentais, principalmente o Ordo das Onze Fórmulas, o Ordo de Ratold e o próprio Ordo Romano. Antes destes, influências mais antigas, como o Erdmann Ordo, teriam sido descartadas antes do período de estudo proposto no presente texto, devendo antes ser visto como uma influência para *ordines* posteriores. De todo o caso, vale observar, através desses quatro *ordines* principais, as fórmulas para a rainha e como essas fórmulas poderiam ser relacionadas ao papel desempenhado por essas figuras dentro do reino.

Dentro das fórmulas é possível destacar alguns elementos gerais. Primeiro, a presença constante da palavra “eleita” ou derivados - *reginam eligimus* no Ordo Romano/Onze Fórmulas e na *third recension*, *tua digna et electa*, na *second recension*, e *regni regina eligimus* no Ordo de Ratold. Se essas palavras aparecem também em alguns *ordines* do rei, mesmo o próprio Ordo de Ratold e nas Onze Fórmulas, pode-se refletir que no *ordo* da rainha, mais ainda, essas palavras podem ser diretamente ligadas ao aspecto “eletivo” do ofício da rainha. A rainha era uma escolhida, tal como (e mais ainda) que o rei, sendo investida pela Igreja com um ofício que também tinha uma aura de divino. Como uma *electa*, a rainha tinha deveres e obrigações, e o fato de que essa palavra ou derivadas eram um elemento constante na cerimônia da rainha é indicativo de certa forma do ofício que ela desempenhava.

---

<sup>106</sup> RICHARDSON, Henry Gerald. The coronation in medieval England: the evolution of the office and the oath. In: *Traditio*, 1960, p. 182.

Dentro da consideração de que a rainha tinha funções a cumprir e uma posição que ocupava dentro do reino, outro aspecto interessante a ser destacado é a ausência de qualquer juramento por parte da rainha. Principalmente na Inglaterra, durante o século XII, ia tornando-se habitual que o rei fizesse um juramento, muito provavelmente em língua vernacular e com certo grau de variações, mas nos quais estariam contidos os atributos, qualidade, valores de *kingship*, ligados também às atribuições seculares do rei. No *directory* de Roger de Hoveden, o juramento é associado ao secular: o rei deveria “[...] observe peace, honor, and reverence towards God, the Holy Church, and its ordinances. E ainda:

He also swore that he would exercise true justice and equity towards the people committed to his charge. He also swore that he would abrogate bad laws and -unjust customs, if any such had been introduced into his kingdom, and would enact good laws, and observe the same without fraud or evil intent.”<sup>107</sup>

O que de certa forma coincidia e não com o ofício da rainha, pois mesmo que o dever de proteger e mesmo a associação com a Igreja, como benfeitora fossem constantemente ligados à rainha, ela agia principalmente por intercessão, não como governante; o que mais provavelmente estava relacionado à natureza dos ofícios, comentada anteriormente. Ainda, a questão de a rainha não fazer um juramento pode ser refletida em outro aspecto da cerimônia.

O século XII trouxe, nas cerimônias, a multiplicação das *regalia*. Reis recebiam um cetro, braceletes, capa, coroa, anel, etc., como também observado no próprio *directory*. A rainha era, em sua maioria, investida apenas com a coroa e anel; isso acontecia, por exemplo, no Ordo de Ratold. A curiosidade sobre esse *ordo* é que ele é aquele com o maior número de versões e manuscritos sobreviventes - mais de quinze. No mais antigo desses manuscritos, datado de c. 980, encontra-se no *ordo* da rainha uma fórmula *ad sceptrum*. Essa fórmula não se encontraria nos *ordines* seguintes, e tornaria a aparecer apenas em *ordines* posteriores ao século XIII, como o Ordo de Charles V. Ora, se a espada e o cetro real eram *regalia* que representavam o rei como um guerreiro coroado e um juiz, e tais não eram atributos da rainha, pode-se pensar no

---

<sup>107</sup> Roger of Hoveden: The Annals, comprising The History of England and of Other Countries of Europe from AD 732 to AD 1201, trans. Henry T. Riley, 2 Vols. (London: H.G. Bohn, 1853; rep. New York AMS, 1968), Vol 2, pp. 117-19.

caso dessa fórmula, suprimida e que reaparece séculos depois <sup>108</sup>. Durante esses séculos, dentre os quais está o século XII, a rainha recebia um cetro, mas de maneira informal, ou seja, sem fórmulas. Não dá para precisar em que coroações teria a rainha recebido tal *regalia*, mas pode-se levantar a hipótese de que era uma prática. Teria tal fato alguma associação com o fato da essência do ofício da rainha diferir fundamentalmente do ofício do rei? É a hipótese mais provável. Mesmo depois, quando o cetro passa a ser recebido formalmente, isto é, com fórmulas, ele ainda é descrito em diversos *ordines* <sup>109</sup> com sendo “menor que o do rei”.

De qualquer maneira, é necessário observar uma diferença de status, no sentido de que no século XII, quando grande parte dos costumes já estavam firmados, um rei precisava sempre ter sido coroado para que tivesse legitimidade, mas a rainha poderia, por vezes, não ser coroada, o que dependia de circunstâncias diversas. Mas a cerimônia da rainha também guardava alguns elementos de grande importância, como por exemplo, marcar a consorte como a mãe dos herdeiros legítimos ao trono. Portanto, notando-se tais aspectos essenciais, torna-se interessante proceder a uma observação das fórmulas específicas da rainha encontradas nos *ordines* aqui diretamente analisados.

Na fórmula inicial, observa-se a transmissão de valores associados a *queenship*, menções ao sexo feminino, bem como citação de nomes de personagens bíblicas do sexo feminino, como Sarah, Ester, Lia e Raquel, que aparecem citadas no Ordo Romano e na *third recension*. Também há menções a atributos específicos de rainhas, como o foco no casamento. A presença de fórmulas como “concedas et ut in regalis federe

---

<sup>108</sup> Sobre o cetro que a rainha recebia, aparentemente sem nenhuma fórmula, ou seja, “informalmente”, ainda é interessante destacar que: “while queens' silent investiture with the scepter denied them a separate right of judgment, their seals certainly represented them holding these symbols of rule and royal clemency that they informally received during their coronations. [...] Official sigillo graphic representation with their scepters, however they received them, publicly manifested both the “potestas reginae” and a blurring of the gendered division of power, for royal justice as portrayed in the ordo was not solely a king's domain. Queens were expected to intercede—to temper the kings' laws with mercy. As John Parsons argues, “the scepter's persistent floriation in art and on the queens' seals strongly recalls the flowering rods of Aaron and Jesse, Biblical images commonly seen as figures of the Virgin Mary.” Such symbolism implied a queen's mediatory role and was intensified by her place to the king's left, near the virge of justice and equity he held in that hand.” *Queenship: Office, Custom, or Ad Hoc? The Case of Queen Matilda III of England (1135–1152)*. TANNER, Heather J.. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Springer, 2016, pp. 134-5.

<sup>109</sup> Os *ordines* em que um cetro “menor que o do rei” aparece sendo entregue à rainha são os *ordines* de Reims, o ordo chamado de “Last Capetian Ordo” e o Ordo de Luís XI. JACKSON, Richard A. *Ordines Coronationis Franciae, Volume 2: Texts and Ordines for the Coronation of Frankish and French Kings and Queens in the Middle Ages*. University of Pennsylvania Press, 2000, pp. 332, 452, 549. Já em outro ordo, o ordo de Charles V, as mesmas fórmulas do ordo de Ratold do século X reaparecem, quando o cetro é entregue à rainha. JACKSON, Richard A. op. cit, pp. 513-514.

coniugii semper manens pudica proximam virginitati palmam continere queat. tibi que deo vivo et vero in omnibus et super omnia iugiter placere desideret et te inspirante quae tibi placita sunt toto corde perficiat” presente no Ordo Romano e na *third recension* inglesa, faz essa associação com o casamento, bem como o foco na palavra *virginitati*, que enfatiza outro aspecto essencial da posição da rainha.

Nas fórmulas de unção e coroação, pode-se perceber uma ênfase maior não na rainha, mas no significado da própria cerimônia. Por exemplo, na unção, a ênfase é posta na sacralidade do óleo e, por conseguinte, na sacralidade que a rainha passa a ter quando é investida com esse mesmo óleo. Observa-se tal em fórmulas como:

[...] spiritus sancti gratia humilitatis nostre officio. in te copiosa descendat. ut sicut manibus nostris indignis oleo materiali obhita pinguescis exterius. ita eius inuisibili unguine delibuta impiguari merearis interius. eiusque spiritali unctione perfectissime semper imbuta [...]

Que aparece no Ordo Romano, ou:

[...] omnipotens sempiterne deus. affluentem spiritum tue benedictionis super famulam tuam nobis orantibus propitiatus infunde, ut quae per manus nostrae inpositionem hodie regina instituitur sanctificatione tua digna et electa permaneat, ut nunquam postmodum de tua gratia separetur indigna [...]

Que aparece no Ordo de Ratold. Aqui, a Igreja é investida do poder de intermediária, passando a sacralidade de que o óleo é investido à figura da rainha, *tua digna et electa*. A rainha deve intervir também no plano secular, através da parceria com seu consorte, o rei.

Na fórmula para receber o anel, é frisado o papel religioso atribuído à rainha na defesa da fé contra os “hereges”. Resquícios ou não daquela imagem da rainha santa dos primeiros séculos da idade média, tais fórmulas muito provavelmente estiveram em uso durante os séculos XII e até mais adiante. A fórmula básica, que aparece apenas nos *ordines* insulares (*second* e *third recension*), mais no Ordo de Ratold, seria: “accipe anulum fidei, signaculum sanctae trinitatis, quo possis omnes haereticas pravitates devitare, et barbaras gentes virtute tibi prestita ad agnitionem veritatis advocare”. Talvez, já no século XII, tais aspectos estivessem mais ligados à piedade/caridade e papel intercessor da rainha, especialmente em assuntos relativos às doações em que

Igrejas eram beneficiárias, muito mais que qualquer aspecto de “santa” e de “conversora” que a rainha possuía durante a Alta Idade Média.

Outro elemento que é interessante notar, ainda nos *ordines*, é como era em termos de estruturação. Por exemplo, o Ordo Romano, diretamente extraído das quatro fórmulas da rainha no Ordo das Onze Fórmulas, é composto de preces iniciais estendidas, unção seguida de coroação. Já o Ordo de Ratold dispõe da entrada, seguida da unção e do recebimento do anel e da coroa. Ele parece uma elaboração mais ampla do *ordo* inglês no qual foi inspirado. A *second recension* segue basicamente a mesma estruturação, mas as preces são mais curtas. Finalmente, a *third recension* tem fórmulas retiradas tanto do Ordo Romano quanto da *second recension*. O fato desse *ordo* ter certa estruturação a mais pode vir tanto do fato que a rainha foi ocupando uma posição mais destacada, mas também a própria definição e valorização no status dos próprios monarcas, bem como na elaboração maior dos *ordines* e cerimoniais. Se os *ordines* de fato expressavam uma prática real ou não, é incerto, mas os valores que eles exibiam eram expressos na função desempenhada pela rainha.

Portanto, cabe passar às cerimônias de coroação específicas do século XII, as coroações de Eleanor de Aquitânia como rainha da França e depois como rainha da Inglaterra e a coroação da princesa Marguerite, casada com o filho de Eleanor, Henrique o Jovem. Para isso, serão observadas crônicas do período, além dos *ordines* anteriormente analisados.

## CAPITULO 3: DUAS RAINHAS DO SÉCULO XII E RELATOS DE SUAS COROAÇÕES

### 3.1 – ELEANOR, MARGUERITE E OS CRONISTAS

Os relatos do século XII em geral são esparsos. Como se considera que a primeira coroação a ser narrada em detalhes teria sido a de Ricardo I em 1189, as rainhas que foram coroadas antes, durante esse século, não tiveram suas coroações descritas. De fato, tais descrições só se tornariam mais recorrentes a partir do século XIII, devido à maior quantidade de crônicas. É difícil precisar, para cerimônias anteriores, em muitos casos quando e se foram de fato consagradas/ungidas. Por exemplo, sabe-se que Berengária de Navarra não estava presente na cerimônia em 1189 pois ainda não se casara com Ricardo. Já para as duas personagens aqui em foco, Eleanor de Aquitânia e a Marguerite de França, procura-se observar os relatos, ligando-os com o que já foi observado sobre *ordines* reais e *queenship*.

\*\*\*

Eleanor de Aquitânia (c. 1122 - 1204) era filha do duque de Aquitânia, Guilherme X e de Aénor de Châtelleraut. Como o irmão mais velho de Eleanor morrera ainda na infância e seu pai não tinha outros herdeiros, Eleanor herdou o ducado de Aquitânia de seu pai após a morte deste, em 1137. O ducado ocupava grandes territórios no sudoeste da França, tornando Eleanor uma das maiores herdeiras da Europa. De tal modo, um acordo de casamento foi fixado com o filho do rei da França, que não demoraria a ser coroado rei Luís VII após a morte do pai no mesmo ano, tornando Eleanor a rainha de França. Ainda em 1137, Eleanor seria coroada e investida mais de uma vez, após seu casamento com Luís. Uma vez como duquesa e depois como rainha:

Leaving his father ill in Paris, the young Louis, then seventeen, proceeded southward with Abbot Suger of Saint-Denis and a host of other “heroes.” In late July he and Eleanor were married at Bordeaux. With him, **she was crowned with the royal diadem in a ceremony in which a novel coronation ordo emphasized the subordination of Aquitaine as well as**

**Burgundy to the king of France.**” On August 1, Louis VI died, and the news of his death was rapidly transmitted to the South. On August 8, another ceremony was held at Poitiers, **where a second coronation rite was performed.** Orderic Vitalis reports that by this coronation “Louis obtained the kingdom of the Franks and the duchy of Aquitaine, which none of his ancestors had held.” Thus the ceremony may have been regarded as a reaffirmation of the earlier rituals at Reims and Bordeaux <sup>110</sup>.

Pode-se contar três eventos a partir daí. Um primeiro, o casamento de Eleanor e Luís, em Bordeaux, onde ela teria recebido uma coroa - no entanto, não há menções à unção. Segundo, uma cerimônia em Poitiers, onde novamente teria ocorrido uma coroação. Terceiro e último, uma coroação em 25 de dezembro de 1137, na catedral de Bourges <sup>111</sup>. Resta notar que Luís já havia sido coroado e consagrado <sup>112</sup>, sendo reconhecido como *rex designatus* desde a morte do irmão mais velho, em 1131. Suger relata o evento em sua crônica:

As his close and intimate friend, I feared that the continued suffering of his weak body might lead to sudden death; **so I counselled that he should crown his son Louis, a very fine child, have him anointed with the sacred oil, and make him king with him, in order to prevent any disturbance from his rivals. Louis agreed and went to Rheims with his wife and son and the barons of the kingdom. where in a full and solemn council called by Pope Innocent, his son was raised to royalty by sacred unction and coronation, and thus he provided his realm with a fortunate successor [...]** <sup>113</sup>.

---

<sup>110</sup> BROWN, Elizabeth AR. Eleanor of Aquitaine Reconsidered: The Woman and Her Seasons. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 6.

<sup>111</sup> Sobre esse evento, recorda o cronista Orderic Vitalis: “L’an de l’incarnation du Seigneur 1138, Louis-le Jeune , roi des Français, fut couronné à Bourges le jour de la Nativité du Seigneur. Il se réunit dans cette ville un grand concours de personnages, tant nobles que de moyen état, de toute la France, de l’Aquitaine et des autres contrées voisines. Les prélats métropolitains et leurs suffragants s’y trouvèrent; les comtes et les autres seigneurs titrés y accoururent, et offrirent leur hommage au nouveau Roi.” GUIZOT, M. Ordericus Vitalis. Histoire de Normandie. J.-L.-J. Briere, 1826. Tomo I, livro LIV, capítulo XIII. O cronista menciona apenas uma coroação, o que pode reforçar a hipótese de uma consagração nas cerimônias anteriores; resta notar que o cronista coloca o ano como 1138, e não 1137.

<sup>112</sup> LE ROY, Yves. La "Chronique de Morigny" et le sacre de Louis VII. Le pouvoir royal vers 1131. Revue historique de droit français et étranger (1922-), vol. 65, no. 4, 1987, pp. 527-544.

<sup>113</sup> SUGER, Abbot of Saint Denis, 1081-1151. The Deeds of Louis the Fat. Tradução no site: <https://sourcebooks.fordham.edu/basis/suger-louisthefat.asp>. Cap. XXXII.

Como no século XII o costume de que o rei só deveria ser ungido uma vez na vida já estava se estabelecendo, é mais provável que, entre todas as cerimônias ocorridas em 1137, Luís tenha sido apenas novamente coroado, e não consagrado. Têm-se algumas pistas sobre a coroação, bem como a consagração de Eleanor no contato com os cronistas, o que leva a algumas questões. Primeiro, especula-se quando Eleanor teria sido ungida. Pouco provável que o tenha sido na cerimônia de casamento ocorrida em Bordeaux, em fins de julho <sup>114</sup>. Sobre esse evento, Suger apenas destaca que:

Then the following Sunday, in the presence of the magnates of Gascony, Saintes and Poitou, **the prince crowned Eleanor with the crown of the kingdom and married her.** We went back through Saintes, ready to deal with any enemies there might be, and arrived in Poitiers to the great joy of the whole country <sup>115</sup>.

Portanto, talvez a data mais exata tivesse sido a investidura de Luís no ducado de Aquitânia, em oito de agosto de 1137. Na ocasião, Luís e Eleanor, que voltavam para o norte após terem se casado em Bordeaux, receberam a notícia do falecimento do rei Luis VI, uma semana antes. Teria se dado, então, outro ritual semelhante, já com Luís e Eleanor como rei e rainha de França. Mas também há o evento da coroação deles em 25 de dezembro do mesmo ano. Contando que coroações e consagrações tinham uma aura de sagradas, também é uma data provável – embora se possa frisar que *crown-wearings* em datas de Natal, Páscoa e Pentecostes não eram de todo incomuns, portanto, é mais provável que essa coroação conjunta tenha sido apenas a investidura com a coroa, em uma dessas cerimônias. Elizabeth A. R. Brown sugere, em seu estudo *Franks, Burgundians and Aquitanians*, que o uso da fórmula *francorum burgundiorum aquitanorum* (em contraste com a fórmula *saxorum merciorum nordanhimbrorumque*, possivelmente trazida por via de um ordo inglês associado ao Ordo de Ratold), que figura em um cerimonial, possivelmente do século XII, se encaixaria na ocasião da cerimônia de Poitiers. A fórmula não era desconhecida, e resta a pertinência do uso dessa fórmula para a ocasião, pois o rei de França se casava com a herdeira do ducado

---

<sup>114</sup> BROWN, Elizabeth AR. Eleanor of Aquitaine Reconsidered: The Woman and Her Seasons. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003.

<sup>115</sup> SUGER, Abbot of Saint Denis, 1081-1151. The Deeds of Louis the Fat. Tradução no site: <https://sourcebooks.fordham.edu/basis/suger-louisthefat.asp>. Cap. XXXIV.



da Aquitânia. O importante para observar é que esse manuscrito continha um *ordo* de coroação da rainha <sup>116</sup>. De toda forma, trata-se de uma hipótese, e a questão da unção ainda permanece inconclusiva <sup>117</sup>.

Mas essas não foram as únicas coroações de Eleanor no decorrer de sua vida. Eleanor seria rainha de França apenas pelos próximos quinze anos. Logo nos primeiros anos do casamento, a relação entre rei e rainha foi se desgastando, e após mais de dez anos de casamento com o rei da França, quando partiram para a Segunda Cruzada, o fato de que não tinham tido nenhum filho levantava outra questão: até então Eleanor “falhou” no papel de gerar um herdeiro. Ainda, resta acrescentar que foi também levantada a questão do parentesco entre Eleanor e Luís: eles eram primos em quarto e quinto grau, e a Igreja determinava que relações até sétimo grau eram proibidas. Teria sido durante a expedição que a questão da consanguinidade e da possível anulação do casamento foi levantada, evento narrado por cronistas como John de Salisbury e William de Tiro. No entanto, foi apenas em 1152, cerca de três anos após o retorno do casal à França, que Eleanor voltaria a levantar a questão da anulação. Quando voltaram à França, Eleanor estava grávida novamente, mas, como da primeira vez, deu à luz uma menina – até então ela não tivera filhos que pudessem herdar o trono da França, apenas duas filhas, e a sucessão feminina, embora não estivesse completamente vetada nessa época, não tinha muitos precedentes, e era associada a uma sucessão insegura, que poderia resultar em guerra civil <sup>118</sup>. Eleanor, que rompera os vínculos e o equilíbrio de paz e poder – assim como não gerara um herdeiro, teria falhado nesses deveres, o que é mesmo demonstrado pelas próprias crônicas, que em sua maioria ou mal a mencionam ou deixaram dela uma impressão negativa <sup>119</sup>.

---

<sup>116</sup> BROWN, Elizabeth A. R. "‘Franks, Burgundians, and Aquitanians’ and the royal coronation ceremony in France". *Transactions of the American Philosophical Society*, vol. 82, no. 7, 1992, pp. i-189.

<sup>117</sup> NOLAN, Kathleen. *The Queen’s Choice: Eleanor of Aquitaine and the Tombs at Fontevraud*. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Palgrave Macmillan, New York, 2003, p. 404.

<sup>118</sup> LE ROY, Yves. "La 'Chronique de Morigny' et le sacre de Louis VII. Le pouvoir royal vers 1131". *Revue historique de droit français et étranger* (1922-), 1987, p. 537.

<sup>119</sup> Um cronista contemporâneo, Odo de Deuil, mal a cita; cronistas um pouco posteriores começariam a acrescentar fatos à história de Eleanor, iniciando boatos sobre Eleanor, como o relatado “incesto” com seu tio, que aparecem em relatos como o de John de Salisbury e William de Tiro, bem como, no século posterior, o acréscimo de uma lenda na qual Eleanor teria tentado fugir com Saladino, como aparece no relato anônimo do Menestrel de Reims (cerca de metade do século XIII).

Eleanor, meses depois da anulação de seu primeiro casamento, casava-se novamente, e com um rival da Coroa Capetíngia, o Duque da Normandia, Henrique Plantageneta, coroado Rei da Inglaterra dois anos depois, em 1154. Nenhum deles notificou seu casamento a Luís, talvez por prever alguma oposição por parte do rei. Considerando-se que ambos, Eleanor como duquesa de Aquitânia e Henrique como duque da Normandia, deviam vassalagem ao rei de França, isso também representava uma quebra das regras. Então, Eleanor teria sido coroada uma segunda vez, em 19 de dezembro de 1154. Jim Parsons especula se Eleanor teria efetivamente participado dessa cerimônia <sup>120</sup>, pois ela estava em um estágio avançado de gravidez; embora não dê para precisar se de fato Eleanor participou da cerimônia, tudo indica que sim. Apenas uma das crônicas a menciona na cerimônia, o que torna curioso a análise das crônicas contando com a perspectiva do silêncio. Se a crônica de Suger menciona Eleanor nas cerimônias de 1137 e apenas não precisa *quando e se* ela foi ungida, aqui uma crônica apenas deixa mais claro que Eleanor estava na Inglaterra no período. A maior parte dos cronistas tampouco esclarecem o fato. De acordo com Roger de Hoveden: “he [Stephen] was succeeded on the throne by Henry, duke of Normandy, son of the empress Matilda, **who was crowned and consecrated king** by Theobald, archbishop of Canterbury, at London, on the Lord's day before the Nativity of our Lord <sup>121</sup>.”

Roger de Hoveden não menciona Eleanor. Outro cronista, Henry de Huntingdon, a menciona, no entanto não especifica se ela efetivamente participou da cerimônia.

Hindered, however, by contrary winds and a stormy sea, as well as other circumstances, it was not till six days before Christmas that, **accompanied by his wife and brothers**, with a retinue of great nobles and a strong force, he landed in the New Forest. England, therefore, was left for six weeks without a king ; but by God's providence it was in perfect tranquility, the love or the fear of the expected king securing it. Upon his landing he proceeded to London, and, ascending the throne of England, **was crowned and**

---

<sup>120</sup> “John Parsons has suggested to me that Eleanor may not have shared Henry II’s December 1154 coronation because of advanced pregnancy; her son Henry was born early in 1155. Parsons notes the pregnant queen's special, often intercessory role in late medieval romance and chronicle in England (“The Pregnant Queen”).” NOLAN, Kathleen. *The Queen’s Choice: Eleanor of Aquitaine and the Tombs at Fontevraud*. In: In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Palgrave Macmillan, New York, 2003, p. 404.

<sup>121</sup> HOVEDEN, Roger of. *The annals of Roger de Hoveden: Comprising the history of England and of other countries of Europe from AD 732 to AD 1201*. HG Bohn, 1853. p. 254.

**consecrated with pomp and splendour**, amidst universal rejoicings, which many mingled with tears of joy <sup>122</sup>.

Outro cronista, William de Newburgh, apenas nota que:

In the eleven hundred and fifty fourth year from the delivery of the Virgin, Henry, grandson of Henry the elder, by his daughter the late empress, having arrived in England after the demise of king Stephen, received his hereditary kingdom; and, being greeted by all, **and consecrated king with the holy unction**, was hailed throughout England by crowds exclaiming, “long live the king!”. <sup>123</sup>

Como se vê, nenhum dos três faz menção à Eleanor sendo coroada e consagrada junto a Henrique - embora se deva levar em conta que a primeira coroação de um monarca inglês efetivamente descrita tenha sido a de Ricardo I, em 1189. O único cronista que acrescenta alguma frase sobre Eleanor estar presente na cerimônia é Gervase de Canterbury: ele a nota em apenas uma frase, “Alianor etiam regina eadem die cum rege coronata est” <sup>124</sup>, rainha Alianor [Eleanor] foi coroada no mesmo dia, com o rei". Ainda, pode-se inferir da crônica de Roger de Hoveden que é bem provável que Eleanor tenha sido coroada em 1154, pois:

In the year of grace 1158, being the fourth year of the reign of king Henry, son of the empress Matilda, **the said king Henry caused himself to be crowned a second time at Lincoln**, without the walls of the city, at Wikeford. In the same year, by the king's command, the castle of Werk was rebuilt. The king, and Malcolm, king of the Scots, met at Carlisle, but separated mutually displeased ; in consequence of which, the king of Scots was not created a knight for the present. **In the year of grace 1159, being the fifth year of the reign of king Henry, son of the empress Matilda, the said king Henry caused himself, a third time, together with his wife Eleanor, to be crowned at Worcester, at the festival of Easter:** and when they came to the offertory, they took off their crowns, and offered them upon

---

<sup>122</sup> FORESTER, Thomas et al. (Ed.). The Chronicle of Henry of Huntingdon: Comprising the History of England, from the Invasion of Juluis Cæsar to the Accession of Henry II. Also, The Acts of Stephen, King of England and Duke of Normandy. Henry G. Bohn, 1853. pp. 296-297.

<sup>123</sup> NEWBURGH, William of. The History of English Affairs. US: Lulu Press, Inc., 2015. Book II, Chapter I.

<sup>124</sup> STUBBS, William et al. (Ed.). The historical works of Gervase of Canterbury. Cambridge University Press, 2012, p. 77.

the altar; vowing before God, that they would never in all their lives wear them again.<sup>125</sup>

Se em uma ou duas outras ocasiões Eleanor participou de cerimônias de *crown-wearing*, ela já teria sido ungida antes. É curioso que as crônicas mencionem o fato de Henrique ter sido coroado e consagrado, e uma delas mencione que Eleanor estava com ele, mas não digam especificamente que a rainha estava na cerimônia em 19 de dezembro, exceto por uma frase de Gervase de Canterbury. De toda forma, depois dessa data não se frisam mais cerimônias em que possam ter ocorrido a unção, sendo assumido que a cerimônia em 1154 foi conjunta. Com base nos relatos, pode-se aceitar com certo grau de segurança que Eleanor estava presente nas cerimônias de 8 de agosto de 1137, em Poitiers, e em 19 de dezembro de 1154, tendo sido ungida e coroada, como rainha da França na primeira, e como rainha da Inglaterra na segunda. Leva-se em conta que as rainhas figuravam nos *ordines* da época e que fórmulas para coroação em unção apareciam nessas fontes. Se Eleanor estava nas cerimônias, é razoável presumir que ela fora ungida.

Já Marguerite de França (c. 1157 - 1197), segunda personagem aqui abordada, era filha do rei da França, Luís VII – primeiro marido de Eleanor – e de Constance de Castela, segunda esposa deste. Essa princesa figuraria nas crônicas por ocasião da aliança de seu casamento com Henrique o Jovem, filho de Eleanor e Henrique II, nascido em 1155, e herdeiro dos territórios Plantageneta após a morte de seu irmão mais velho, em 1156. Como firmado no contrato, ela receberia o Vêxin, um território perto da fronteira com a Normandia, como herança. Marguerite fora criada no próprio ducado, não tendo sido levada para a Inglaterra nos seus primeiros anos.

Apenas em 1172 ela seria coroada, entretanto. O casamento ocorrera em 1160. E, embora tenha sido coroada, Marguerite nunca fora rainha, de fato. Ou ao menos, não a rainha de Henrique o Jovem, pois este, coroado duas vezes enquanto seu pai ainda vivia, morreria antes do rei Henrique II. Marguerite, que durante o período dera à luz apenas um filho, morto três dias depois, casar-se-ia de novo com Béla III da Hungria. No entanto, curiosamente, Marguerite é referida várias vezes como rainha, por cronistas

---

<sup>125</sup> HOVEDEN, Roger of. The annals of Roger de Hoveden: Comprising the history of England and of other countries of Europe from AD 732 to AD 1201. HG Bohn, 1853. p. 256.

como Roger de Hoveden,<sup>126</sup> como se sua coroação já tivesse sido evidência suficiente para considerá-la como rainha. Outros, como William de Newburgh, mal a citam, apenas se referindo à “filha do rei de França”<sup>127</sup> – e o jovem Henrique também era considerado “rei”, tendo sido mesmo referido em crônicas contemporâneas como Henrique III, até a coroação do seu sobrinho, em 1216<sup>128</sup>. A história da coroação de Marguerite é curiosa, no sentido em que gerou um conflito que envolvia não só o rei da Inglaterra, mas também o rei da França – pai de Marguerite – e o arcebispo de Canterbury, que contestara a coroação com base na prerrogativa de Canterbury de coroar os reis da Inglaterra. O cronista Roger de Hoveden conta:

After this, at the feast of Saint Barnabas the Apostle, the said king held a great council at London, with the nobles and chief men of his kingdom, upon the coronation of his son, Henry; and on the Lord's day following, which took place on the seventeenth day before the calends of July, the clergy and people assembling and agreeing thereto, **he himself caused the above-named Henry, his son, to be crowned and consecrated king** at "Westminster, by Roger, archbishop of York, [...] **When it became known to Louis, king of the Franks, that his daughter Margaret had not been crowned together with her husband, the king of England, he assembled a large army, and hostilely invaded Normandy.** On hearing of this, the king of England, the father, leaving the king his son behind in England, crossed over into Normandy, and made peace with king Louis, at a conference held at Vendome, on the festival of Saint Mary Magdalene, promising that next year he would cause his son to be crowned again, and his wife with him<sup>129</sup>.

O destaque aqui é dado no fato de Henrique o Jovem ter sido coroado sozinho e de Luís ter invadido a Normandia ao saber que sua filha não fora coroada. Marguerite não exerce nenhuma ação; apenas é mencionada junto às ações de seu pai, o rei. Um outro relato, do cronista Robert de Torigny, relata que: “Margarita, filia regis

---

<sup>126</sup> “Immediately on this, he embarked, and, on the following day, landed at Southampton, in England, on the eight day before the ides of July, being the second day of the week, bringing with him his wife, queen Eleanor, and **queen Margaret, daughter of Louis, king of the Franks,** and wife of his son Henry, with Robert, earl of Leicester, and Hugh, earl of Chester, whom he immediately placed in confinement.” HOVEDEN, Roger of. *The annals of Roger de Hoveden: Comprising the history of England and of other countries of Europe from AD 732 to AD 1201*. HG Bohn, 1853. p. 381.

<sup>127</sup> NEWBURGH, William of. *The History of English Affairs*. US: Lulu Press, Inc., 2015. Book II, Chapter XXIV.

<sup>128</sup> STRICKLAND, Matthew. **Henry the Young King, 1155-1183**. Yale University Press, 2016.

<sup>129</sup> HOVEDEN, Roger of. *The annals of Roger de Hoveden: Comprising the history of England and of other countries of Europe from AD 732 to AD 1201*. HG Bohn, 1853. p. 326.

Francorum, uxor Henrici junioris regis, in Angliam transiit; nec tunc tamen fuit coronata”<sup>130</sup>, ou seja, relata apenas que Marguerite não fora coroada junto ao marido na primeira cerimônia. No entanto, ela seria coroada dois anos mais tarde, e Roger de Hoveden novamente fornece o relato, mencionando o evento em si da coroação de Marguerite:

After this, the king repaired with all haste to Portsmouth, and, taking with him his son Henry, passed over from England to Normandy, and found the above-named cardinals at Caen, and, by their advice, **made peace with Louis, king of the Franks, as to the coronation of his daughter; and accordingly, with the consent and advice of the above-named cardinals, sent back the king, his son, to England, and with him Hotrod, archbishop of Rouen, Gilles, bishop of Evreux, and Roger, bishop of Worcester, for the purpose of crowning him and Margaret, his wife, the daughter of Louis, king of France : on which, they crowned them in the church of Saint Swithin, at Winchester, on the sixth day before the calends of September, being the Lord's Day.** Immediately after the coronation had taken place, his son, the king, with the queen, his wife, and the archbishop of Rouen, and the bishops of Evreux and Worcester, crossed over from England to Normandy.<sup>131</sup>

Sobre essa segunda cerimônia, Robert de Torigni também comenta: “rex Henricus locutus est cum rege Francorum, et misit filium suum regem juniorem in Angliam, ut Margarita, filia regis Francorum, uxor ejus, consecratur in reginam”<sup>132</sup>, mostrando que os relatos são bem claros quanto à Marguerite ter sido coroada em 1172, embora não descrevam a coroação em detalhes. Resta acrescentar que Marguerite, entretanto, foi rainha por mais uma vez. Após a morte de Henrique, o Jovem, ela se casaria novamente com Béla III da Hungria. Não se tem muitos estudos sobre rainhas na Hungria, ou muita informação sobre elas - ao menos não antes do século XIV. Como

---

<sup>130</sup> TORIGNI, Robert de. Chronique de Robert de Torigni, abbé du Mont-Saint-Michel ; suivie de divers opuscules historiques de cet auteur et de plusieurs religieux de la même abbaye. Tome 2. A. Le Brument et Ch. Métérie. Rouen: 1872-1873, p. 19. <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb341030104>.

<sup>131</sup> HOVEDEN, Roger of. The annals of Roger de Hoveden: Comprising the history of England and of other countries of Europe from AD 732 to AD 1201. HG Bohn, 1853. p. 355.

<sup>132</sup> TORIGNI, Robert de. Chronique de Robert de Torigni, abbé du Mont-Saint-Michel ; suivie de divers opuscules historiques de cet auteur et de plusieurs religieux de la même abbaye. Tome 2. A. Le Brument et Ch. Métérie. Rouen: 1872-1873, p. 33. <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb341030104>.

não há *ordines* ou descrições detalhadas de coroações antes de 1312,<sup>133</sup> não dá para precisar como teria ocorrido essa coroação ou se ao menos Marguerite fora consagrada – ela não era a primeira esposa de Béla III, que já tinha sido coroado anos antes, e, assim como no seu primeiro casamento, não deixaria filhos.

\*\*\*

Os relatos são, em vários aspectos, inconclusivos. Dá para assumir que ambas as rainhas foram ungidas com base nos relatos de que estavam presentes nas ocasiões das cerimônias e com base no fato de existirem *ordines* de coroação para rainhas com essas fórmulas. No entanto, no caso de Eleanor não se sabe qual seria o *ordo* utilizado, dada a dificuldade de determinação dessas fontes para o período escolhido como recorte, tanto para sua coroação com Luís VII como para sua coroação com Henrique II, e no caso de Marguerite os contornos ficam ainda mais imprecisos. Marguerite seria coroada em 1172, em Winchester, pelo arcebispo de Rouen, o que sugere que pode tanto ter sido uma cerimônia mais “francesa” como “inglesa” - de qualquer modo, os *ordines* de coroação dos dois reinos tinham uma forte influência da *second recension* inglesa (na Inglaterra, o Ordo de Edgar, de 973, e na França, as versões derivadas do Ordo de Ratold) e do Ordo Romano Germânico. Como para Eleanor, não dá para saber com precisão a utilização do *ordo*, mas o importante seria pensar aqui nos valores que esses *ordines* exprimiam e pensá-los associados à *queenship*.

Se considerados esses dois *ordines* principais, mais prováveis de terem exercido influência direta sobre as coroações dessas duas rainhas específicas, pode-se considerar que tais valores, transmitidos nas cerimônias, eram mais ligados e transmitidos através das ideias de santidade/virgindade, e na ênfase dos laços da rainha com o rei, principalmente através do casamento; as rainhas também recebiam a coroa, que era um símbolo mais secular, de “honra e glória”, tanto quanto o anel tinha atributos mais voltados para o lado espiritual. Um cetro, que era também ligado ao poder secular, pode ter sido entregue durante as cerimônias, no entanto, se foi recebido, o foi sem fórmulas. Retomando a hipótese que esses valores se ligavam diretamente ao que era esperado da rainha no desempenho de seu ofício, faz-se importante observar as funções exercidas por Eleanor e Marguerite dentro do reino. A primeira, Eleanor, foi rainha por duas

---

<sup>133</sup> BAK, János M. Roles and Functions of Queens in Árpáadian and Angevin Hungary (1000–1386 AD). PARSONS, John C. Medieval Queenship. Macmillan, 1997. p. 20.

vezes, enquanto Marguerite foi apenas intitulada como tal. Torna-se necessário, através desses fatos, observar suas ações.

### 3.2 – ELEANOR, MARGUERITE E *QUEENSHIP* NO SÉCULO XII

Como Eleanor e Marguerite, após serem coroadas e consagradas, exerceriam o seu ofício? Primeiro, é válido retomar uma definição de *queenship*, segundo a qual a rainha não possuía um “ofício no sentido moderno do termo”, mas antes “sua posição era *fluida*, seu poder sempre dependente e *relacionado* aos seus relacionamentos com marido e filhos”; mas que também possuía “atos cerimoniais, obrigações públicas, expectativas a serem cumpridas e fontes regulares de renda de terras e verbas que estavam entre as prerrogativas de direitos dessas rainhas”<sup>134</sup>. Essa definição também retoma, a um só tempo, os conceitos de gênero e poder explicitados no primeiro capítulo, vendo as duas rainhas em relações de poder constantes (e fluidas) em relação ao rei.

Portanto, a rainha Eleanor tivera uma posição ligada a de Luís, como rainha da França, e ligada a Henrique, como rainha da Inglaterra. Há uma tese corrente, ligada à tese de Marion Facinger, que é válida apontar para os dois reinos e que destaca que sobre a questão do exercício do poder da rainha, ou seja, *queenship*, pode-se notar que foi no século XII, e *precisamente* com Eleanor que teria começado a se firmar certo “declínio” no poder das rainhas. Para o reino francês, Marie Hivergneaux nota que:

The advance of Capetian royal power was already quite evident: its redefinition particularly manifested itself in the reappearance of a public administration centered on the king's court (*curia regis*), by the concentration of royal power upon the king's person, and by its corollary, the queen's exclusion from the kingdom's government." This strengthening of the

---

<sup>134</sup> HUNEYCUTT, Lois L. Alianora regina anglorum: Eleanor of Aquitaine and Her Anglo-Norman Predecessors as Queens of England. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 117.



apparatus of government around the king, clearly accelerated under Louis VI (r. 1108–37), tended to strengthen the distinction between the public and private spheres of power, and ended by reducing the queen's official authority. Eleanor stands as one of the earliest victims of this process; despite her royal title, her political horizons thus remained essentially Aquitanian, extending only to the territory that was hers by right <sup>135</sup>.

Essa autora faz um balanço das *charters of granting* do período em que Eleanor foi casada com Luís e depois, com Henrique. Nas cartas e atos do período em que Eleanor estava casada com Luís, ela aparece mais claramente nos registros antes das Cruzadas, principalmente nos meses em que se faziam os preparativos. Na maior parte dessas cartas, ela apareceria em direta associação com Luís, e mesmo nas cartas em que aparecia como duquesa, lidando com assuntos referentes ao ducado de Aquitânia, os dois nomes aparecem juntos <sup>136</sup>. O rei da França também tinha adotado o título de Duque da Aquitânia – título que, aliás, só abandonaria após o nascimento do herdeiro de Eleanor e Henrique, quando estes já estavam casados. O governo do ducado durante esses quinze anos parece ter sido conjunto, e as cartas em que aparece o nome de Eleanor durante o período são sempre com referência a beneficiários de instituições religiosas – e doações religiosas estavam também ligadas ao poder exercido pelas próprias rainhas. Eleanor também aparecia nos documentos através dos selos reais – que Eleanor possuía um selo próprio, provavelmente associado ao fato de que era duquesa de um grande território por próprio direito, é algo que se pode destacar. No entanto, o aspecto mais *público* da ação de Eleanor era um tanto limitado. Luís assumiu a responsabilidade quase completa de selar mesmo os atos que ele e sua esposa emitiram juntos; tendo sido ele também quem emitiu a maioria dos atos que tratam do governo da Aquitânia, mesmo que tenham sido emitidos com o consentimento de sua esposa. O poder direto de Eleanor, portanto, estaria sempre em contato com o poder de Luís. O que era, pode-se argumentar, exatamente a função que se esperava se uma rainha: intercessão e associação através do casamento. Marie Hivergneaux acrescenta ainda que:

---

<sup>135</sup> HIVERGNEAUX, Marie. Queen Eleanor and Aquitaine, 1137–1189. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 56

<sup>136</sup> HIVERGNEAUX, Marie. op. cit.,

[...] Eleanor during her first marriage stood on the periphery of government, in the margin of the official system of donation and decision, but never totally excluded because she legitimized it. The charters cast light on her public role in Aquitaine during this marriage, and it was far from being negligible though it was more restrained than is often asserted <sup>137</sup>.

Ou seja, tem-se uma teoria de que o poder de Eleanor teria sido restrito em relação às suas predecessoras francesas. Cartas, no entanto, não podem ser consideradas a única fonte, principalmente cartas referentes apenas ao ducado de Aquitânia, território herdado por Eleanor; as cartas reais são um tipo de documento importante para começar tal pesquisa, mas “fatos vitais sobre a natureza das transações de terra são frequentemente escondidos sob tais fontes”. Lois Huneycutt <sup>138</sup> defende que, por exemplo, cartas que registram a concessão de uma rainha ou exercem o controle sobre certas propriedades raramente revelam se ela está dando sua própria terra ou atuando em uma posição de regente – embora no caso de Eleanor, possa-se argumentar, as terras do ducado de Aquitânia eram sua herança de direito. De todo modo, em muitos casos, o que pode parecer uma doação da rainha acaba sendo apenas uma confirmação real do presente de outra pessoa. Outro problema em confiar em cartas para reconstruir propriedades é que as cartas normalmente registram alienações de terra, e embora seja útil saber o que uma rainha concede, tais concessões raramente especificam algo sobre propriedades ou privilégios que a rainha manteve. Também é perigoso supor que uma carta representa uma decisão tomada pela própria rainha. Uma carta emitida em nome da rainha poderia ter sido elaborada, selada e testemunhada por oficiais reais sem seu envolvimento pessoal. Ora, a maioria das cartas de concessão de Eleanor era assinada com o nome de Luís, em associação com este. Que o poder de que Eleanor dispunha era “limitado” é uma tese corrente, mas o que seria esse limitado? É possível formular que as cartas em que Eleanor aparece não seriam “de uma decisão dela”, dada a natureza dos poderes “compartilhados”, mesmo no governo da Aquitânia.

Outro fator sobre o ofício de queenship tal como exercido por Eleanor é que ela trouxera consigo a maior herança que uma rainha já havia levado para um casamento

---

<sup>137</sup> HIVERGNEAUX, Marie. Queen Eleanor and Aquitaine, 1137–1189. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Palgrave Macmillan, New York, 2003, p. 62.

<sup>138</sup> HUNEYCUTT, Lois L. *Alianora regina anglorum: Eleanor of Aquitaine and Her Anglo-Norman Predecessors as Queens of England*. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Palgrave Macmillan, New York, 2003, p. 125.

real e reteve certa medida de controle sobre o território ducal enquanto se casava com Luís. Eleanor provavelmente tinha um séquito pessoal maior e também um grupo de funcionários mais “formalmente organizado” do que as rainhas anteriores. Esta situação é explicada pelo fato de que a rainha da França era também a duquesa de Aquitânia e exigia uma comitiva mais estruturada para a administração e manutenção da ligação com suas posses. Essa “separação de poderes”, se podemos chamar assim, teria favorecido a criação de distintas esferas, com o resultado é que Eleanor tinha um status um tanto apartado do resto da corte capetíngia <sup>139</sup>.

Por outro lado, também é válido refletir que Eleanor foi vista, dentro de uma tendência historiográfica anterior, que perdurou boa parte do século XX, como “excepcional” e “a frente de seu tempo”, ou seja, como uma rainha que dispunha de um grau maior de poder; mas, se ela for reinserida em seu contexto, pode-se observar que ela não estava, de fato, em uma posição de poder muito diferente de outras rainhas. Observar as ações de Eleanor dentro das próprias fontes contemporâneas, também para tentar observar sua posição e a opinião que contemporâneos faziam dela é outra maneira de tentar observar esse poder “limitado” ou “excepcional” de Eleanor, embora talvez as crônicas revelem mais sobre a percepção dos contemporâneos sobre a rainha que sobre a posição que ela ocupava, exatamente.

Portanto, usando as próprias crônicas como referência, Eleanor como rainha da França não aparece exercendo muitas ações. Eleanor, supõe-se, raramente visitou a Aquitânia durante esses anos, tendo ficado mais na Corte francesa. À Eleanor teria sido atribuída influência em dois assuntos. O primeiro é o casamento de sua irmã Petronilla com Raul de Vermandois. Sobre esse episódio, Régine Pèrnoud destaca:

Au retour de l'expédition où elle l'accompagnait, Aliénor avait ramené avec elle sa jeune sœur que les textes nomment tantôt Pétronille - ou son diminutif Pétronelle - et tantôt Aelith. Or, celle-ci était en âge de se marier et sur qui avait-elle jeté les yeux sur l'un des familiers du roi, Raoul de Vermandois, [...] il en oubliait qu'il était marié. Et marié à la propre nièce du puissant Thibaut de Blois, comte de Champagne. Quiconque se trouvait tant soit peu informé des affaires du royaume pouvait comprendre qu'il y avait là de quoi mettre le feu à toute une province. Ce fut d'ailleurs ce qui arriva. Louis VII, incapable de résister aux instances d'Aliénor qui avait pris fait et cause pour

---

<sup>139</sup> AZIZA PAPPANO, Margaret. Marie de France and Aliénor of Aquitaine. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 341.

sa sœur amoureuse, parvint à persuader trois évêques du domaine, ceux de Laon, de Senlis et de Noyon, qui, complaisamment, s'avèrent que la première femme de Raoul, Éléonore, était parente de son époux à un degré prohibé par les lois canoniques [...] <sup>140</sup>

O outro foi a tentativa por parte de Luís de conquistar Toulouse, que era requisitada como parte dos territórios dos duques de Aquitânia. O cronista William de Newburgh <sup>141</sup> comenta que quando houve a anulação do casamento de Eleanor, a questão foi novamente levantada, pois Eleanor tornava-se esposa do rei da Inglaterra. Se Eleanor teve influência sobre Henrique relativo à questão de Toulouse, também se pode inferir que ela teve alguma influência quanto à tentativa de Luís, anos antes, de conquistar o mesmo condado em nome dos duques de Aquitânia. Tais ações, tanto Toulouse quanto o casamento de Petronilla, gerariam conflito: Raul teve de anular seu casamento anterior, indispondo-se com a casa dos condes de Champanhe, de onde sua primeira esposa viera; tampouco Toulouse fora reconquistada para os duques de Aquitânia - como mostra a tentativa, também falhada, por parte de Henrique, quando este já estava casado com Eleanor. Outro momento em que Eleanor aparece é na Cruzada - ou mal aparece, pois no relato contemporâneo de Odo de Deuil, capelão de Luís que escreveu um relato da jornada, ela é mencionada pouquíssimas vezes. Segundo William de Newburgh <sup>142</sup>, o rei teria levado ela para a Cruzada pois “muito ligado a ela, não a queria deixar para trás” e por isso “outros nobres também teriam levado suas esposas”, o que resultou em desordem e conflito. As ações seguintes de Eleanor, levantar a questão da anulação e obtê-la, também são retratadas pelo mesmo viés <sup>143</sup>. Refletindo pelo que os contemporâneos julgavam ser as funções de uma rainha, ou seja, “piedosa” e “ligada ao marido, o rei, pelos vínculos do casamento”, atributos que apareciam nos *ordines*, Eleanor seguiria um rumo contrário ao que era o modelo, ao

---

<sup>140</sup> PERNOUD, Régine. Aliénor d'Aquitaine. Albin Michel, 1978. pp. 34 – 35.

<sup>141</sup> NEWBURGH, William of. The History of English Affairs. US: Lulu Press, Inc., 2015. Book I, Chapter X.

<sup>142</sup> NEWBURGH, William of. op. cit., Book I, Chapter XXI.

<sup>143</sup> Sobre a questão da anulação de Eleanor, infere-se no contato com os cronistas que ela teria buscado ativamente se separar de Luís, e, por isso, também isso é visto por um viés de criticismo. John de Salisbury coloca que: “she mentioned their kinship, saying it was not layful for them to remain together as man and wife, since they were related in fourth and fifth degrees.” (CHIBNALL, Marjorie et al. (Ed.). The Historia Pontificalis of John of Salisbury. UK: Oxford University Press, 1986. pp. 52 - 53) e William de Newburgh também menciona o assunto: “she had wished for, and procured divorce” (livro I, capítulo XXXI) e “she sought causes for a divorce” (livro III, capítulo XXVI).

menos como rainha da França. O que os cronistas relatam são mais, portanto, ações de Eleanor ou instigadas por ela, mas que mostram que Eleanor exerceu ações como rainha, e que poderiam estar “fora” do que era esperado de uma rainha, se consideradas as fórmulas do *ordo* e os próprios atributos do ofício da rainha.

Eleanor não era muito diferente de outras rainhas. Seu poder como rainha pode ter sido restrito por mudanças na própria estrutura e mesmo na natureza do poder real, mas não tão restrito quanto se supõe. Eleanor e Luís tiveram apenas duas filhas e ambos se casaram de novo, então Eleanor nunca foi rainha mãe ou exerceu regência em nome de um filho. Tampouco ela exerceu regência em uma ausência de Luís, pois a grande viagem que fizeram foi conjunta, durante a Segunda Cruzada. Pode-se observar Eleanor como essencialmente [...] the exemplary alien queen because of her sustained connection to her natal domain throughout her life <sup>144</sup>. Eleanor sempre teria tido “laços” com seu domínio e família no ducado de Aquitânia. Embora a maior parte das ações de Eleanor nas crônicas apareçam com uma conotação negativa, ela também aparece de outra forma nas cartas e documentos do período fazendo doações, o que era um atributo bem específico do ofício da rainha. Um exemplo disso é Fontevraud: mesmo durante seu casamento com Luís, as doações a essa abadia já aconteciam <sup>145</sup>.

Eleanor fora uma herdeira excepcional, trazendo grandes territórios à coroa francesa. No entanto, Eleanor não fora uma rainha excepcional, ao menos em termos do exercício do poder de *queenship*, como rainha de França. Mas tampouco ela tivera seus poderes drasticamente reduzidos. Julgando pelos *ordines*, e pelos valores que este traziam, em um termo geral, talvez Eleanor tenha “se desviado” do que era julgado “adequado” para uma rainha, se for levado em conta, principalmente, as visões que os contemporâneos deixaram dela, em sua maioria. Mas no final, ela exerceria, sim, ao menos parte do que era o ofício de uma rainha, quando aparece nas cartas, quando exerce ações, mesmo que tais ações fossem vistas negativamente.

Já a Eleanor como rainha de Henrique II pode ser analisada de outra forma. Dentro do exercício do ofício de uma rainha, embora a mesma questão que se levanta na

---

<sup>144</sup> AZIZA PAPPANO, Margaret. Marie de France and Aliénor of Aquitaine. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 341.

<sup>145</sup> HIVERGNEAUX, Marie. Queen Eleanor and Aquitaine, 1137–1189. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 58.

França possa ser observada também na Inglaterra, ou seja, de um papel de intercessão “menor que de suas predecessoras” tem que ser notado que Eleanor teria um papel importante e, pode-se dizer, mesmo mais ativo, a desempenhar durante seu tempo como rainha de Henrique II, dado que nos anos consequentes ela se envolveria com a política nos domínios “angevinos”, por várias vezes exercendo papel de regente nas frequentes viagens de seu marido, o rei Henrique, por todos os domínios que eles possuíam, ao menos até 1173. Devido à natureza do recém-formado “Império Angevino”, eram frequentes as viagens empreendidas por Henrique, atravessando o canal durante todo seu reinado. Antes da conquista da Inglaterra, entre 1152 e 1154, Eleanor teria agido em seu próprio direito como Duquesa de Aquitânia, separando-se da autoridade de Luís e com um marido ausente, que apenas confirmava seus atos, ela teria distribuído cartas de confirmação, incluindo como testemunhas apenas membros de sua casa. Para Ralph Turner, tal poder só seria exercido novamente por Eleanor quando viúva <sup>146</sup>. Após a conquista da Inglaterra, entretanto, Eleanor desempenharia seu papel de rainha mais que o de Duquesa, como regente. Em alguns períodos pode-se observar mais uma atuação de Eleanor como duquesa, por exemplo, logo após seu casamento com Henrique Plantageneta, quando este estava envolvido na conquista da Inglaterra e entre os anos de 1168 e 1173, quando Eleanor esteve fixada na Aquitânia como regente. A sua participação, no entanto, desaparece entre 1173-4 e 1189, enquanto esteve prisioneira de Henrique, na Inglaterra. Ela apenas voltaria a figurar nos relatos oficiais como rainha mãe, a partir da ascensão de Ricardo em 1189.

Sobre o exercício de *queenship* no reino inglês, Heather J. Tanner, por exemplo, argumenta que Eleanor, em comparação à Matilda, esposa de Stephen, não exerceria tanto poder. A autora destaca que:

Matilda's office, initiated and broadly defined by the coronation ordo, gave her royal power and authority to share in governance. Her obligations and activities were shaped by custom established by previous queens and the ad hoc needs of king and realm; she thus surpassed customary queenly roles as curialis, patron, and intercessor. Matilda III's thorough integration into the governance of the realm was not repeated in Eleanor's years as queen of England. Eleanor's coronation followed a new model that emphasized the queen as progenitor of royal heirs and subordinate to the king rather than as

---

<sup>146</sup> TURNER, Ralph V., “A husband lost, a husband gained (1149 - 1154)”. In: Eleanor of Aquitaine: Queen of France, Queen of England. New Haven: Yale University Press, 2011.

sharer of royal power." Though Eleanor acted as regent in England between 1156 and 1158 and in Poitou on several occasions from 1165 on, her writs suggest delegated rather than shared royal authority. <sup>147</sup>

Matilda, dada a guerra civil do período, teria tido mais oportunidades de agir como rainha, assegurando o trono do marido. Já com Eleanor, Henrique teria tido um governo “forte”, em relação à “anarquia” do período anterior, portanto as ações de Eleanor não seriam tão dentro de um poder compartilhado. Ainda, essa mesma autora também destaca uma mudança nos *ordines* do período, que enfatizariam mais a rainha como produtora de herdeiros, bem como características como piedade, e virtude. Lois Huneycutt destaca que as rainhas do período a partir do século XII não controlaram independentemente suas terras, e que o processo de remover terras da jurisdição pessoal da rainha poderia “depender tanto de fatores pessoais (como, no caso de Eleanor a “falta de confiança de Henrique II em sua esposa”), quanto de tendências impessoais, incluindo o surgimento de questões administrativas” <sup>148</sup>. Como observado, durante o período em que foi rainha de França, Eleanor agiu sempre junto a Luís. Com Henrique, ela teve períodos de maior atuação dentro da Aquitânia – interrompidos apenas pelas funções de Eleanor como rainha de Inglaterra, ou seja, ela cumpriu tanto funções de duquesa no território que herdara por direito próprio, como funções de *queenship*. Ao contrário de seu primeiro casamento, quando teve apenas duas filhas, Eleanor teve filhos que pudessem herdar o trono da Inglaterra. Por esse ângulo, Eleanor teria cumprido as funções de *queenship* enfatizadas pelo *ordo*. Mas a rainha “ligada ao marido” e que intercede junto a ele não apareceria tanto, após os primeiros anos.

Em que grau teria sido, portanto, o poder de *queenship* exercido por Eleanor, como rainha da Inglaterra? Observa-se que algumas de suas ações foram repreendidas, tanto quanto o foram como rainha da França. Mas pode-se dizer que Eleanor exerceu maior poder? Analisando ainda as *charters of granting* do período, referentes ao ducado, Hivergneaux nota que “during the thirty-seven years of her second marriage, Eleanor's diplomatic production for Aquitaine shows more maturity and autonomy but

---

<sup>147</sup> TANNER, Heather J. *Queenship: Office, Custom, or Ad Hoc? The Case of Queen Matilda III of England (1135–1152)*. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Springer, 2016, pp. 146.

<sup>148</sup> HUNEYCUTT, Lois L. *Alianora regina anglorum: Eleanor of Aquitaine and Her Anglo-Norman Predecessors as Queens of England*. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: Lord and lady*. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 126.

less continuity”<sup>149</sup>, isso relacionado aos períodos do reinado de Henrique II, quando ela desaparece das cartas e documentos no longo período de reclusão. No entanto, logo após o casamento, cabe destacar que ela dispôs de um maior grau de liberdade:

Given the few acts that survive for this period and their primary concern with religious houses, it is difficult to characterize the duchess's government. It is nonetheless evident that she now exercised an autonomy that had not been hers in previous years. She seems to have enjoyed true freedom regarding her inheritance, for she was able to administer it without any sign of her new husband's consent nor his confirmation. But this early freedom was progressively eroded, together with any uncertainty as to the definition of the foundations of her power. Her new seal, which guaranteed the exemptions from the rights of procuracy she granted the abbey of La Trinité-de-Vendôme, now bore her titles as “duchess of the Aquitainians and the Normans and countess of the Angevins.” In amplifying her titular and enhancing her prestige, however, this seal clearly referred to territories not hers by inheritance, and thus highlighted her status as the wife of Henry Plantagenet, whose titles would quickly outstrip her own.<sup>150</sup>

Ou seja, a conseqüente conquista da Inglaterra, com a coroação de Eleanor e sua associação com Henrique Plantageneta a marcariam como rainha da Inglaterra, ao mesmo tempo concedendo-lhe novos títulos e afastando de seus domínios ducais. Henrique também passaria a ser reconhecido como duque de Aquitânia a partir de 1154, o que enfatizaria sua participação na administração dos territórios de Eleanor. Eleanor, como rainha da Inglaterra nos anos seguintes, estaria envolvida, como já destacado, com a regência da Inglaterra, “desaparecendo” dos documentos do ducado por dez anos<sup>151</sup>. Ela apenas voltaria a aparecer nos documentos referentes à Aquitânia no período de cinco anos que antecedeu a rebelião.

O que mudaria o status de Eleanor dentro dos domínios Plantageneta, principalmente como rainha, e que motivaria essa “falta de confiança” em relação a ela no começo dos anos 1170 seria uma turbulência na dinastia: a revolta generalizada dos filhos de Eleanor - Henrique, Ricardo e Geofredo, aliados à vários barões do reino, à

---

<sup>149</sup> HIVERGNEAUX, Marie. Queen Eleanor and Aquitaine, 1137–1189. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 63.

<sup>150</sup> HIVERGNEAUX, Marie. op. cit., p. 65.

<sup>151</sup> HIVERGNEAUX, Marie. op. cit., p. 66.



própria Eleanor e à Luís Capeto, em 1173. O problema principal era que Henrique designara terras a seus três filhos, mas estes não dispunham do poder efetivo, que seu pai hesitava em compartilhar. O que chocava os contemporâneos, no entanto, mais que a revolta dos filhos, era a esposa se revoltar contra o marido; seu papel ativo nessa rebelião era inimaginável. Eleanor seria repreendida por suas ações durante a rebelião em 1173; William de Newburgh <sup>152</sup> escreve que, “com a conivência de sua mãe”, Henrique, o Jovem levou seus dois irmãos mais novos para a corte de França, onde daria início à rebelião. Outra questão que acrescenta à lista de faltas cometidas por Eleanor seria o fato, comentado por Gervase de Canterbury, de ela ter sido capturada “vestida em trajes masculinos”. O grande pecado disso seria Eleanor estar “se apropriando de um poder masculino” <sup>153</sup>.

Eleanor revoltara-se por duas vezes, pedindo e obtendo a anulação em seu primeiro casamento e agora se sublevando contra o segundo marido; de acordo com o que pode ser depreendido dos relatos contemporâneos, tais ações eram condenáveis. Outra personagem feminina que teve destaque no século XII foi repreendida por motivos semelhantes: Matilda, mãe do rei Henrique II, chamada “a Imperatriz”, que escolheu se definir pelo seu título imperial, (de um marido que já havia falecido), e pelo seu título real, (como herdeira do rei Henrique I), e não pelo título de Condessa d’Anjou, que vinha de seu marido, Geofredo Plantageneta. Matilda foi repreendida e nunca chegou a ter uma coroação inglesa de fato, embora tenha se estabelecido, durante o reinado de Estêvão, como uma monarca, “minting coins, issuing charters, and granting patronage” <sup>154</sup>, tendo sido denominada também *domina Anglorum, lady of the English*. A “falha” de Matilda de conquistar o trono da Inglaterra e se estabelecer como rainha por seu direito foi o último julgamento de que era “arrogante”, e seu comportamento, impróprio: “[as] contemporaries sourly noted, her shocking deviation from properly womanly behaviour, particularly when she demanded money from the Londoners [...]; ainda, “contemporaries were totally taken aback by her near total

---

<sup>152</sup> NEWBURGH, William of. *The History of English Affairs*. US: Lulu Press, Inc., 2015. Book II, Chapter XXVII.

<sup>153</sup> “In the twelfth century, when the Church was attempting to differentiate gender roles more precisely, cross-dressing was considered an offense against the right order of things, and the English chronicler’s tale was more likely a metaphor for Eleanor’s inappropriate pursuit of masculine power than an accurate account of her costume.” TURNER, Ralph V., “A queen discontent and her son’s Thwarted Ambitions (1173 – 1174)”. In: *Eleanor of Aquitaine: Queen of France, Queen of England*. New Haven: Yale University Press, 2011.

<sup>154</sup> BEEM, Charles. *Greater by Marriage: The Matrimonial Career of the Empress Matilda*. In: LEVIN, Carole and BUCHOLZ, Robert, eds. *Queens and Power in Medieval and Early Modern England*. Lincoln, 2009, p. 9.

rejection of feminine attributes, which turned out to be a serious mistake”<sup>155</sup> Tais rejeições mostram que Matilda teria cruzado os mesmos limites que Eleanor cruzaria depois: de maneiras diferentes, é, claro, mas “se apropriando” de um poder masculino. Matilda, que quis ser um governante nos mesmos moldes dos reis, quando não havia existido nenhum precedente de tal, ao menos na Inglaterra; Eleanor, que revoltara-se contra o marido e fora capturada “em trajes masculinos”.

Pelo ato da rebelião, Eleanor passaria mais de dez anos como prisioneira de Henrique, na Inglaterra. Nesses anos, Eleanor esteve impotente, apenas por vezes aparecendo nas cortes, mas não desempenhando nenhum poder como nos anos anteriores, nem nos domínios continentais, nem como rainha da Inglaterra. Apenas quando, em 1189, à morte de Henrique, sucede ao trono da Inglaterra o rei Ricardo I e este manda soltar sua mãe, ela recupera seu poder – que, aliás, teria sido muito maior que em qualquer época. Como rainha da Inglaterra e ao contrário de sua posição como rainha da França, Eleanor exerceu a função de rainha-mãe, uma das posições em que uma rainha tinha maiores chances de exercer um poder mais amplo. Enquanto a maior parte das rainhas, no entanto, exerciam poder de regente para um filho que ainda não atingira a maioridade, Eleanor exerceu seu poder enquanto Ricardo estava ausente na Terceira Cruzada. Nessa idade, muitas mulheres, viúvas, já se retiravam para um convento, levando o resto da vida em orações e devoção. Eleanor, ao contrário, quando seu filho parte em cruzada, fica desempenhando o papel político de regente do reino, mesmo que não oficial, e também de diplomata, quando, por exemplo, leva a noiva de Ricardo, Berengária, até ele, ou quando negocia seu resgate com o Imperador, de quem Ricardo tinha sido feito prisioneiro ao voltar das Cruzadas. Algumas cartas do período emitidas por Eleanor mostram o poder político que ela teve, principalmente em cartas de concessão feitas por ela nos territórios continentais – a maioria em seus próprios domínios, o que aparece na crônica de Richard de Devizes.

Eleanor ajudou a assegurar o reino para seu filho durante a ausência deste, e com a morte de Ricardo, Eleanor, ainda incansável, iria se empenhar na sucessão real, garantindo o reinado de seu filho mais novo, João. É destacado também durante esse período, principalmente, o patrocínio por meio de doações à abadia de Fontevraud. Embora nos anos em que fora casada com Henrique também ocorressem tais doações,

---

<sup>155</sup> BEEM, Charles. Greater by Marriage: The Matrimonial Career of the Empress Matilda. In: LEVIN, Carole and BUCHOLZ, Robert, eds. Queens and Power in Medieval and Early Modern England. Lincoln, 2009, pp. 11 – 12.

seu aumento durante os anos finais, nos quais a rainha iria se retirar para a abadia de Fontevraud, onde acabara sendo sepultada, junto aos túmulos de Henrique e Ricardo, foi significativo. Ralph Turner destaca que:

Once Richard's position in England was restored, Eleanor could return to France knowing that the realm was secure despite his continued absence fighting Philip II from mid-1194 until his death in 1199. Evidently, some time after she and Richard returned to France, she reconciled him with John at Lisieux." She settled not at Poitiers but at Fontevraud Abbey, within the diocese of Poitiers though on the frontier of Anjou and Poitou. Henry II's Angevin forebears and Eleanor's ancestors had been generous to the abbey, as had Henry himself, **but she had not proven particularly bounteous before 1185, when she founded a Fontevraudist priory at La Rochelle.** Once settled at the dual convent and monastery, she made it her chief residence for the rest of her life, and her benefactions increased. Her residence at a religious house did not mean that she had withdrawn from the secular world; rather, she chose the Loire valley house as "a convenient base of operations, situated in a strategic position" for assisting her sons in their struggle against their nemesis, Philip II. <sup>156</sup>

Antes dos anos de aprisionamento, entre o período que passou na Aquitânia no começo dos anos 1170, Eleanor também teria feito doações à abadia. Esse também seria um dos exemplos mais claros de *queenship* relativos a Eleanor, mais ativo em seus últimos anos de vida.

Quanto à Marguerite de França, os contornos do exercício do poder tornam-se mais imprecisos. Marguerite era uma rainha apenas coroada, e se a rainha deve ser vista em relação ao poder desempenhado pelo marido, considera-se também o fato de que Henrique o Jovem, fora um *rex designatus* até sua morte e que este se sublevara contra o pai por duas vezes. A questão principal seria nesse caso: Marguerite exerceu *queenship* de fato? No seu primeiro casamento, as informações são escassas: se mesmo Henrique, o Jovem, mal figura nas crônicas se suas ações não estivessem ligadas às de seu pai, Marguerite era apenas brevemente mencionada. Henrique fora coroado em

---

<sup>156</sup> V. TURNER, Ralph. The Role of Eleanor in the Government of her Sons. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 86.

1170, e nos próximos dois anos exerceria uma regência breve na Inglaterra - no entanto, o jovem rei logo se rebelou, pois sua autoridade era apenas nominal. De sua coroação até sua morte, dez anos depois, ele nunca dispusera de territórios próprios <sup>157</sup>. Embora Marguerite possa ter exercido algum grau de poder dentro de sua esfera, como uma princesa, filha do rei da França, e esposa do jovem rei, não é provável que tenha exercido como *queenship* – ao menos, não como outras rainhas, como a própria Eleanor, por exemplo. RáGena C. DeAragon argumenta que:

[...] aristocratic women of all levels patronized religious houses, both as wives and as widows. Some were founders or cofounders of houses, and not just houses for women. The full story of women's contributions to monasticism is yet to be written, but some conclusions can be drawn [...] Most dowager countesses did not have the independent resources to found a religious house of any size on their own, though hospitals and canonries might not be beyond their pocketbooks. <sup>158</sup>

Ou seja, o poder de Marguerite podia estar no mesmo nível que de uma nobre, no entanto, a diferença vinha do fato de que Marguerite era ungida e coroada, estando a um nível de *status* acima; como uma princesa da casa real Capetíngia, ela certamente possuía algum poder, se a definição de poder foucaultiana for considerada aqui. Mas, a nível de *queenship*, é pouco provável. Se forem consideradas as crônicas do período, ela raramente é mencionada, e sempre em associação com outros personagens, como nessa passagem de Roger de Hoveden:

[...] immediately on this, he embarked, and, on the following day, landed at Southampton, in England, on the eight day before the ides of July, being the second day of the week, bringing with him his wife, queen Eleanor, and **queen Margaret, daughter of Louis, king of the Franks**, and wife of his son Henry [...] <sup>159</sup>.

Um episódio da vida de Marguerite que poderia ter gerado certo grau de indisposição por parte dos cronistas com relação a ela teriam sido os rumores de um adultério de Marguerite com Guillaume le Maréchal (William Marshall), um dos

---

<sup>157</sup> STRICKLAND, Matthew. Henry the Young King, 1155-1183. Yale University Press, 2016.

<sup>158</sup> C. DE ARAGON, RáGena. Wife, Widow and Mother; some comparisons between Eleanor of Aquitaine and Noblewomen of the Anglo-Norman and the Angevin World. In: WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). Eleanor of Aquitaine: Lord and lady. Palgrave Macmillan, New York, 2003. p. 106.

<sup>159</sup> HOVEDEN, Roger of. The annals of Roger de Hoveden: Comprising the history of England and of other countries of Europe from AD 732 to AD 1201. HG Bohn, 1853. p. 381.

cavaleiros da casa de Henrique o Jovem. Embora a história não fosse muito acreditada pelos cronistas contemporâneos <sup>160</sup>, incluindo os próprios Roger de Hoveden e William de Newburgh, que não mencionam tal incidente em passagem alguma, os rumores teriam se espalhado em algum nível;

[...] his spleen gave substance to the scandal that spread among the thousand elect knights and the ladies who had been bred in the courts of love. From the great hall of the castle to the dingiest pothouse in town, it was noised abroad that Guillaume, the trusted marshal, master of the young king's household, had dared to lift his eyes Poitiers-fashion to the young Queen Marguerite. <sup>161</sup>

Se Marguerite teve ou não um caso extra-conjugal, não é uma questão, mas sim como os contemporâneos se referiram a ela diante desses rumores. Como Eleanor nas Cruzadas, os rumores foram mais contemporâneos e foram crescendo depois, ou foram totalmente criados depois? Um relato que guarda menção a esse rumor, a história de William Marshal, é posterior aos eventos (c. 1220), então ele provavelmente não foi disseminado no mesmo nível que os rumores, por exemplo, sobre a conduta de Eleanor durante a Segunda Cruzada; no entanto, devem ter existido, pois resultaram no fato que Marshal fora banido da corte de Henrique durante um período em 1182. Uma das razões de uma possível indisposição com Marguerite, se é que a houve, pode ter sido o fato de ela não ter gerado herdeiros. De qualquer maneira, os anos em que Marguerite fora rainha, no sentido de formalmente investida, foram passados em lutas entre o marido de Marguerite, o *rex designatus*, e seu pai, o rei Henrique II. Segundo Roger de Hoveden, Marguerite teria sido “enviada à França, para sua segurança” <sup>162</sup>, e, após a morte de Henrique,

---

<sup>160</sup> “William Marshal’s betrayal remains shrouded in uncertainty and mystery. It was only recorded in his biography, the *History of William Marshal*, yet given that its author decided to include a record of these events, and to address the accusations, it seems certain that a grave rift did occur. According to the *History*, a faction within Young Henry’s military household became jealous of William’s preferred status: envying the renown he had gained, the wealth he had accrued and, perhaps above all, his constant proximity to the Young King.” ASBRIDGE, Thomas. *Question of Loyalty*. In: The greatest knight: the remarkable life of William Marshal, the power behind five English thrones. Simon and Schuster, 2015. Os cronistas do período não registraram, talvez como marca de que não acreditassem nesses boatos. A *History* de William Marshal data de c. 1220.

<sup>161</sup> KELLY, Amy. *Eleanor of Aquitaine and the Four Kings*. New York: Book of the Month Club, 1996, p. 209.

<sup>162</sup> HOVEDEN, Roger of. *The annals of Roger de Hoveden, volume II: Comprising the history of England and of other countries of Europe from AD 732 to AD 1201*. HG Bohn, 1853. p. 22.

Margaret, the sister of the king of France, who had been the wife of the king, the son, should receive, for quitting claim of all the above demands, one thousand seven hundred and fifty pounds of money Anjouin, each year at Paris from our lord the king of England and his heirs, so long as she should live” <sup>163</sup>.

Após tais eventos, Marguerite voltaria a se casar alguns anos depois, partindo para a corte do rei da Hungria, cerca de três anos após a morte de Henrique. Aqui, pode-se destacar o fato de que muitas rainhas húngaras eram estrangeiras – a própria Marguerite o era. Essas rainhas chegavam sem um conhecimento da língua, em sua maioria, e também não traziam terras – antes as terras lhe eram atribuídas. O dote que Marguerite recebera quando casada com Henrique estavam agora sob controle do rei de França. Quando chega à corte de Hungria é nessas condições. Sobre outro aspecto da função das rainhas, ou seja, as funções administrativas, há também poucas evidências sobre como elas as exerciam – embora sobre Marguerite especificamente há pistas de que mantinha uma corte <sup>164</sup>. As rainhas húngaras, segundo Janos Bak, tinham algumas funções semelhantes a de outras rainhas ou específicas do reino da Hungria:

they [...] may have served as real or ideological scapegoats for abuses resented by the nobility; second, they were agents of foreign influence and immigration; third, they were owners of extensive estates, in connection with which they headed reginal households with their own officers and with distinct roles in the royal curia, including its little-known ceremonial functions. They were also, of course, the kings' wives, and as such were expected to provide heirs to the throne, but this aspect of their functions apparently did not develop political significance until the end of the thirteenth century, when the male branch of the founding dynasty became extinct and the question of inheritance in the female line became an issue. <sup>165</sup>

Um das funções das rainhas que cabe notar era a função de gerar herdeiros. Porém, ao menos até o início do século XII, primogenitura não era a norma. Marguerite, que fora casada por dez anos com o rei de Hungria, assim como no seu primeiro casamento, não deixou filhos, e o trono passou para o filho de um dos casamentos anteriores do rei.

---

<sup>163</sup> HOVEDEN, Roger of. The annals of Roger de Hoveden, volume II: Comprising the history of England and of other countries of Europe from AD 732 to AD 1201. HG Bohn, 1853. p. 28.

<sup>164</sup> BAK, János M. Roles and Functions of Queens in Árpáadian and Angevin Hungary (1000–1386 AD). PARSONS, John C. Medieval Queenship. Macmillan, 1997. p.19.

<sup>165</sup> BAK, János M. op cit., p. 14.

### 3.3 - ELEANOR, MARGUERITE E OS *ORDINES*

Visto a função de *queenship* que ambas Marguerite e Eleanor exerceram, refletir essas funções em relação aos *ordines* é fundamental. Primeiro, vale retomar as fórmulas básicas dos *ordines* previamente analisados: o foco nesses vinha da rainha ser uma escolhida (*electa, eligimus*), de sua *virginitati* - e conseqüentemente no casamento e nos seus vínculos com o rei, bem como a rainha em posição de intercessora/benfeitora dentro de assuntos concernentes à Igreja; e, finalmente, através destas, as ações seculares das rainhas. Elementos que, mesmo que não estivessem diretamente citados no *ordo*, formavam parte das expectativas que passavam a acolher a rainha quando ela assumia.

Sobre Eleanor de Aquitânia viu-se que no geral a imagem que os cronistas dela deixaram foi bem negativa. Eleanor, como rainha de França, foi lembrada especialmente pelo evento da anulação de seu casamento. Ou seja, um dos focos da cerimônia de coroação, considerar os laços da rainha com seu consorte, foi rompido. Como rainha da Inglaterra, ela se rebelou novamente, “incitando os filhos à revolta”, o que novamente afeta os laços matrimoniais da rainha com seu consorte. Marguerite também tivera uma “mancha” em sua reputação: embora menos comentada pelos cronistas que Eleanor, Marguerite fora acusada de adultério pouco antes de seu marido morrer – Eleanor também o fora, mesmo sendo acusada de incesto, de tal ponto que o cronista deixou registrado “the same queen, in the time of her former husband, went to Jerusalem. Let none speak more thereof; I also known well. Be silent”<sup>166</sup>, se referindo aos eventos da Segunda Cruzada, quando o episódio teria ocorrido.

No exercício próprio de *queenship*, viu-se também as rainhas como intercessoras e produtoras de herdeiros reais legítimos. Eleanor não tivera herdeiros no primeiro casamento, apenas no segundo. Marguerite não deixou filhos, nem no primeiro casamento, nem no segundo (embora, nesse caso, o rei já tivesse filhos de casamentos

---

<sup>166</sup> DEVIZES, Richard of. Chronicle of the Deeds of Richard the First, King of England. Translation by J.A. Giles, Medieval Latin Series. Cambridge, Ontario: In Parentheses Publications, 2000, Sect. 29, page 20.

anteriores). Mas especialmente a rainha como intercessora era destacada. Papel de interceder, principalmente, como beneficiária religiosa. A fórmula do anel precisa o papel da rainha como “defensora da fé”: *accipe anulum fidei, signaculum sanctae trinitatis, quo possis omnes haereticas pravitates devitare*. Nos primeiros séculos da Idade Média isso era mais um indicativo da rainha como conversora e muitas vezes santa – vale lembrar que a maioria das fórmulas, ou ao menos sua essência, vinha sendo transmitida desde o século IX. Já com Eleanor e Marguerite não havia necessidade. Em relação a esse aspecto, lembra-se que Eleanor, nas *charters of granting* do período, aparece em documentos relacionados à doações religiosas, pois principalmente no fim de sua vida foi uma grande beneficiadora da Abadia de Fontevraud. Marguerite não exerceria essa função na escala de Eleanor, mas talvez na mesma escala de uma nobre.

Tendo como base *ordines* e relatos, pode-se concluir que apenas em parte Eleanor e Marguerite atenderam às expectativas do que era esperado de uma rainha. Algumas funções do ofício da rainha foram atendidas; mas, se Eleanor deixou uma imagem negativa através do relato de cronistas, Marguerite foi uma rainha mais no nome que lhe era atribuído, ao menos enquanto fora casada com Henrique, *rex designatus*. Através das conclusões, apreende-se também que elas exerceram seu poder “paralelamente” ao nível de poder “oficial” do rei, e em circunstâncias e formas variadas. Se foram retomadas as concepções foucaultianas de poder, dá para relacionar estas não só com o exercício de *queenship* especificamente por parte dessas duas rainhas, mas também com a ideia de que os poderes das rainhas não desapareceram, antes mudaram de natureza, e tanto podiam seguir como contrariar e mesmo exceder as expectativas.



## CONCLUSÕES E DESDOBRAMENTOS

Foram incluídas como objetos de análise para observação algumas cerimônias de coroação nos reinos Capetíngio e Plantageneta entre 1137 e 1172; e o principal que pôde ser observado em relação aos relatos (crônicas) sobre coroações durante o período abordado é que a maior parte desses, nos dois reinos, são escassos, e, portanto, a análise é limitada, se for comparada a períodos posteriores, por exemplo. Da mesma forma que as crônicas não relatam detalhes sobre as cerimônias, os *ordines* do período fornecem apenas as fórmulas, dando uma ideia dos valores transmitidos durante a cerimônia.

Sendo assim, é necessário refletir no que dá para ser apreendido. Desde os séculos IX e X, pelo menos, vinha sendo estabelecido, de certa forma, um “modelo” e um sistema de expectativas em torno dos monarcas, e aqui, precisamente, da rainha. Tal “modelo” seria expresso principalmente através de escritos como as crônicas e as liturgias dos *ordines* reais. Nessa perspectiva a análise aqui conduzida através dos dois tipos de fonte procurou demonstrar que não só as rainhas dispunham de um grau de poder que lhes era atribuído no momento desses rituais, mas também funções que lhe eram especificamente designadas.

O próprio ritual de coroação reforçava o papel intercessor da rainha: o rei era associado à justiça; a rainha, aos papéis de intercessão e piedade, por isso sendo geralmente associado a elas também, como parte de seu ofício, doações a abadias e outras instituições religiosas. Rendas e terras específicas que eram designadas a rainhas, funções a ocupar na corte, papéis de regência, negociações de casamento, etc. também fariam parte desse “ofício” da rainha. A rainha “ideal”, que aparecia em tais documentos era assim piedosa, “casta”, realizava doações, era benfeitora de igrejas, mãe dos herdeiros legítimos, ocasionalmente regente, sempre apoiando seu consorte, o rei. E esse papel era como que definido no momento de sua ascensão, demonstrando a importância da cerimônia de coroação para a rainha.

No entanto, dentro dessas funções, elas nem sempre atendiam ao que era esperado delas. Seja por motivos de um afastamento em relação ao rei, ou à ausência de filhos, uma rainha poderia exercer *queenship* apenas em parte. Isso é demonstrado no último capítulo, através das personagens escolhidas, pois teria precisamente sido esse o

caso, em parte, com Eleanor de Aquitânia e Marguerite de França. Eleanor teria “se rebelado” contra os maridos, de diferentes formas, obtendo uma anulação do primeiro casamento e apoiando os filhos contra seu marido no segundo casamento; aqui, pode-se tentar fazer um paralelo entre as ações de Eleanor ao se opor ao rei Luís VII, na Segunda Cruzada, quando teria apoiado o plano do tio, Raymond de Antioquia, em contrapartida aos desejos de Luís e a ação de se pôr ao lado dos filhos contra o rei Henrique II: seria “repreendida” pelos cronistas nas duas ocasiões, pois teria “desafiado” o papel de uma esposa/rainha “ideal”. A outra personagem aqui retratada, Marguerite de França, no seu primeiro casamento, nunca fora rainha de fato, ao menos não se a rainha for aqui considerada em seu “sentido habitual”; Henrique o Jovem, fora sempre *rex designatus*, nunca possuía terras para governar como rei, e morreu antes do pai. Se Eleanor tivera herdeiros apenas no segundo casamento, Marguerite em nenhum dos dois, o que as impediria de exercer regência em nome de filhos: Eleanor apenas exerceria poder de regente (mesmo que não oficial, em alguns momentos) em nome de Henrique II, nos primeiros anos do reinado deste, e de seu filho, o rei Ricardo I, nos anos em que Ricardo esteve na Cruzada.

Em consequência de nem sempre atender essas expectativas, uma opinião negativa sobre essas personagens poderia surgir nas fontes; da mesma forma, os contemporâneos poderiam optar pelo silêncio. Um exemplo disso é a crônica de Odo de Deuil sobre a Segunda Cruzada: nela, Eleanor mal é mencionada, mesmo tendo seguido com o rei Luís durante a expedição. Da mesma forma, Marguerite, após casada, apenas aparece nas crônicas quando Henrique, o Jovem, é citado, e este, na maioria das vezes é citado apenas quando seu pai, o rei Henrique II, aparece.

Eleanor e Marguerite também tinham funções a desempenhar como rainhas, funções essas que eram vistas como ligadas ao “ofício” de *queenship*, como o aparecimento de Eleanor em *charters of granting*, ligada, na maior parte das vezes, ao papel de doadora de instituições religiosas. No entanto, uma expectativa poderia divergir das ações da personagem real, e ao observar as ações de uma personagem através da visão que o contemporâneo faz dela, busca-se compreender o silêncio, o tom de crítica ou o tom elogioso, de acordo com essa concepção de uma “rainha ideal”. Ainda dá para sugerir, através das ações divergentes dessas personagens, certo “potencial de poder” do qual elas dispunham quando exerciam essas ações, fugindo ao

modelo mesmo que fossem repreendidas, potencial de poder este que demonstra poderes exercidos em níveis e circunstâncias variadas.

Por outro lado, considerando uma perspectiva mais teórica e metodológica, faz-se necessário refletir a problemática das fontes de uma maneira geral. Como aponta Richard A. Jackson na introdução de *Ordines Coronationis Franciae*, muito trabalho ainda falta no que se refere a compilação e organização de *ordines*, e quanto mais recuado o tempo, mais difícil torna-se esse trabalho. A afirmativa é verdadeira especialmente no que se refere aos séculos IX ao XII, na França, antes da Conquista Normanda e até mais ou menos o século XII na Inglaterra e ainda mais tardiamente em reinos que tiveram uma cristianização posterior. Muito ainda falta refletir sobre como as cerimônias destes séculos eram efetivamente organizadas, dado principalmente a natureza dessas fontes. Tanto os *ordines* como as crônicas se tornam mais escassos com o recuo do tempo, o que constitui outro desafio no que se refere ao período estudado. São muitos os desdobramentos a que um estudo sobre cerimoniais, portanto, pode conduzir, no sentido de estudos específicos das fontes. Aqui, tal estudo não seria especificamente ligado a rainhas, mas antes às cerimônias em si: durante o presente estudo, observou-se uma dificuldade em ligar *ordines* a cerimônias específicas de um rei. Não se sabe em que medida isso pode ser feito, mas também pode se apresentar como um possível estudo no que se refere às cerimônias, através da organização melhor das fontes.

Ainda, em futuros desdobramentos, vale ressaltar também que sobre as rainhas em cerimônias de coroação especificamente, pouco se encontra em termos de bibliografia, além de textos dentro de livros ou artigos que também abordam o termo *queenship*. Por exemplo, se ainda existem poucos estudos sobre rainhas em reinos nórdicos - menos ainda que sobre a França dos séculos X ou XI, que também quase não tem indicações de fontes - pouquíssimo pode ser encontrado sobre as cerimônias de coroação desses reinos, e mais especificamente ainda, sobre as rainhas nas cerimônias; é um indicativo de lacunas a serem preenchidas. Tais questões representam um desafio nos estudos sobre rainhas, e podem ser retomadas posteriormente.

## ANEXO I. ORDINES

### **ORDO OF ELEVEN FORMS (C. 900-950)**

*Incipit benedictio regine in ingressu ecclesie*

Omnipotens eterne Deus, fons et origo totius bonitatis, qui feminei sexus fragilitatem nequaquam reprobando aversaris, sed dignanter comprobando potius eligis, et qui infirma mundi eligendo fortia queque confundere decrevisti, quique etiam glorie virtutisque tue, triumphum in manu Iudih femine olim Iudaice plebi de hoste sevissimo resignare voluisti. respice quaesumus preces humilitatis nostre. et super hanc famulam tuam N., quam supplici devotione in reginam eligimus, benedictionum tuarum dona multiplica, eamque dextera tue potentie semper et ubique circumda, ut umbone munimus tui undique secus firmiter protecta, visibilis seu inuibilis hostis nequitas triumphaliter expugnare ualeat, et una cum Sara atque Rebecca, Lia et Rachel beatis reverendisque feminis fructu uteris sui fecundari seu gratulari mereatur ad decorem totius regni statumque sanctae dei ecclesie regendum nec non protegendum. Per Christum dominum nostrum qui ex intemerato beate marie virginis utero nasci visitare et renovare hunc dignatus est mundum. Qui tecum vivit.

*Item alia oratio eiusdem ante altare.*

Deus qui solus babes immortalitatem lucemque habitas in accessibilem, cuius providentia in sui dispositione non fallitur. qui fecisti que futura sunt et vocas ea que non sunt tanquem ea que sunt. qui superbos equo de principatu moderamine deicis atque humiles dignanter in sublime prouehis. ineffabilem misericordiam tuam suplices exoramos ut sicut hester reginam israelis causa salutis de captiuitatis sue compede solutam ad regis assueri talamum regnique sui consortium transire fecisti. ita hanc famulam tuam .N. humilitatis nostre benedictione christiane plebis gratia salutis addignam sublimemque regis nostri copulam regnique sui participem misericorditer transire, concedas et ut in regalis federe coniugii semper manens pudica proximam virginitati palmam continere queat. tibi que deo vivo et vero in omnibus et super omnia

iugiter placere desideret et te inspirante quae tibi placita sunt toto corde perficiat. Per dominum nostrum.

*Sacri unctio olei.*

Spiritus sancti gratia humilitatis nostre officio. in te copiosa descendat ut sicut manibus nostris indignis oleo materiali obhita pinguescis exterius. ita eius inuisibili unguine delibuta impiguari merearis interius. eiusque spiritali unctione perfectissime semper imbuta. et illicita declinare tota mente et spernere discas seu valeas et utilia anime tue iugiter cogitare optare atque operari queas. auxiliante domino nostro iesu christo qui cum patre et eodem spiritu sancto uiuit et regnat deus in secula seculorum.

*Corone impositio.*

Officio indignitatis nostre seu congregationis in reginam benedicta, accipe coronam regalis excelente, que licet ab indignis, episcoporum tamen manibus capiti tuo imponitur. Unde sicut exterius auro et gemmis redimita enites. ita et interius auro sapientie uirtutum que gemmis decorari contendas. quatinus post occasum huius seculi cum prudentibus uirginibus sponso perenni domino nostro iesu christo. digno et laudabiliter occurrens regiam caelestis aulae merearis ingredi ianuam. Qui cum patre et spiritu sancto uiuit et regnat deus. Per infinita secula seculorum.

**Fonte:** JACKSON, Richard A. Ordines Coronationis Franciae, Volume 1: Texts and Ordines for the Coronation of Frankish and French Kings and Queens in the Middle Ages. University of Pennsylvania Press, 2000, pp. 154 – 167.

### ***THE 'ROMANO-GERMANIC' ORDO (c. 960)***

*Benedictio Regine in ingressu ecclesiae.*

Omnipotens sempiternus deus fons et origo totius bonitatis. qui feminei sexus fragilitatem nequaquam reprobando auersaris. sed dignanter comprobando propitius eligis. et qui infirma mundi eligendo fortia quaeque confundere decreuisti. quique etiam glorie uirtutisque tue. triumphum in manu iudicis femine olim iudaice plebi dehoste

seuissimo resignare uoluisti. respice quaesumus preces humilitatis nostre. et [super hanc famulam tuam ill. quam supplici deuotione in reginam] eligimus, benedictionum tuarum dona multiplica. eamque dextera tue potentie semper et ubique circumda. Ut umbone munimus tui undique secus firmiter protecta. uisibilis seu inuisibilis hostis nequitas triumphaliter expugnare ualeat. et una cum sara atque rebecca. [ha] et rachel beatis reuerendisque feminis fructu uteris sui fecundari. seu gratulari mereatur. addecorem totius regni statumque sanctae dei ecclesie regendum nec non protegendum.

Per christum dominum nostrum qui ex intemerato beate marie uirginis utero nasci. uisitare ac renouare hunc dignatus est mundum. qui tecum uiuit et gloriatur deus in unitate spiritus sancti. Per immortalia secula seculorum. Amen.

Item benedictio eiusdem ante altare.

Deus qui solus babes immortalitatem. lucemque habitas in accessibilem. Cuius prouidentia in sui dispositione non fallitur. qui fecisti que futura sunt. et uocas ea que non sunt tanquam ea que sunt. qui superbos equo de principatu moderamine deicis. atque humiles dignanter in sublime prouehis. ineffabilem misericordiam tuam supplices exoramus. ut sicut hester reginam israelis causa salutis de captiuitatis sue compede solutam ad regis assueri thalamum regnique sui consortium transire fecisti. ita hanc famulam tuam .N. humilitatis nostre benedictione christiane plebis gratia salutis addignam sublimemque regis nostri copulam regnique sui participem misericorditer transire concedas. et ut in regalis federe coniugii semper manens pudica. Proximam uirginitati palmam continere queat. tibi que deo uiuo et uero in omnibus et super omnia iugiter placere desideret. [et te inspirante quae tibi placita sunt toto corde perficiat.] Per.

In sacri olei unctione.

Spiritus sancti gratia humilitatis nostre officio. in te copiosa descendat. ut sicut manibus nostris indignis oleo materiali obhita pinguescis exterius. ita eius inuisibili unguine delibuta impiguari merearis interius. eiusque spiritali unctione perfectissime semper imbuta. et illicita declinare tota mente et spernere discas seu ualeas. et utilia anime tue iugiter cogitare. optare atque operari queas. auxiliante domino nostro iesu christo. qui cum patre et eodem spiritu sancto uiuit et regnat deus. in secula seculorum.

Ad corone impositionem.

Officio indignitatis nostre seu congregationis in reginam benedicta. accipe coronam regalis excellentie. que licet ab indignis. episcoporum tamen manibus capiti tuo imponitur. Unde sicut exterius auro et gemmis redimita enites. ita et interius auro sapientie uirtutum que gemmis decorari contendas. quatinus post occasum huius seculi cum prudentibus uirginibus sponso perenni domino nostro iesu christo. [digno et laudabiliter occurrens regiam caelestis aulae merearis ingredi ianuam. Auxiliante eodem domino nostro iesu christo.] qui cum patre et spiritu sancto uiuit et regnat deus. Per infinita secula seculorum. amen. (explicati).

**Fonte:** SMITH, Julie Ann. "*Queen-making and Queenship in Early Medieval England and Francia*," (D.Phil, diss., York University, UK, 1993), pp. 254 - 255.

#### ***ENGLISH SECOND RECENSION (c. 973?)***

QVAM CONSECRATIO REGINAE SEQVITVR. QUE PROPTER HONORIFICENTIAM AB EPISCOPO SACRI VNGVINIS OLEO SVPER VERTICEM FVNDENDA EST. ET IN ECCLESIA CORAM OPTIMATIBVS VT IN SEQVENTI PAGINA DEMONSTRATVR. CVM CONDIGNO HONORE REGIA CELSITVDINE IN REGALIS THORI CONSORTIVM BENEDICATVR ET CONSECRATVR. SED ET HANC ETIAM ANVLO PRO INTEGRITATE FIDEI ET CORONA PRO AETERNITATIS GLORIA DECORARI DECERNIMVS ,  
INCIPIIT CONSECRATIO REGINAE. AB EPISCOPO VEL PRESBITERO DICENDA,

In nomine patris et filii et spiritus sancti prosit tibi hec unctio olei. in honorem et confirmationem eternam.

Oratio.

Omnipotens sempiterne deus. affluentem spiritum tue benedictionis super famulam tuam .N. nobis orantibus propitiatus infunde. ut que per manus nostre inpositionem hodie regina instituitur sanctificatione tua digna et electa permaneat. ut nunquam postmodum de tua gratia separetur indigna. Per

HIC DETVR ANVLVS,

Accipe anulum fidei signaculum sancte trinitatis, quo possis omnes hereticas prauitates deuitare. et barbaras gentes uirtute tibi premere. Et ad agnitionem ueritatis aduocare.

Seqvatvr oratio.

/Deus cuius est omnis potestas et dignitas. di famule tue

.N. signo fidei tue prosperum sue dignitatis efiectionem. in qua tibi semper firma maneat. tibi iugiter placere contendat. per

HIC CORONATUR.

Accipe coronam glorie honorem iocunditatis. splendida ut fulgeas. Et terna exultatione coroneris. per

Oratio.

Omnium domine fons bonorum. et cunctorum dator profectuum. tribue famule tue .N. adeptam bene regere dignitatem, et a te sibi prestitam in ea bonis operibus corroborare gloriam. per

Fonte: LEGG, Leopold George Wickham (Ed.). English Coronation Records. A. Constable & Company, Limited, 1901. pp. 14 – 29.

### ***THE RATOLD ORDO (c. 980)***

Debet enim adduci in ecclesiam et prosterni ante altare, elevate ab oratione ab episcopis, et inclinatur capite, dicat archiepiscopus hanc orationem.

*Adesto, Domine, supplicationibus nostris et quoad humilitatis nostrae gerendum est, ministerio tuae virtutis impleatur effectus. Per.*

### ***Alia oratio.***

Omnipotens sempiternae Deus hanc famulan tuam N. celesti benedictione sanctifica, et quam in adiutorio regni reginam eligimus, tua ubique sapientia doceat atque confortet et ecclesia tua fidelem famulam semper agnoscat. Per.



Tunc debet caput eius ungui oleo.

In Nomine Patriis et Filii et Spiritus Sancti, prosti tibi haec unctio olei in honorem et confirmationem aeternam;

*Sequitur oratio post unctioem*

Omnipotens sempiternus deus. affluentem spiritum tuae benedictionis super famulam tuam nobis orantibus propitiatus infunde, ut quae per manus nostrae impositionem hodie regina instituitur sanctificatione tua digna et electa permaneat, ut nunquam postmodum de tua gratia separetur indigna. Per

*Tunc debet ei anulus mitti digito.*

Accipe anulum fidei, signaculum sanctae trinitatis, quo possis omnes haereticas pravitates devitare, et barbaras gentes virtute tibi prestita ad agnitionem veritatis advocare.

*Sequitur oratio.*

Deus cuius est omnis potestas et dignitas. di famule tuae illi signo fidei tuae prosperum suae dignitatis effectum, in qua tibi semper firma maneat tibi iugiter placere contendat

*Tunc debet imponi corona in capite*

Accipe coronam gloriae honorem iocunditatis ut splendida fulgeas et aeterna exultatione coroneris. Per dominum.

Item oratio

Omnium, domine, fons bonorum et cunctorum dator profectuum, tribue famule tuae illi adeptam bene regere dignitatem, et a te sibi prestitam in ea bonis operibus corroborare gloriam. Per dominum.

Ad sceptrum.

Accipe viram virtutis et equitatis, et esto pauperibus misericors et affabilis, viduis, pupillis et orphanis diligentissimam curam exhibe ut omnipotens Deus tibi adaugeat gratiam suam. Qui vivit.

Oratio post sceptrum.

Deus onorum cunctorum actor et distributor, benedictionumque omnium largus infusor, tribue super hanc famulam tuam N. benedictionis tue copiam quo, quam humana sibi electio preesse gaudet, tua superne electionis ac benedictionis infusio accumularet. Concede ei, Domine, auctoritatem regiminis, consilii et magnitudinem sapientie, prudentie et intellectus habundantiam, religionis ac pietatis custodiam, quatinus mereatur benedici et augmentari in nomine ut Sara, visitari et fecundari ut Rebecca, contra omnium vitiorum muniri monstra ut Iudith in regnie regimine eligi ut Hester, ut quam humana nilitur fragilitas benedicere celestes potius intimi roris repleat infusio, et quae a nobis eligitur vel benedicatur in reginam a te mereatur obtineri in premio eternitatis perpetue, et sicut ab hominibus sublimatur in nomine, ita a te sublimetur in fide et operatione. Illo etiam sapientie tue eam rore perfunde, quem beatus David in repromissione et filius eius Salomon percepit in locupletatione. Sis ei, Domine, contra cunctorum ictus inimicorum lorica, in adversis galea, in prosperis patientia, in protectione clypeus sempiternus sequator pacem, diligat caritatem, abstineat se ab omni iniquitate, loquatur iustitiam, custodiat veritatem; sic cultrix iustitiae et pietatis, amatrix religionis, vigeatque presenti benedictione et hoc evo annis plurimis et in sempiterno sine fine eternis. Per dominum nostrum Ihesum Christum.

**Fonte:** JACKSON, Richard A. Ordines Coronationis Franciae, Volume 1: Texts and Ordines for the Coronation of Frankish and French Kings and Queens in the Middle Ages. University of Pennsylvania Press, 2000, pp. 167 - 200.

### ***ENGLISH THIRD RECENSION (c. 1066 - 1154)***

*Benedictio regine dicenda in ingressu ecclesie secundum ordinem romanum.*

Omnipotens sempiternus deus. fons et origo totius bonitatis qui feminei sexus fragilitatem nequaquam reprobando aduersaris. sed dignanter comprobando propicius /eligis. et qui infirma mundi eligendo forcias queque confundere decreuisti. quique etiam glorie uirtutisque tue triumphum in manu iudith femine olim iudaice plebi de hoste seuissimo resignare uoluisti respice quesumus preces humilitatis nostre. et super banc famulam tuam .N. quam supplicis deuotione in reginam eligimus. benedictionum tuarum dona multiplica. eamque dextera tue potentie semper et /ubique circunda. ut umbone

muniminis tui undique secus firmiter protecta. uisibilis seu inuisibilis hostis nequitas triumphaliter expugnare ualeat. et und cum sara atque rebecca et rachel beatis reuerendisque feminis fructu uteri sui fgundari seu gratulari mereatur. ad decorem totius regni. statumque sancte dei ecclesie regendum nec non protegendum. per christum dominum nostrum. qui intemerato beate /marie uirginis utero nasci. et uisitare ac renouare hunc dignatus est mundum. qui tecum uiuit et gloriatur deus in unitate spiritus sancti. per immortalia secula seculorum. Amen.

*Post hanc sequitur benedictio dicenda ante altare.*

Deus qui solus habes immortalitatem lucemque habitas inaccessibleem. cuius prouidentia in sui dispositione non fallitur. qui fecisti que futura sunt, et uocas ea que non sunt tanquam ea que sunt qui /superbos equo moderamine de principatu deicis. atque humiles dignanter in sullime prouehis ineffabilem misericordiam tuam supplices exoramus. ut sicut reginam hester causa iudaice salutis. de captiuitatis sue compede solutam. ad regis assueri thalamum regnique sui consorcium transire fecisti. ita hanc famulam tuam .N. humilitatis nostre benedictione christiane plebis gratia salutis. ad dignam sulli/memque regis nostri copulam misericorditer transire concedas ut in regalis federe coniugii semper manens pudfca. proximam uirginitati palmam continere queat. tibi que deo uiuo et uero in omnibus et super omnia iugiter placere desideret. et te inspirante que tibi placita sunt toto corde perficiat. per.

*Item post hanc in sacri olei unctione. sequitur hgc oratio.*

Spiritus sancti gratia humilitatis nostre officio in te copiosa /descendat. ut sicut manibus nostris indignis oleo materiali oblita pinguescis exterius. ita eius inuisibili unguine delibiita impinguari merearis interius. eiusque spiritali unctione perfectissime semper imbuta. et illicita declinare tota mente et spernere discas seu ualeas. et utilia anime tue iugiter cogitare. optare. atque operari queas auxiliante domino nostro ihesu christo /qui cum dec patre et eodem spiritu sancto uiuit et regnat deus in secula seculorum. Amen.

*Hie unguatur oleo sancto.*

In nomine patris et filii et spiritus sancti prosit tibi hec unctio olei in honorem et confirmationem eternam in secula seculorum. Amen.

ORATIO.

Omnipotens sempiternus deus. affluentem spiritum tue benedictionis super famulam tuam .N. nobis orantibus propiciatus infunde. ut que eorum manus nostre impositionem hodie regina instituitur. /sanctificatione tua digna et electa permaneat. ut nunquam postmodum de tua gratia separetur indigna. Per.

*Hic detur anulus.*

Accipe anulum fidei. signaculum sinceritatis. quo possis omnes hereticas prauitates deuitare et barbaras gentes uirtute dei premere. Et ad agnitionem ueritatis aduocare. Per.

SEQVITUR ORATIO.

Deus cuius est omnis potestas et dignitas. da famule tue .N. signo tue /fidei prosperum sue dignitatis effectum. in qua tibi semper firma maneat. tibi que iugiter placere contendat. per dominum.

BENEDICTIO CORONE.

Deus tuorum corona fidelium. qui in capitibus eorum ponis coronam de lapide precioso. benedic et sanctifica coronam istam. quatinus sicut ipsa diuersis preciosisque lapidibus adornatur. sic famula tua .N. gestatrix ipsius. multiplici preciosarum /uirtutum munere tua largiente gratia repleatur. per dominum.

*Item in eodem ordine. ad corone impositionem. Postquam benedicta fuerit i coronabitur.*

Accipe coronam glorie honorem iocunditatis. ut splendida fulgeas. et eterna exultatione coroneris. Per.

ALIA.

Officio indignitatis nostre seu congregationis in reginam benedicta. accipe coronam regalis excellentie que licet ab indignis episcoporum tamen manibus capiti tuo imponitur. unde sicut exterius auro et gemmis redimita enites, ita et interius auro sapientie uirtutumque gemmis decorari contendas. quatinus post occasum huius seculi cum prudentibus uirginibus sponso perenni domino nostra ihesu christo ualeas adherere. qui cum deo patre et spiritu sancto uiuit et regnat deus. per infinita secula seculorum. Amen.

ORATIO.

/Omnium domine fons bonorum. et cunctorum dator praefectuum tribue famule tue .N.  
adeptam bene regere dignitatem, et a te sibi prestatam bonis operibus corrobore  
gloriam. per dominum nostrum ihesum christum.

**Fonte:** LEGG, Leopold George Wickham (Ed.). English Coronation Records. A.  
Constable & Company, Limited, 1901. pp. 30 – 42.

## ANEXO II. DIRECTORY DE ROGER DE HOVEDEN

First came the bishops, abbots, and large numbers of the clergy, wearing silken hoods, preceded by the cross, taper-bearers, censers, and holy water, as far as the door of the king's inner chamber; where they received the before-named duke, and escorted him to the church of Westminster, as far as the high altar, in solemn procession, with chaunts of praise, while all the way along which they went, from the door of the king's chamber to the altar, was covered with woollen cloth. The order of the procession was as follows: First came the clergy in their robes, carrying holy water, and the cross, tapers, and censers. Next came the priors, then the abbots, and then the bishops, in the midst of whom walked four barons, bearing four candlesticks of gold; after whom came Godfrey de Lucy, bearing the king's cap [of maintenance], and John Marshal by him, carrying two great and massive spurs of gold. After these came William Marshal, earl of Striguil, bearing the royal sceptre of gold, on the top of which was a cross of gold, and by him William Fitz-Patrick, Earl of Salisbury, bearing a rod of gold, having on its top a dove of gold. After them came David, earl of Huntingdon, brother of the king of Scotland, John, earl of Mortaigne, the duke's brother, and Robert, earl of Leicester, carrying three golden swords from the king's treasury, the scabbards of which were worked all over with gold; the earl of Mortaigne walking in the middle. Next came six earls and six barons, carrying on their shoulders a very large chequer, upon which were placed the royal arms and robes; and after them William de Mandeville, earl of Aumarle, carrying a great and massive crown of gold, decorated on every side with precious stones. Next came Richard, duke of Normandy, Hugh, bishop of Durham, walking at his right hand, and Iteginald, bishop of Bath, at his left, and four barons holding over them a canopy of silk on four lofty spears. Then followed a great number of earls, barons, knights, and others, both clergy and laity, as far as the porch of the church, and dressed in their robes, entered with the duke, and proceeded as far as the choir.

When the duke had come to the altar, in presence of the archbishops, bishops, clergy, and people, kneeling before the altar, with the holy Evangelists placed before him, and many relics of the saints, according to custom, he swore that he would all the days of his life observe peace, honor, and reverence towards God, the Holy Church, and its ordinances. He also swore that he would exercise true justice and equity towards the people committed to his charge. He also swore that he would abrogate bad laws and -

unjust customs, if any such had been introduced into his kingdom, and would enact good laws, and observe the same without fraud or evil intent. After this they took off all his clothes from the waist upwards, except his shirt and breeches; his shirt having been previously separated over the shoulders; after which they shod him with sandals embroidered with gold. Then Baldwin, archbishop of Canterbury, Pouring holy oil upon his head, anointed him king in three places, on his head, breast, and arms, which signifies glory, valour, and knowledge, with suitable prayers for the occasion; after which the said archbishop placed a consecrated linen cloth on his head, and upon that the cap which Geoffrey de Lucy had carried. They then clothed him in the royal robes, first a tunic, and then a dalmatic ; after which the said archbishop delivered to him the sword of rule, with which to crush evildoers against the Church: this done, two earls placed the spurs upon his feet, which John Marshal had carried. After this being robed in a mantle, he was led to the altar, where the said archbishop forbade him, in the name of Almighty God, to presume to take upon him this dignity, unless he had the full intention inviolably to observe the oaths and vows before mentioned which he had made ; to which he made answer that, with God's assistance, he would without reservation observe them all. After this, he himself took the crown from the altar and gave it to the archbishop; on which, the archbishop delivered it to him, and placed it upon his head, it being supported by two earls in consequence of its extreme weight. After this, the archbishop delivered to him the sceptre to hold in his right hand, while he held the rod of royalty in his left; and, having been thus crowned, the king was led back to his seat by the before-named bishops of Durham and Bath, preceded by the taper-bearers and the three swords before-mentioned. After this, the mass of our Lord was commenced, and, when they came to the offertory, the before-named bishops led him to the altar, where he offered one mark of the purest gold, such being the proper offering for the king at each coronation; after which, the bishops before-named led him back to his seat. The mass having been concluded, and all things solemnly performed, the two bishops before-named, one on the right hand the other on the left, led him back from the church to his chamber, crowned, and carrying a sceptre in his right hand and the the rod of royalty in his left, the procession going in the same order as before. Then the procession returned to the choir, and our lord the king put off his royal crown and robes of royalty, and put on a crown and robes that were lighter; and, thus crowned, went to dine; on which the archbishops and bishops took their seats with him at the table, each according to his rank and dignity. The earls and barons also served in the king's palace, according

to their several dignities; while the citizens of London served in the cellars, and the citizens of Winchester in the kitchen.

From Roger of Hoveden: The Annals, comprising The History of England and of Other Countries of Europe from AD 732 to AD 1201, trans. Henry T. Riley, 2 Vols. (London: H.G. Bohn, 1853; rep. New York AMS, 1968), Vol 2, pp. 117-19. Link: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/hoveden1189a.asp>



## BIBLIOGRAFIA

### Fontes analisadas e citadas:

- DEVIZES, Richard of. Chronicle of the Deeds of Richard the First, King of England. Translation by J.A. Giles, Medieval Latin Series. Cambridge, Ontario: In Parentheses Publications, 2000.
- FORESTER, Thomas et al. (Ed.). The Chronicle of Henry of Huntingdon: Comprising the History of England, from the Invasion of Julius Cæsar to the Accession of Henry II. Also, The Acts of Stephen, King of England and Duke of Normandy. Henry G. Bohn, 1853.
- HOVEDEN, Roger of. The Annals of Roger de Hoveden. Comprising the History of England and of Other Countries of Europe from A.D. 732 to A.D. 1201. US: Nabu Press, 2011.
- JACKSON, Richard A. Ordines Coronationis Franciae, Volume 2: Texts and Ordines for the Coronation of Frankish and French Kings and Queens in the Middle Ages. University of Pennsylvania Press, 2000.
- LEGG, Leopold George Wickham (Ed.). English Coronation Records. A. Constable & Company, Limited, 1901.
- NEWBURGH, William of. *The History of English Affairs*. US: Lulu Press, Inc., 2015.
- STUBBS, William et al. (Ed.). The historical works of Gervase of Canterbury. Cambridge University Press, 2012.
- SUGER, Abbot of Saint Denis, 1081-1151. The Deeds of Louis the Fat. Tradução no site: <https://sourcebooks.fordham.edu/basis/suger-louisthefat.asp>.
- TORIGNI, Robert de. Chronique de Robert de Torigni, abbé du Mont-Saint-Michel ; suivie de divers opuscules historiques de cet auteur et de plusieurs religieux de la même abbaye. Tome 2. A. Le Brument et Ch. Métérie. Rouen: 1872-1873. <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb341030104>.

## Bibliografia:

- BAK, Janos M. Coronations: medieval and early modern monarchic ritual. US: University of California Press, 1990.
- BALANDIER, Georges. O poder em cena. Brasília: UNB, 1982.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3ª. Lisboa: Edições, v. 70, 2004.
- BEEM, Charles. The Lioness Roared; The Problems of Female Rule in English History, Queenship and Power. New York, 2008.
- BEIHAMMER, Alexander; CONSTANTINO, Stavroula; PARANI, Maria G. Court ceremonies and rituals of power in Byzantium and the medieval Mediterranean: comparative perspectives. Brill, 2013.
- BELL, Catherine. Ritual: Perspectives and dimensions. Oxford University Press, 1997.
- BELL, Catherine. Ritual theory, ritual practice. Oxford University Press, 1992.
- BLANCHARD, Joël. LES ENTRÉES ROYALES: pouvoir et représentation du pouvoir à la fin du Moyen Age. Littérature, p. 3-14, 1983.
- BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: A dominação masculina. Bertrand Brasil, 2010.
- BROWN, Elizabeth A. R. *Franks, Burgundians, and Aquitanians and the Royal Coronation Ceremony in France*. Transactions of the American Philosophical Society, p. i-189, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs). Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.
- CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. Estudos avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- DUBY, Georges. Heloísa, Isolda e Outras Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. História das Mulheres no Ocidente, vol. 2: a Idade Média. Porto: Editora Afrontamento, 1993.

- DUGGAN, Anne J. (Ed.). *Queens and Queenship in Medieval Europe: Proceedings of a Conference Held at King's College. London, April 1995.* Boydell Press, 2008.
- EARENIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe.* New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- \_\_\_\_\_. "*Without the Persona of the Prince: Kings, Queens and the Idea of Monarchy in Late Medieval Europe.*" *Gender & History* 19, no. 1 (April 2007).
- FACINGER, Marion, 'A Study of Medieval Queenship: Capetian France, 987–1237', *Studies in Medieval and Renaissance History*, 5 (1968), 3–48.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979.
- FRITZ, Kern. *Kingship and Law in the Middle Ages.* Oxford: Basil Blackwell, 1939.
- JACKSON, Richard A. De l'influence du cérémonial byzantin sur le sacre des rois de France. *Byzantion*, v. 51, n. 1, p. 201-210, 1981.
- JACKSON, Richard A. *Vive le roi!: a history of the French coronation from Charles V to Charles X.* US: University of North Carolina Press, 1984.
- JOHNS, Susan M. *Noblewomen, Aristocracy and Power in the Twelfth-century Anglo-Norman Realm.* Manchester; New York: Manchester University Press, 2003.
- LAYHER, William. *Queenship and voice in medieval northern Europe.* Springer, 2010.
- LAFAGES, Catherine. *Royalty and ritual in the Middle Ages: coronation and funerary rites in France.* In: *Honor and Grace in Anthropology*, v. 76, p. 19, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *A Coronation Program for the Age of Saint Louis: The Ordo of 1250.* In: *Coronations: Medieval and Early Modern Monarchic Ritual*, p. 46-57, 1990.
- LE ROY, Yves. La "Chronique de Morigny" et le sacre de Louis VII. Le pouvoir royal vers 1131. *Revue historique de droit français et étranger* (1922-), p. 527-544, 1987.

- LEVIN, Carole and BUCHOLZ, Robert, eds. *Queens and Power in Medieval and Early Modern England*. Lincoln, 2009.
- NOLAN, Kathleen (ed.), *Capetian Women* (New York, 2004).
- PARSONS, John C. *Medieval Queenship*. Macmillan, 1997.
- PERNOUD, Régine. *Aliénor d'Aquitaine*. Albin Michel, 1978.
- POTTER, John Milton, 'The Development and Significance of the Salic Law of the French'. *The English Historical Review* 52, no. 206 (1937), pp. 235-253.
- RICHARDSON, Henry Gerald. The coronation in medieval England: the evolution of the office and the oath. In: *Traditio*, p. 111-202, 1960.
- STAAB, Franz. The Anointing and Coronation of Kings in Early Modern Europe. *Philosophy and History*, v. 19, n. 2, p. 152-154, 1986.
- STAFFORD, Pauline. *Gender, family and the legitimation of power: England from the ninth to early twelfth century*. UK: Ashgate Publishing, Ltd., 2006.
- \_\_\_\_\_. STAFFORD, Pauline. *Queen Emma and Queen Edith: queenship and women's power in eleventh-century England*. Wiley-Blackwell, 2001.
- SCHAUS, Margaret C. *Women and gender in medieval Europe: An encyclopedia*. Routledge, 2006.
- SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Volumes I e II. Bauru, SP: Universidade Sagrado Coração, 2002.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.
- SMITH, Julie Ann. "Queen-making and Queenship in Early Medieval England and Francia," (D.Phil, diss., York University, UK, 1993).
- SOIHET, Rachel. *História das mulheres*. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, p. 275-296, 1997.
- SORIA, José Manuel Nieto. *Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Editorial Nerea, 1993.
- SOT, Michel. Hérédité royale et pouvoir sacré avant 987. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Cambridge University Press, 1988. p. 705-733.
- STRICKLAND, Matthew. *Henry the Young King, 1155-1183*. Yale University Press, 2016.
- STRONG, Roy C. *Coronation: a history of kingship and the British monarchy*. HarperCollins Pub Limited, 2005.

- STRONG, Roy. *Coronation: From the 8th to the 21st Century*. HarperCollins UK, 2013.
- TANNER, Lawrence Edward. *The history of the coronation*. Pitkin, 1952.
- TAYLOR, Craig, 'The Salic Law and the Valois Succession to the French Crown', In: *French History* 15 (2001), 358-377.
- \_\_\_\_\_. 'The Salic Law, French Queenship and the Defense of Women in the Late Middle Ages'. In: *French Historical Studies* 29, no. 4 (2006), 543-564.
- VALENSISE, Marina. *Le sacre du roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française*. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Cambridge University Press, 1986. p. 543-577.
- WARD, Paul Langdon. *The coronation ceremony in mediaeval England*. In: *Speculum*, v. 14, n. 02, p. 160-178, 1939.
- WHEELER, Bonnie; PARSONS, John C. (Ed.). *Eleanor of Aquitaine: lord and lady*. Springer, 2016.
- WILKINSON, Louise J. *The rituals and rhetoric of queenship: medieval to early modern*. Dublin: Four Courts, 2009.
- WOOLLEY, Reginald Maxwell; MAXWELL, Woolley Reginald. *Coronation rites*. BiblioBazaar, LLC, 2009.